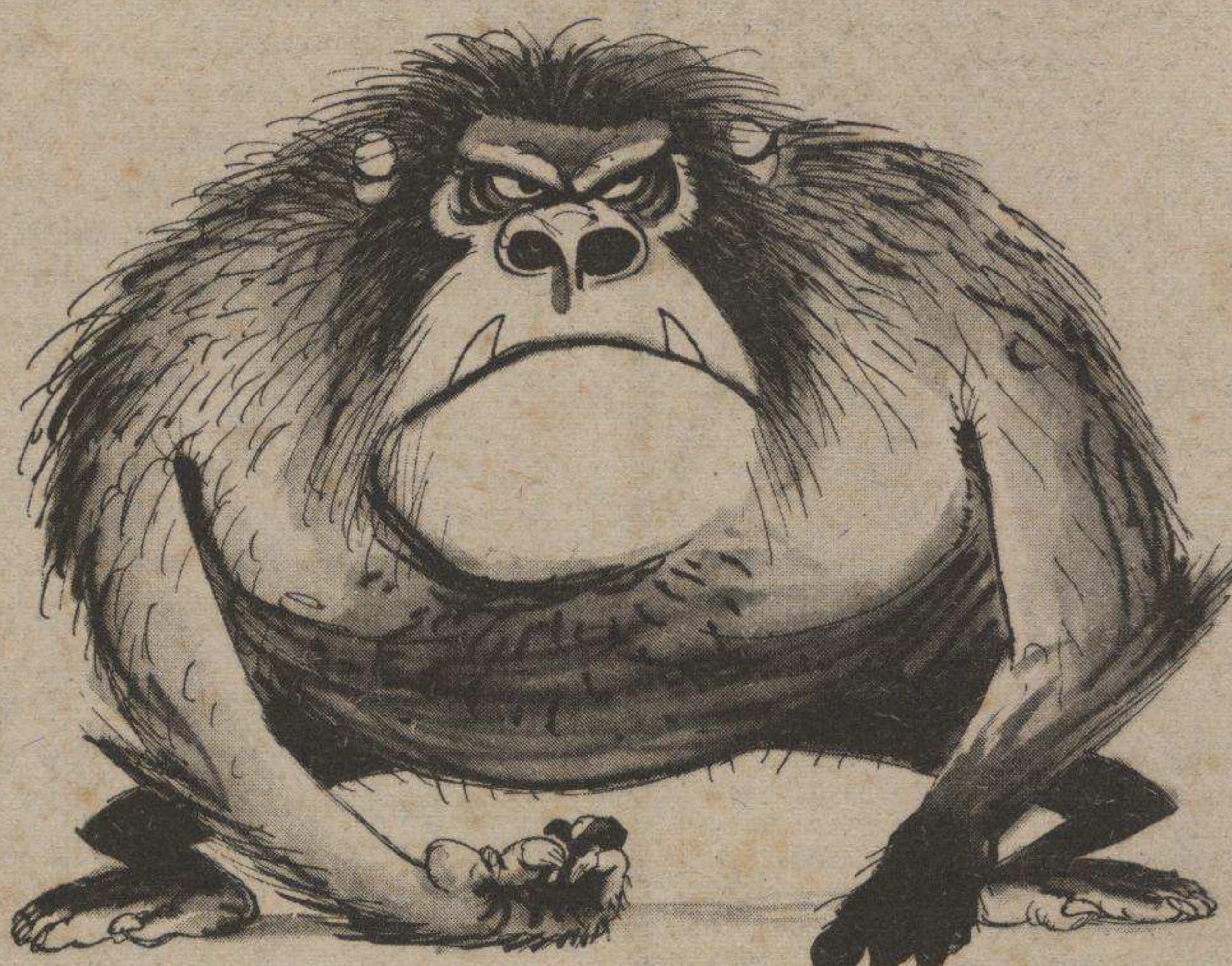
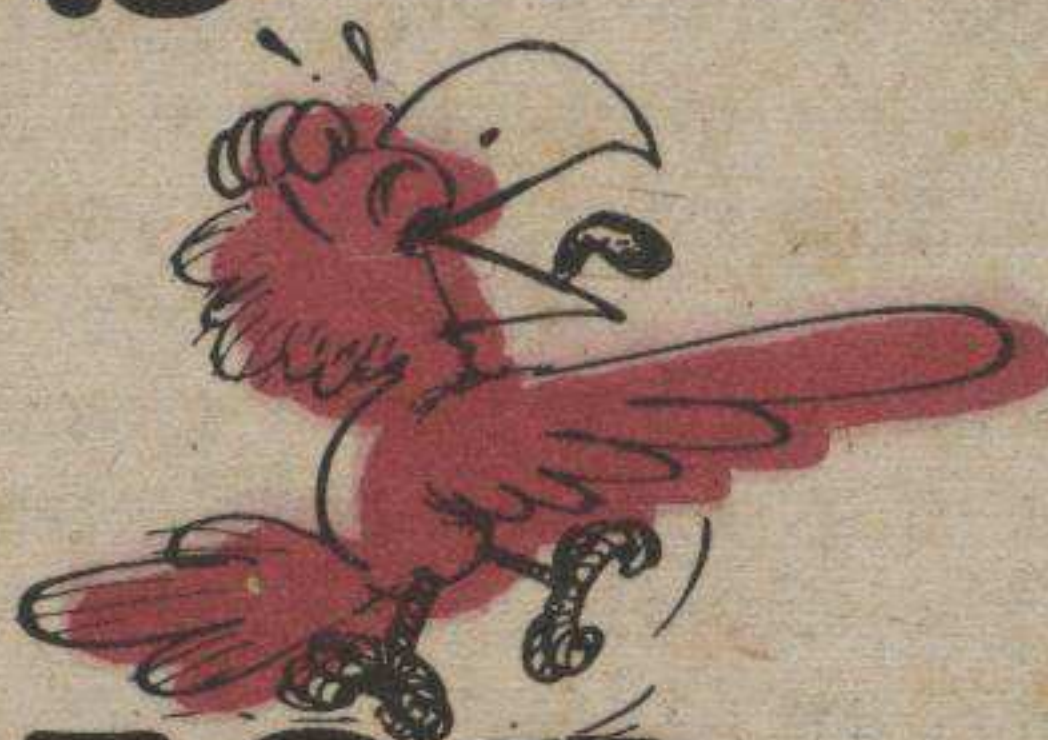


# COOJORNAL

ÓRGÃO DA COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE

**ESPECIAL**

## 15 ANOS DE MAU HUMOR



Henfil, Fortuna, Millôr, Edgar Vasques, Jaguar, Ziraldo, Veríssimo. E os cartuns censurados do Pasquim



### O "PAÍS" PROIBIDO DE MR. LUDWIG

**FIN-HAB:  
FRAUDES NA  
POUPANÇA**



Este Jornal, criado em 15 de novembro de 1975, pertence à primeira Cooperativa de jornalistas do Brasil, a Cooperativa dos jornalistas de Porto Alegre Ltda., fundada em 24 de agosto de 1974. A COOJORNAL tem 310 sócios. É uma organização administrada pelos próprios jornalistas, com uma diretoria eleita em assembleia geral. Cada associado, independente de sua participação em capital, tem os mesmos direitos nas decisões de assembleia. Além da diretoria, a COOJORNAL tem um Conselho Editorial para orientar a linha e a qualidade de suas publicações próprias e de 15 outras publicações que faz para terceiros.

**Editor**  
 Elmar Bones  
**Gerência**  
 Francisco Alba  
**Secretário**  
 Osmar Trindade

**Redação**  
 Baru Derquin, Luiz Carlos Merten, Jorge Gallina, Elaine Lerner, José Vieira da Cunha, Lenora Vargas, Lilian Bem David, Rafael Guimarães, Tomás Pereira, Mauro Toralles, Edgar Vasques, Juvenal da Luz, Rosvita Saueressig, Luiz Carlos Ferré, Ariosto Teixeira (Brasil), Marcelo Pontes (Rio), Geraldo Hasse (São Paulo), Paulo Marconi (Salvador), Sílvia Costa e Zélia Leal (França), Eva Dürr (Alemanha), Licínio Azevedo (Moçambique), Caco Barcelos (Nova Iorque), Jacó Filho (Londres), José Reis e Miriam Costa Corrêa (arquivo e pesquisa), Mozart dos Santos (laboratório)

**Comercial**  
 Francisco Kleber Bressane e Herminio Pereira  
**Circulação e Assinaturas**  
 Manoel Canabarro e Egídio Dalmina

**Industrial**  
 Ivan Ferreira Franco, Hélio Pinho, Luiz Alberto da Costa, Paulo Ricardo Nobre, Francisco Altair dos Santos, Cleusa Regina Borsato, Cláudio Bomfim da Luz, Carlos Neves Diniz (composição), Sílvia de Ávila Berni, Edson Ubiratan Trindade, Maria de Lourdes Lima, Osvaldo Lucas, Fernando S. Zemor, Danclar Jesus Rossato (revisão), Atil Vineton Medeiros, Júlio César Ferrari, José Luiz dos Santos (fotolito), Luiz Gustavo Machado, Luiz Augusto de Oliveira, João Carlos Meirelles, Ari Roberto da Silva, Paulo Roberto de Ávila (montagem), Paulo Roberto de Azeredo Sá (Coordenador), Júlio César Romano Martins (subcoordenador), Carlos Milton de Goz Rios (chefe de produção).

A venda somente a partir da edição nº 13.  
 Custo de cada exemplar: preço da última edição na banca.  
 Os pedidos devem ser acompanhados do respectivo valor, em cheque ou vale postal em nome de COOJORNAL.

**Endereço**  
 Rua Comendador Coruja, 372  
 CEP 90000 — Porto Alegre — RS  
 Fone 33-5099 (PABX)  
 Telex (051) 1605

**COOPERATIVA DOS JORNALISTAS DE PORTO ALEGRE LTDA.**  
**ASSOCIADOS:** José Antônio Vieira da Cunha (Presidente), Tomás Pereira (Vice-Presidente), Rosvita Saueressig (Secretária), Afonso Ritter, João Borges de Souza, Jorge Polydoro, Osmar Trindade, Pedro Maciel, Baru Derquin, Jorge Gallina, José Emanuel de Mattos, Ricardo Chaves e Sérgio Batsov (Conselheiros de Administração), Agnese Schiffino, Danilo da Silva Ucha, Carlos Urbim, Carlos Rafael Guimarães, Fernando Goulart e Renato Pinto da Silva (Conselheiros Fiscais), Elmar Bones, Hélio Gama, João Aveline, Luiz Carlos Merten, Carlos Bastos, Jorge Olavo Leite, Guaraci Fraga, Luiz Cláudio Cunha e Paulo Burd (Conselheiros de Edição), Acari Amorim, Adélia Porto da Silva, Ademar Vargas, Ademir Fontoura, Adroaldo Correa, Afonso Licks, Alberto André, Alberto Blun, Alberto Filgueiras, Afonso Abraham, Alfredo Fedrizzi, Alice Urbim, Amauri Melo, Amilton Vieira, Ana Maria Barros, Ana Maria Pacheco de Almeida, Ana Maria Smidt, André Jockyman, Ângela Riccardi, Anibal Bendati, Antonio Brito Filho, Antonio Canabarro, Antonio Carlos Esteves, Antonio Gonzales, Antonio Dreon, Antonio Vargas, Antonio Manoel de Oliveira, Armino Ranzolin, Artur Monteiro, Artur Xavier, Ayrton Centeno, Ayrton Kanitz, Beatriz Polydoro, Bernadete Viana, Cândido Cruz, Carla Irigaray, Carlos Alberto Kolecza, Carlos Alexandre Castro, Carlos Simch da Silva, Carlos Athanasio, Carlos Karnas, Carlos Frederico Menz, Carlos Fehlberg, Carlos Mossmann, Carlos Dornelles, Carlos Roberto Silveira, Carlos Salzano, Carmem Silveira, Carmem Cagno, Celso Rosa, Celso Schroder, Cíntia Leal, Clarice Aquistapace, Cláudio Barcelos, Cláudio Levitan, Clayton Selistre, Clovis Malta, Cristina Pereira, Delmar Marques, Edgar Lisboa, Edgar Vasques, Edna Nina, Edson Chaves Filho, Edson Kozminski, Eduardo Tavares, Eduardo Bueno, Eduardo San Martin, Eduardo Guimarães, Elaine Lerner, Eloisa Enck, Enio Nugent da Rocha, Erni Quaresma, Euclides Torres, Eugênio Bortolon, Eugênio Neves, Eva Caparelli, Evaldo Gonçalves, Fernando Bueno, Fernando Lindote, Fernando Guedes, Fernando Saes, Flávio Porcello, Flávio Dutra, Floriano Correa, Francisco Daniel, Francisco Dias Lopes, Francisco Juska, Gabriel Mattias, Geraldo Hasse, Gerson Schirmer, Gilberto Pauletti, Gomercindo Coutinho, Hélio Ferreira, Hélio Gama, Helton Barreto, Hermelindo Macedo, Higino Barros, Humberto Andreatta, Iara Bendati, Iara Schilling, Iraporan Muller, Ilsa Girardi, Imara Stallbaum, Ivan Pinheiro Machado, Ivo Stigger, Jandira César, Jayme Copstein, Jayme Klintonowicz, João B. Scalco, João C. Ferreira da Silva, João Mota Lacerda, Jorge Meditsch, Jorge Escosteguy, Jorge Freitas, José Antonio Ribeiro, José Antonio P. Machado, José Antonio Severo, José Antonio Simch, José Eneidi, José Erasmo Nascimentos, J. Felix Valente, José Guaraci Fraga, José Onofre Dieckman, José Luiz Chiarelli, José Luiz Previdi, José Onofre, José Reduzino de Araújo, José Luiz Ribeiro Fontes, José Roberto Garcez, José Abu Jamra, Juarez Fonseca, Judith Martins Costa, Julieta Pereira, Júlio Sortica, Jurandir Silveira, Jussara Coelho, Juvenal Netto, Laerte Martins, Laila Pinheiro, Lauro Quadros, Lenora Vargas, Leo Tavejanski, Leonardo Dourado, Leonid Streliaev, Licínio Azevedo, Lillan Bem David, Lotário Neuberger, Lucila Camargo, Luiz Afonso Franz, Luiz Arteche, Luiz Kozminski, Luiz Carlos Mello, Luiz Carlos Ferreira, Luiz Carlos Felizardo, Luiz Fernando Lima, Luiz Fernando Verissimo, Luiz Francisco Terra, Luiz Fonseca, Luiz Humberto, Luiz Oscar Matzenbacher, Luiz Vitello, Luiz Marcelo Lopes, Marco Schuster, Marco Túlio de Rose, Marcos Baggio, Maria Angélica de Moraes, Maria Elaine Borges, Maria Eloir, Maria da Graça Seligman, Maria da Graça Silva, Maria Helena Bracher, Maria Luiza Teixeira, Marina Wodke, Marinória Osório, Mário Albertoni Nascimento, Mário Rocha, Mário Madureira, Mário Marcos de Souza, Marise Fetter, Maristela Baires, Maromi da Silva, Marques Leonam, Maurecy Santos, Mauro Cesar Silveira, Mauro Toralles, Milton Wells, Milton Silva, Milton Saldanha Machado, Miriam Correa, Miriam Tereza Timponi, Mirta Coelho, Najjar Tubino, Neltar Abreu, Nestor Fedrizzi, Neuzia Ribeiro, Nilson Figueiredo, Nirce Levin, Otacilio Grivot, Odilon Abreu, Olides Canton, Olivio Lamas, Olyr Zavaschi, Omar Barros Fº, Otília Goulart, Paulo Marconi, Patrício Renato Bentes, Paulo Fogaça, Paulo Pereira, Paulo Macedo, Paulo Gerson de Oliveira, Paulo Renato Cancian, Paulo de Tarso Riccardi, Pedro Macedo, Pedro Flores, Pedro Sosa Pereira, Raul Rubenich, Raul Quevedo, Regina Vasquez, Rejane Baeta, Renan Oliveira, Renato Kern, Renato Canini, Ricardo Bolsoni, Ricardo Schmitt, Riomar Trindade, Roberto Azevedo, Roberto Azevedo, Roberto Appel, Roberto Thomé, Roberto Maneira, Rogério Ruschel, Romulo Krafta, Ronaldo Westermann, Sérgio Caparelli, Sérgio Becker, Sérgio Moita, Sérgio Tonello, Severino Goes, Silmar Muller, Sílvia Costa, Sílvia Ferreira, Sílvia Correa, Tânia Barros, Tânia Faillace, Telmo Zanini, Terezinha Figueiredo, Ubirajara Prates, Valdir da Silva, Valmório Oliveira, Vera Daisy, Vera Maria Bosak, Vera Monteiro, Vera Kern, Vera Costa, Verlaire Silveira, Victor Hugo Sperb, Virson Holderbaum, Waldoar Teixeira, Walter Firmo, Wilmar Marques, Wladimir Ungaretti e Zélia Leal.

Associado à

**AJOCOOP**  
Associação dos Jornais e Revistas de Cooperativas

# Caro leitor,

No começo, as primeiras informações falavam de "um mundo encantado", quase — enormes investimentos de dólares que transformaria uma parte da Amazônia em região imensamente produtiva e altamente interessante aos interesses nacionais. Em 1970, a revista Realidade, numa edição dedicada à Amazônia, levantou os primeiros dados concretos sobre as reais pretensões do norte-americano mr. Ludwig.

Nos anos seguintes o chamado Projeto Jari continuou na pauta das discussões, principalmente das discussões dos brasileiros preocupados com a internacionalização da Amazônia e da destruição de uma grande parte da maior reserva natural do mundo. Do governo, que permitiu o funcionamento do Projeto Jari, o argumento continuou sendo o mesmo: de relevante interesse do país, como foi usado pelo ex-presidente Ernesto Geisel, num despacho em sua gestão.

No segundo semestre do ano passado, quando mais se aguçava o debate entre os próprios técnicos do governo sobre o Projeto Jari, os repórteres gaúchos Najjar Tubino, Caco Schmitt e Zhé Netto ingressaram na área do Projeto Jari. Primeiros jornalistas a conviverem vários dias na área — nas proximidades e no interior do território de mr. Ludwig —, fizeram um detalhado levantamento do Projeto Jari. Examinaram a sua repercussão na região, viram como se desenvolve a tentativa de substituição da floresta nativa por pinus, eucaliptus e gmelina, sentiram como vivem os peões maranhenses que trabalham na área, levantaram a explosão desordenada de populações ribeirinhas ao rio Jari.

De tudo, dois aspectos foram considerados de extrema relevância pelos repórteres: a situação social de aproximadamente 60 mil pessoas que vivem na área e nas suas imediações e a absoluta falta de controle sobre a expansão territorial do Projeto Jari. "É mais que um país dentro do Brasil, porque é um país sem controle da expansão territorial, dizem os repórteres. Da página 15 à 26, uma viagem pelo país de mr. Ludwig, que começa com uma das raras fotos que a imprensa brasileira tem em seus arquivos. Com muitas das informações, a foto foi tirada às escondidas.



A história mostra que é assim: quando governos autoritários pressionam a liberdade de expressão, o humor floresce como uma ponta-de-lança para denunciar o que não se pode escrever. Nos últimos 15 anos, entretanto, a censura levou também o humor de roldão, como foi o caso do jornal Pasquim, que em muitas ocasiões precisou fazer quatro projetos de primeira página para conseguir ter uma capa aprovada.

Apesar disso, na maioria das vezes, os humoristas conseguiram sugerir, através de charges e cartuns, aquilo que, aos redatores, era proibido. Em 16 páginas desta edição, conversamos com os homens que viveram esses 15 anos, desde o começo, e muitos que surgiram no meio da tempestade. Há muitas opiniões, algumas comparando esses 15 anos com outros tempos que também foram áspers no Brasil. E há uma boa mostra daquilo que os censores do governo não queriam que chegasse aos leitores dos jornais.

O Editor

Tiragem desta edição: 35 mil exemplares.



## Cooperativismo

### Cooperativismo e democracia (II)

Por PAULO BRASIL

O mundo é, hoje, controlado por organizações. Nos países socialistas há organizações com que o estado assegura controle quase absoluto sobre a sociedade e, nos países capitalistas, grandes organizações, revelando poder econômico incontrolável, determinam as estruturas e influenciam decisivamente o estado.

É tal a magnitude do fenômeno organizacional, nos dias que correm, que Roszak, em *Contracultura*, identifica o caráter universal de algumas das consequências de sua expansão, especialmente com relação à tecnocracia e à tecnocracia. Para ele não haveria diferença essencial entre o sistema de poder tecnocrático na Rússia e nos Estados Unidos.

Está desaparecendo a figura do estado-nação interventivo e, sem seu lugar, firmam-se empresas interventivas. Deste modo, no Ocidente, o controle político se apresenta, cada vez mais, como uma derivação do controle econômico.

As organizações, adquirindo escala e moldando as relações objetivas é que, efetivamente, interessam do ponto de vista democrático. Já foi o tempo em que o conceito de democracia correspondia à imprecisa idéia de "governo do povo, pelo povo, para o povo".

O homem, no bloco socialista, estaria inteiramente confinado no círculo fechado da antiliberdade — ainda que favorecido por um distributivismo paternal do estado. Nas nações capitalistas ele se vê diante do impasse até agora incontornado: frente ao totalitarismo econômico.

Qual a saída? Eis a questão. Uma corrente do pensamento cooperativista, concordando com nossa proposição referente à necessidade de mobilização político-partidária em função do cooperativismo, encara-a com moderação.

Em razão de suas concepções, o cooperativismo, na área econômica, deveria elevar-se da posição secundária em que se encontra, no Brasil, para a condição de subsistema alternativo ao capitalismo.

Se o tivéssemos como sistema global, substitutivo ao mercantilismo, provavelmente inovaríamos para pior com um totalitarismo cooperativista.

Democracia, segundo pensa, implica, antes de tudo, em liberdade de iniciativas e esta inexistiria caso houvesse restrições à livre organização de pessoas e grupos.

Pela liberdade de iniciativas privadas, o ser humano, ao exercitá-la, vivencia liberdades reais que se transmitem à sociedade e se exprimem como liberdades formais.

A liberdade formal não deve ser encaráda como causa — ao contrário, ela é decorrência da liberdade real.

Todavia, é impraticável liberdade de iniciativas, no campo econômico, se se restringem condições de opção entre mais de uma possibilidade. Impõe-se, por conseguinte, o pluralismo de opções livres.

Então, num estado de fato democrático — prefere-se o estado de fato ao estado de direito — dois subsistemas, com funções distintas, concorreriam entre si e se completariam: o privado/mercantilista e o social/cooperativista.

Quem não dispusesse de capital para acumular e investir poderia, pela conjugação de esforços e recursos, recorrer à acumulação coletiva visando à realização de empreendimentos sócio-econômicos.

O conteúdo programático do partido que propusemos, no primeiro artigo desta série, preferia, pois, na ótica dos moderados, a conquista de estado equânime na distribuição de incentivos.

Os dois subsistemas, movidos por mecanismos naturais de competição, se auto-regulariam e se equilibrariam.

Um subsistema regularia o outro de tal maneira que, através de pressões recíprocas, suas organizações, em franca competitividade, se aperfeiçoariam e provocariam transformações permanentes.

Crescendo e multiplicando-se subsistemas privados, o intervencionismo estatal, em regra atentatório à democratização, seria contido dentro de limites de conveniência à liberdade de iniciativas.

Em consequência, o aparelho do estado se reduziria e o privatismo se acentuaria em proporção ao recuo da presença estatal.

Não obstante, numa linha de privatização social, o partido se bateria pela cooperativização total de atividades sociais.

Teríamos equilíbrio de subsistemas no plano econômico e opção cooperativista exclusiva no setor de serviços.

Seus objetivos compreenderiam ênfase ao cooperativismo na medida em que, de um lado, visariam à valorização do cooperativismo — o lado mais fraco — frente ao mercantilismo e, de outro, à generalização do cooperativismo na prestação de serviços à coletividade.

Os adeptos dessa corrente admitem a socialização pacífica dos meios de produção via cooperativismo. Como em Sergipe onde cooperativas agrárias compram terras e as entregam a lavradores associados.

Em regra, contudo, são favoráveis à propriedade privada dos meios de produção com as respectivas operações cooperativadas.

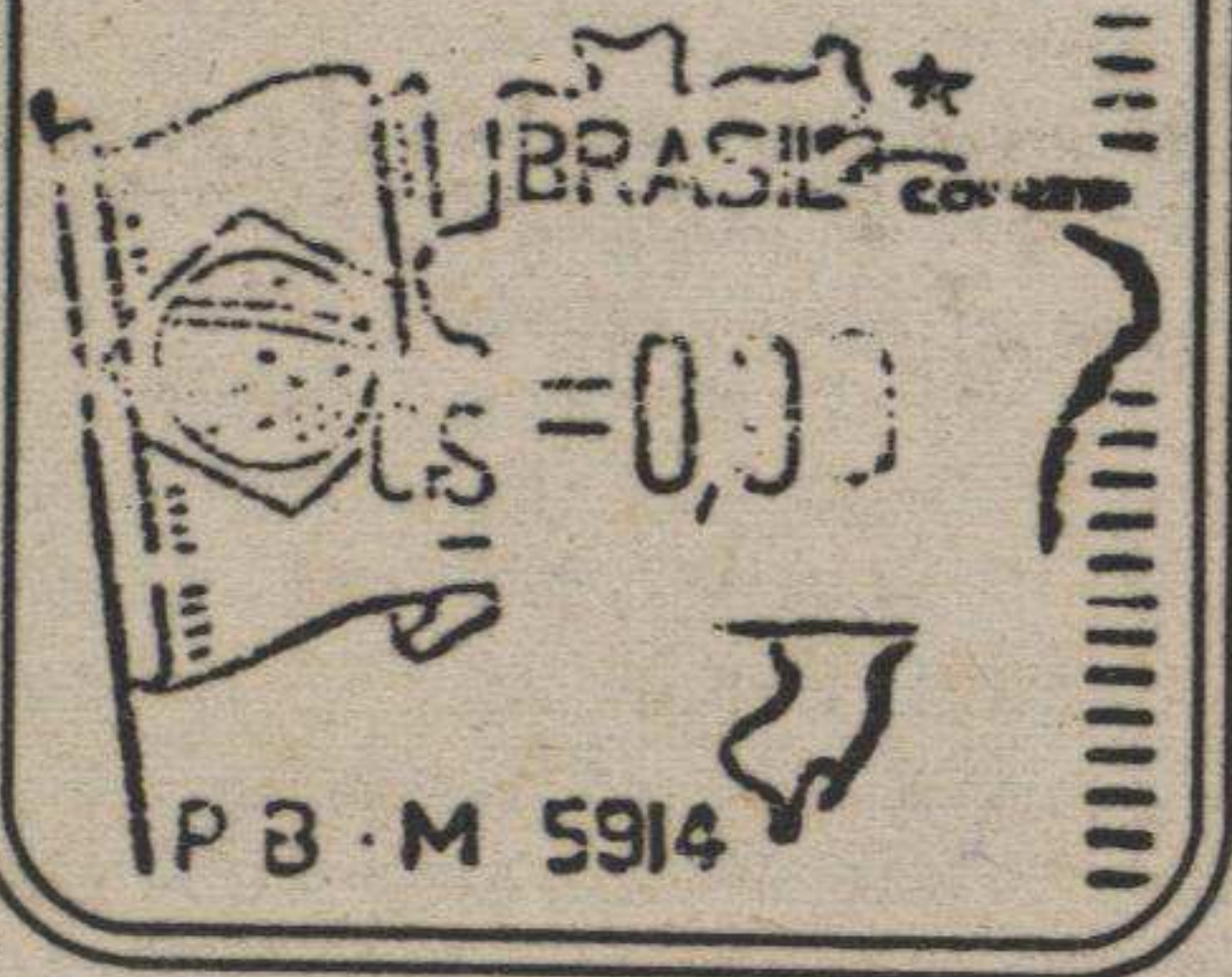
O senador Roberto Saturnino quereria, para o Brasil, um sistema misto no qual ocorreria a estatização em contrapartida e em compensação à privatização econômica.

Para a corrente, ora destacada, contudo, o desejável seria, também, um sistema misto, porém com o mínimo de estatização e o máximo de privatização fundamentada na equiparação de um subsistema social a outro econômico.

Em conformidade com Karl Popper, na sua monumental obra *A Sociedade Democrática e seus Inimigos*, a teoria democrática não se baseia no princípio de que a maioria deve governar, mas, antes, em que diversos métodos igualitários devem ser considerados em termos de salvaguardas institucionais.

Salvaguardas institucionais. Decididamente nossos moderados parecem identificados com Karl Popper!





## “Há quatro milhões de mortos no Camboja”

“55 milhões de brasileiros mortos em quatro anos.

Se alguém lesse a manchete acima jamais poderia acreditar. O quê? Metade da população do país morta em apenas quatro anos? Pois isso é possível. Foi D<sup>a</sup> Rosalynn, esposa do presidente Carter, quem afirmou: “Nunca imaginei que isto fosse possível no mundo de hoje. Sintome emocionalmente arrasada”. No Camboja, vizinho da esquerda do Vietnã mapa da Ásia e limitando-se com o sul do Laos e da Tailândia, há quatro milhões de mortos — exatamente metade de sua população total, a partir de 1975.

As comunicações por satélite tornaram nosso mundo uma aldeia global e sabemos as notícias — principalmente as tragédias — no momento mesmo em que acontecem. É preciso alguma coisa muito, muito séria para que nos detenhamos a ler, particularmente quando acontece longe de nós. Pois o que se passa no Camboja vence todas as tragédias humanas do presente, daí porque os comentários sobre este Segundo Holocausto transcendem as colunas do noticiário político.

Nós, brasileiros, não podemos ficar indiferentes a isto. Está ao nosso alcance fazer algumas coisas, com urgência: 1) seguir o exemplo da organização protestante Visão Mundial, com sede na Califórnia, que enviou 15 toneladas de alimentos, ou outros serviços religiosos que estão cooperando com a Unicef e a Cruz Vermelha em tudo que podem; 2) mobilizar a opinião pública brasileira através de pronunciamentos, manifestos, abaixo-assinados, no sentido de que as partes em conflito respeitem os direitos humanos, não utilizando a fome como arma, nem sejam indiferentes à morte de civis inocentes; 3) movimentar-se nas igrejas, clubes de serviços e entidades congêneres no sentido de solicitar ao governo brasileiro que abra suas portas aos refugiados, para que se preservem vidas inestimáveis; 4) orando ardentemente a Deus pela paz.

Certamente haverá outras formas de demonstrar nossa solidariedade para com o sofrido povo cambojano. O que não podemos, de modo algum, é deixar de sermos sensíveis a uma das tragédias maiores da humanidade, vividas por um povo já dizimado pela metade e que, nos últimos 10 anos, desconhece o que é a tranquilidade, a paz e o amor entre irmãos.”

Roberto Vicente T. Lessa, São Paulo, SP

## Brizola, Arraes, Prestes, anistia, lições de tortura

“Perto do fim do ano, cabe um balanço, uma retrospectiva, a grosso modo (como cabe a um gaúcho) do que aconteceu no ano que agoniza. O que de mais notável aconteceu em 1979: a volta dos exilados, dos banidos, ou que nome tenham os inimigos do nosso regime militar.

Recebemos um Brizola manso, atrapalhado, contraditório, confuso, brigando com o vernáculo e com dona Ivete Vargas. Um Brizola que, para sobreviver, vendeu, horror dos horrores, porcos no Uruguai. Que história triste! Isto nos choca, nos contrasta, nos horroriza, visto que uma tal figura jamais deveria ser submetida à suprema humilhação de comerciar com animais tão repulsivos.

SANTAGO



Recebemos um Prestes senil, o Silvio Caldas do chão de estrelas vermelhas, tocando sempre o mesmo disco imbecil, supondo que somos todos imbecis, mentindo, sofismando, silenciando — e agradecendo ao governo que, mantendo o PC na ilegalidade, lhe assegura uma liderança inadmissível num país onde o PC não fosse proscrito.

Recebemos Arraes, Julião... e quem mais?

Boa anistia: a imprensa dita nanica arrumou matéria, o general Figueiredo arrumou alguma simpatia e os recém-chegados arrumaram público para as suas idéias salvadoras, providenciais, milagrosas.

Em 1979, tivemos a morte do delegado Fleury, que ainda não virou, ao que eu saiba, nome de rua ou grupo escolar. Com a chamada abertura, o ano que acaba foi, convenhamos, um péssimo ano para a polícia, abalada por denúncias comprometedoras e mais investigada do que muita gente profissionalmente, por assim dizer, criminosas.

Em 1979, ressuscitou-se um velho galicismo — greve. O que é normal e mesmo freqüente nas nações civilizadas e democráticas surpreendeu o povo brasileiro, desacostumado já dessas liberdades perdidas. (E não faltará quem diga: exóticas.)

Em 1979, o Brasil estabeleceu outro recorde interno: o atual regime militar, 1964-1979 (por enquanto!) bateu em longevidade a ditadura de Getúlio Vargas, 1930-1945, até então a mais longa da nossa história.

Em 1979, Ano Internacional da Criança, andaram fazendo algumas coisas em favor dos nossos 20 milhões de menores abandonados. O Roberto Carlos, antes mesmo de chegar 79, cantou de graça (que coração! que generosidade!) na Rede Globo, pelas crianças pobres do Brasil. Como se caridade fosse solução e não contemporização, panos quentes, medida de água morna, como diria José Bonifácio, o Patriarca.

Em 1979, em razão da assiduidade de entrevistas de torturados, o leitor brasileiro, principalmente da imprensa nanica, ficou quase um perito em torturas. Pelo menos os mais memoriosos leitores decoraram um repertório de torturas mais rico e vasto do que o de Elis Regina na música popular.

Em 1979, Flávio Cavalcanti perguntou a um sobrinho do assassino da criança, linchado pelo povo de Cantagalo: “É verdade, meu caro fulano, que o beltranhinho gritou enquanto lhe cortavam a carótica?” Rapazes, eu vi! A imprensa marrom agora é feita a cores.

Em 1979, o “brasileiro bonzinho”, na lavagem (nos dois sentidos) cerebral da Rede Globo arranhou um outro amigo

tutelar americano: Rex Humbard. Com a força que dá a mais este tartufão ianque, a Rede Tupi bem que podia passar a chamar-se Rede Sioux. Porque em 1979, nossa população cresceu na base de quase 3%, média habitual, mas o número de brasileiros, só não vê quem não quer, continuou diminuindo.”

Ronaldo Cruz, Porto Alegre, RS

## Quem quer ver o “ponto nevrálgico” da questão?

“Os problemas políticos e econômicos do país correm em linhas paralelas, com profundo reflexo na vida social, transformando-a num caos. Não sabemos onde iremos parar. Os mandos e desmandos dos sucessivos governos civis foram agravados pelo despreparo da oligarquia dos governos militares pós-revolucionários. Se aos primeiros sempre faltou talento para o desempenho de suas funções, aos segundos, escravos de hierarquias e regulamentos, têm faltado sensibilidade e visão crítica, pois ainda não atinaram que a nação não é uma caserna. Em ambos os tipos, ressalta a incapacidade para tratar a coisa pública.

A construção da vida nacional tem de ser feita com o povo, na mútua cooperação. Não é uma palavra de ordem da cúpula governamental que vai mudar, como um passe de mágica, nossa triste realidade política, administrativa, econômica, financeira e social. O povo tem de ser ouvido, atendido em suas reivin-

## ELA É BRASILEIRA.

ESTÁ PRESA NOS CÁRCERES URUGUAIOS DESDE 1972.

O GOVERNO BRASILEIRO E CADA UM DE NOS DE NOS É RESPONSÁVEL.

LIBERDADE PARA FLÁVIA



C.B.A. Este anúncio será publicado por este jornal até o dia da libertação de Flávia

dicações. É preciso que o governo não se dissocie do povo, mas aja com equilíbrio em suas ações.

Houve tempo em que o chuchu era o responsável direto pela nossa permanente crise econômica. Agora que saímos da fantasia dos “milagres” urdidos nos luxuosos gabinetes dos tecnocratas, para o amargo despertar da realidade nacional, com uma dívida externa astronômica e a proliferação das multinacionais, um produto industrializado, a gasolina, tomou seu lugar. O processo sofisticou-se. Todo dia sobe o custo de vida, mas o salário continua o mesmo. O que tem faltado aos nossos governantes é sensibilidade para ver o ponto nevrálgico da questão, se é que querem ver.

O desnível econômico, o subemprego, a alta rotatividade da mão-de-obra, o baixo salário do povo, tudo nos leva a crer, são os fatos geradores dessa verdadeira síndrome de assaltos que se abateu sobre a população como um flagelo bíblico. Cada um vê no outro um assaltante em potencial. A população vive em permanente estado de pânico porque os assaltos, cada vez mais freqüentes e audaciosos, estão se constituindo, é triste reconhecer, quase que numa imposição de sobrevivência.

Em qualquer região do país, os únicos satisfeitos são uns poucos que estão por cima da carne seca. O grosso da população (sobre) vive com um salário de fome, ilhado de impostos e taxas, sem ter nem como adquirir os produtos primários de subsistência, abandonado à mercê de uma inflação sempre crescente, e sem poder reclamar, pois quem critica é logo tachado de comunista.

Governos se sucedem e os eternos mesmos problemas não se resolvem. E a única maneira de o povo demonstrar seu descontentamento é reagir como fez em Florianópolis, em bloco, no anonimato, na brecha da abertura política após 15 anos de mordada e grito abafado. O estado é todo superprotegido, mas o povo...

Não que concordemos com o episódio. Absolutamente. Nós o lamentamos profundamente até mais do que a ignorância e falta de sensibilidade dos assessores do governo que, ao que parece, continuam a enganar o presidente com sinopses falsas. Pois o episódio não pode ser visto unilateralmente como quis a Secom. Tem que ser visto dialeticamente: tanto pode ter sido uma manifestação voluntária do povo como uma manobra de setores do governo descontentes com a abertura do governo Figueiredo. Um modo de fechar a estreita abertura.

O presidente merece todo o respeito, mas não é popular coisa nenhuma. E querer fazê-lo à força, como quer a Secom, assim da noite para o dia, só mesmo correndo o risco de reações análogas à de Florianópolis. Popularidade não se impõe. Conquista-se. Figueiredo ainda não fez nada para ser popular. Há que primeiro plantar (que o povo garante) e só depois pensar na colheita.”

Renato José de Carvalho, Rio de Janeiro, RJ

## De Lyon, Zélia repele a calúnia do SNI

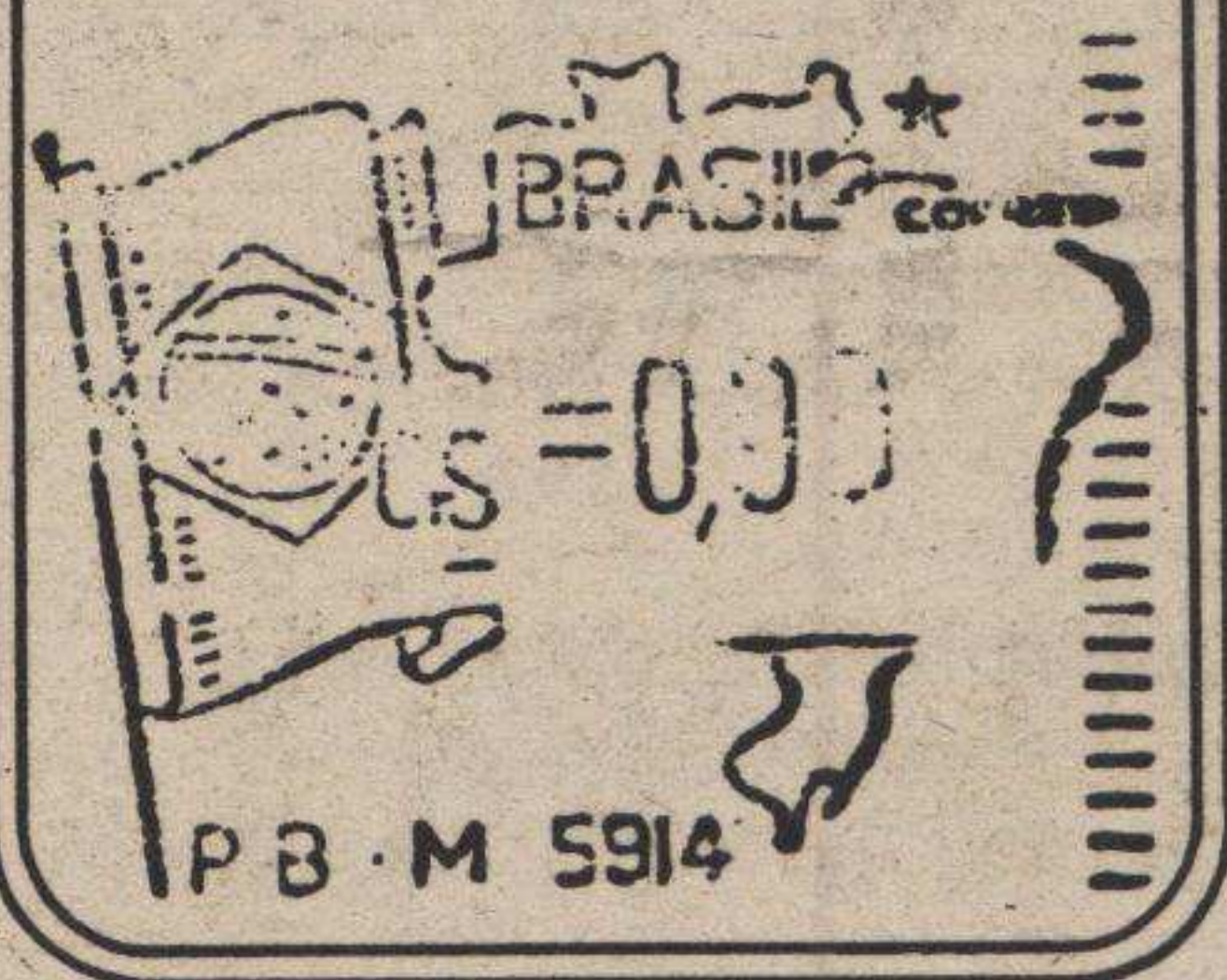
“Foi com grande surpresa e profunda indignação que tomei conhecimento das suspeitas e investigações dos serviços segurança nacional contra o Coojornal e mais especificamente contra a minha pessoa.

O aberrante Pedido de Busca nº 015-B2/79 do SNI atinge de maneira grave minha integridade humana e profissional, principalmente num momento em que me preparo para retornar ao Brasil, depois de quase quatro anos no exterior onde, justamente, procuro aprimorar minha formação de jornalista graças a uma bolsa concedida pelo governo francês.

Diante das inverdades contidas no documento publicado pelo Coojornal em sua edição de outubro, quero deixar bem clara minha posição e pedir que as autoridades brasileiras também esclareçam o mais depressa possível este desagradável episódio punindo em Justiça os autores desta mentirosa montagem de fatos. É preciso também tornar público que, se existem informantes infiltrados nos meios estudantis latino-americanos,

Continua





na Europa, eles estão fazendo muito mal seu trabalho. Porque os fatos, tal como são narrados, não correspondem em absoluto ao processo que deu origem à entrevista realizada com ex-Tupamaros na França. Vou explicar por que.

1º — Houve realmente contato com uruguaios que pertenceram ao MLN-Tupamaros. Prova disto é a entrevista publicada no nº 34 do **Coojornal**. Portanto, não há nada secreto em se tratando de um contato profissional entrevistador-entrevistado. Isto faz parte do livre exercício da profissão de jornalista.

2º — Não conheço nem jamais ouvi falar de um cidadão brasileiro chamado João Quartim. Muito menos estive em sua companhia, em Paris, no mês de junho de 1978 (conforme o relatório do SNI) simplesmente porque nesta época encontrava-me em Lyon, em tratamento de saúde (conforme podem provar atestados médicos) devido a uma hepatite viral que me atingiu no fim do mês de maio, quando me encontrava em Cannes cobrindo o Festival de Cinema para o jornal *O Estado de S. Paulo*.

3º — Como já foi publicado no nº 46 do **Coojornal**, fiquei sabendo, por acaso, através de terceiros, que havia um pequeno grupo de ex-Tupamaros em Lyon. Como qualquer jornalista, eu "senti" a notícia e não reprimi o desejo de contactá-los para uma entrevista. Comuniquei a idéia ao **Coojornal** que imediatamente interessou-se pelo assunto e passou a insistir para que eu enviasse logo o trabalho.

4º — Os ex-Tupamaros pediram tempo para pensar. Finalmente concordaram em falar ao **Coojornal** explicando-me claramente que tinham interesse em atingir o Sul do Brasil pela sua proximidade com o Uruguai, para esclarecer suas novas posições. Minha intenção de fazer uma entrevista altamente reveladora de detalhes de uma guerrilha que abalou a América do Sul num determinado momento de sua história foi, neste sentido, frustrada. Eles queriam apenas fazer uma autocrítica pública.

5º — Entre o acordo de conceder a entrevista e a realização da mesma passou-se algum tempo. Dificuldade de reunir cinco ou seis deles ao mesmo tempo. De preparar o tema. Enfim, em setembro de 78, conseguimos nos reunir no apartamento de amigos em Lyon (e não em minha casa, como foi publicado) na presença de outras pessoas, de outras

nacionalidades, que, com o desenrolar da entrevista, passaram a apresentar questões, criando-se um pequeno debate.

6º — A entrevista, que durou aproximadamente cinco horas, foi totalmente gravada. Em seguida, tirei-a da fita fazendo uma cópia em português (a conversação foi predominantemente em francês, passando ao espanhol cada vez que os uruguaios encontravam alguma dificuldade de expressão) entregando-a depois aos entrevistados para uma leitura geral, conforme entendimento prévio. Grande parte das respostas foram cortadas, restando do texto integral uma parte bastante reduzida que enviei ao jornal.

7º — **Coojornal** voltou a insistir, queria: informações mais completas e suíte da entrevista. Mas os ex-Tupamaros, discretamente, passaram a evitar todo e qualquer contato jornalístico. Já haviam dito tudo que lhes parecia importante. Assunto encerrado. Não mais os procurei.

Era o que eu tinha a declarar. Dos leitores, espero confiança, dos colegas, solidariedade, e das autoridades, justiça. Para a defesa de minha honra profissional e a de todos os jornalistas que já foram ou um dia serão, como eu, vítima de calúnia."

Zélia Dambrowski Leal, Lyon, França

## Tempo, para curar feridas e cicatrizes

"O posicionamento do **Coojornal** relativo à matéria "O Maior Racha na Oposição", expresso em seu editorial, me levou a certa apreensão quanto aos rumos que poderão ser tomados por este nosso jornal, costumeiramente tão correto na sua linha de oposição consciente e conscientizadora. Por isso, causou-me estranheza a maneira pouco hábil como foi encarada a recusa do ex-governador Leonel Brizola em manter um encontro com a reportagem do **Coojornal**. Parece-me que se trata de um legítimo direito democrático — ao menos naquela democracia que nós queremos, não é? — de quem se sentiu atingido diretamente através de uma matéria parcial, como foi o relato desta aventura inconseqüente, posto em prática, por um indivíduo desequilibrado e com total falta de avaliação concreta da realidade brasileira, à época e, inclusive, hoje.

Quem sabe, ao invés do ex-governador se sentir "inatacável", não seriam vocês que estariam se sentindo "irrestíveis"? A negativa de uma entrevista pode ter sido demais para os brios dos companheiros, a ponto de gastarem um editorial inteiro — e grande — em lamúrias. Ou não? Existem ainda muitas feridas, muitas cicatrizes. Vamos dar tempo ao tempo e, principalmente, não fazer o jogo do sistema retaliando-nos.

Quanto ao prêmio Esso: quais seriam as intenções dessa grande multinacional, ao premiar uma reportagem que procura turvar a imagem de um homem que foi e é o símbolo de uma luta contra essas mesmas multinacionais? E publicado através de um jornal que, ao menos até hoje, sempre foi uma voz contra esses mesmos organismos? Um abraço."

Carlos Frederico Mentz, Porto Alegre, RS

## "Profundamente ingrato o senhor Décio Freitas"

"O motivo desta é prestar total solidariedade à grande figura humana e intelectual de Paulo Schilling. Paulo Schilling foi desrespeitado publicamente pelo senhor Décio Freitas, ex-advogado de sua filha Flávia Schilling.

Freitas disse textualmente em suas declarações no jornal *Zero Hora* do dia 11 de dezembro: "Quando deixou o Brasil, em 1964, Paulo Schilling era um obscuro secretário de Leonel Brizola. Obscuro continua durante os anos de exílio. A súbita publicidade em torno do nome de sua filha, projetou-o nacionalmente. Assim compreende-se porque deseja retornar em companhia da filha."

Profundamente ingrato o senhor Décio Freitas, que também é historiador de certo conceito. Pois foi o "obscuro" Paulo, com sua influência na editora Nuestra America, que gestionou para a publicação do primeiro livro de Freitas, *Palmares, la Guerrilla Negra*, em 1968.

O "obscuro" Paulo Schilling é também autor de vários livros e artigos tão lúcidos e verdadeiros sobre a situação brasileira, que temeu-se não fosse anistiado pelo regime.

Elmiro Schimit, Porto Alegre, RS

## "Se não querem ajudar, por favor, não participem"

"Aqui no Rio e em São Paulo está funcionando a Coopertramo, que é uma cooperativa de motoristas de táxi e que está fazendo um trabalho muito bom. Os táxis têm serviço de rádio, ar-condicionado, etc. e o preço é o mesmo dos táxis comuns. Começou há uns quatro ou cinco meses.

Estou muito surpreso pelo fato de vocês, lado a lado com a imprensa atrelada ao sistema, terem silenciado sobre o fato. Se foi por falta de informação, está em tempo de corrigir...

Também estou esperando um trabalho deste jornal a respeito das greves recentes. Vê-se na imprensa trabalhos superficiais a respeito, mas de vocês espero coisa melhor. Por exemplo, hoje já se pode separar com facilidade os movimentos que foram autênticos dos movimentos em que os empregados foram usados como testas-de-ferro dos patrões (veja-se as greves de transporte coletivo).

Finalmente: a maioria dos jornais dedica páginas a discutir o "sexo dos anjos" do regime soviético, chinês, cubano, etc. Estão olhando para o cisco do olho deles e esquecendo da trave no nosso. A conjuntura mundial nos interessa muito, mas temos tanta coisa para arrumar na nossa casa... Lanço um apelo aos compatriotas. Por favor, vamos gastar o fósforo para resolver nossos problemas, ajudando a encontrar a solução para o nosso povo. Vocês são intelectuais mas continuam sendo eno-tupiniquins. E para que vocês conseguissem estudar e ter o nível de vida que têm, nós operários estamos suando forte. E o mínimo que podemos esperar de vocês é que não fiquem aí desviando a atenção do ponto mais importante."

Resumindo: se não querem ajudar, por favor, não participem!

Eloi Bernhard, Rio de Janeiro, RJ

## Obrigado!

Agradecemos e retribuimos as mensagens de Boas Festas recebidas de nossos amigos:

De Porto Alegre: Movimento Justiça e Diretos Humanos; Dep. Francisco Spian-

dorello; Câmara Riograndense do Livro; Marca Propaganda; João Adalberto Soares Behr; Dep. Carlos Giacomazzi, presidente da Assembléia Legislativa; Portaberta Publicidade Ltda.; Unidonto Porto Alegre; Banner Publicidade Ltda.; Régis Luiz de Souza; A. Brusa; Curso Pré-Vestibular Unificado; Vereador Marcos Klassmann; João Oswaldo Leivas Job, secretário da Segurança Pública; Escritório de Advocacia drs. Marco Túlio de Rose, Liliana de Rose e Elisabeth Flores; Graal Editora; Milton Galdino, assessor de Comunicação Social da Secretaria de Segurança; Sindicato das Empresas de Transporte de Carga do RS; Planus Artes Gráficas Ltda.; BK Controles Eletrônicos Ltda.; Lojas Renner; Ponto & Espaço Sistemas Integrados de Comunicação Ltda.; Pro-Graf; Reflexus Publicidade Ltda.; Grupo Habitusul; Sandra Terra; Banco do Estado do Rio Grande do Sul; Federação das Cooperativas de Carnes do RS; Federação das Cooperativas de Arroz do RS; Dep. Antônio Carlos Azevedo e Família; Telenge — Engenharia Elétrica e de Telecomunicações; Imcosul — Cia. Sul-Riograndense de Comércio de Eletrodomésticos; Emater-RS; Bulla Propaganda; Falk Publicidade Ltda.; MPM Propaganda; União dos Escoteiros do Brasil; Luiz Osvaldo Leite e Família; Cley Flogliato da Silva; Auto-Gráfica Importação e Serviços Ltda; Ernesto Neugebauer S.A.; Empresa Gráfica Metrópole; Serifortes Ltda.; Chocolate Caseiro Gramado; Federação dos Contabilistas do RS; Banco Sulbrasileiro S.A.; Casa do Desenho; Fotogravura Schuck; Cia. T. Janer; Livraria Editora Pallotti; Proof Materiais Gráficos; Iwers; Ritter Hotel; Estaleiro Só S.A.; Telmo Souza Lima, diretor-presidente do Montepio da Família Aeronáutica Brasileira; Cooperativa de Serviços Secretariais e Similares da Grande Porto Alegre; Sociedade Paulista de Papéis; Jorge Gerdau Johannpeter; Clínica Dentária Infantil do Patinho; Federação das Cooperativas de Lã do Brasil; Associação Riograndense de Imprensa; Federação das Cooperativas de Eletrificação Rural do RS; e Fearoz — Corretora de Seguros.

**Do interior do Rio Grande do Sul:** Odonto Exerim; Rádio Sociedade Difusora A Voz de Bagé Ltda.; Bagé; Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Bagé; Severino Collares, Bagé; Cooperativa Tricolor Exerim Ltda.; Cooperativa dos Suinocultores de Encantado Ltda.; Cooperativa Sul Riograndense de Laticínios Ltda.; Pelotas; Distribuidora de Revistas e Publicações Safari, Rio Grande; Cotrijuí e Cotriexport, Ijuí; Cooperativa Agrícola Mista Santamariense Ltda. Santa Maria; Museu Antropológico Diretor Pestana, Ijuí; Vianna, Bagé; N & A Propaganda e Marketing Ltda., Pelotas; Fernando Lopes Pedone, reitor da Fundação Universidade de Rio Grande.

**De São Paulo:** Livraria Pioneira Editora; Cláudio Lembo; Phoenix Publicidade; Dep. Luiz Carlos Santos; Cia. Moacir Pereira de Souza de Papéis; Gerência de Operações-Industrial da Gazeta Mercantil; e Equipe do jornal Versus.

**Do Rio de Janeiro:** Mário de Almeida e Cia. Ltda.; Vereador Antônio Carlos; Dep. Raymundo de Oliveira; Márcio Carneiro; José Trindade de Segadas Vianna; Revista Gandaia; Coronel Jefferson de Alencar Osório; Dep. Heloneida Studart; e Cooperativa dos Profissionais de Imprensa do Rio.

**De outros estados:** Paulo Roberto e Souza, Santos Dumont, MG; Cooperativa Integral de Reforma Agrária de Monte Alegre, Pará; Editora Brasiliense Livraria; DF; Movimento Matogrossense pela Anistia e Direitos Humanos; Associação de Orientação às Cooperativas do Nordeste, Recife, PE; Universidade Metodista de Piracicaba, SP; Fundação de Desenvolvimento Cooperativista e Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais; CECM Empregados de Furnas Ltda.; Dep. Walmor de Luca, DF; OCB — A Revista Nacional do Cooperativismo, DF; Organização das Cooperativas do Estado de Pernambuco; jornal Hoje, Cascavel, PR; e Interlivros de Minas Gerais Ltda.; Belo Horizonte, MG.

As cartas para a redação devem conter nome e endereço completo do remetente para que sejam publicadas. Remeter para Rua Comendador Coruja, nº 372, Porto Alegre.

# Se você mudou ou vai mudar de endereço...

Não esqueça de levar na mudança a sua assinatura do **Coojornal**. É só recortar o cupom, escrevendo o seu novo

endereço, e enviar para a **Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre**, rua Comendador Coruja, 372 - 90.000 Porto Alegre.

## ALTERAÇÃO DE ENDEREÇO

Nome.....  
 End. Novo: ..... Nº.....  
 Bairro ..... CEP.....  
 Cidade ..... Estado.....  
 Profissão.....



# Nem só de inflação, crise e problemas vive o homem.



É tanta complicação nesse mundo de hoje, que a gente fica meio neurótico. E esquece de viver, esquece a família, os amigos, as diversões. Pense um pouco em você. Pegue a família num fim de semana e vá conhecer Nova Tramandaí Zona Norte. Aproveite e compre um terreno. Depois você constrói uma casa como gosta, passa todo o veraneio tranqüilo e durante o ano, dá aquelas fugidinhas que só quem tem casa pode dar. Mesmo que você não vá a Nova Tramandaí Zona Norte, chame a Kury & Padilha. Não dá mais é pra ficar olhando a vida passar.

Porque quando a gente só olha, a vida passa num vupt.

Nova Tramandaí Zona Norte. A irmã gêmea de Nova Tramandaí.



**KURY & PADILHA**  
**PROMOÇÕES E VENDAS LTDA.**

Rua Mostardeiro, 266 - Fone: 22.4477 - P. Alegre  
Rua Fernandes Bastos, 728 - Fone: 140 - Tramandaí



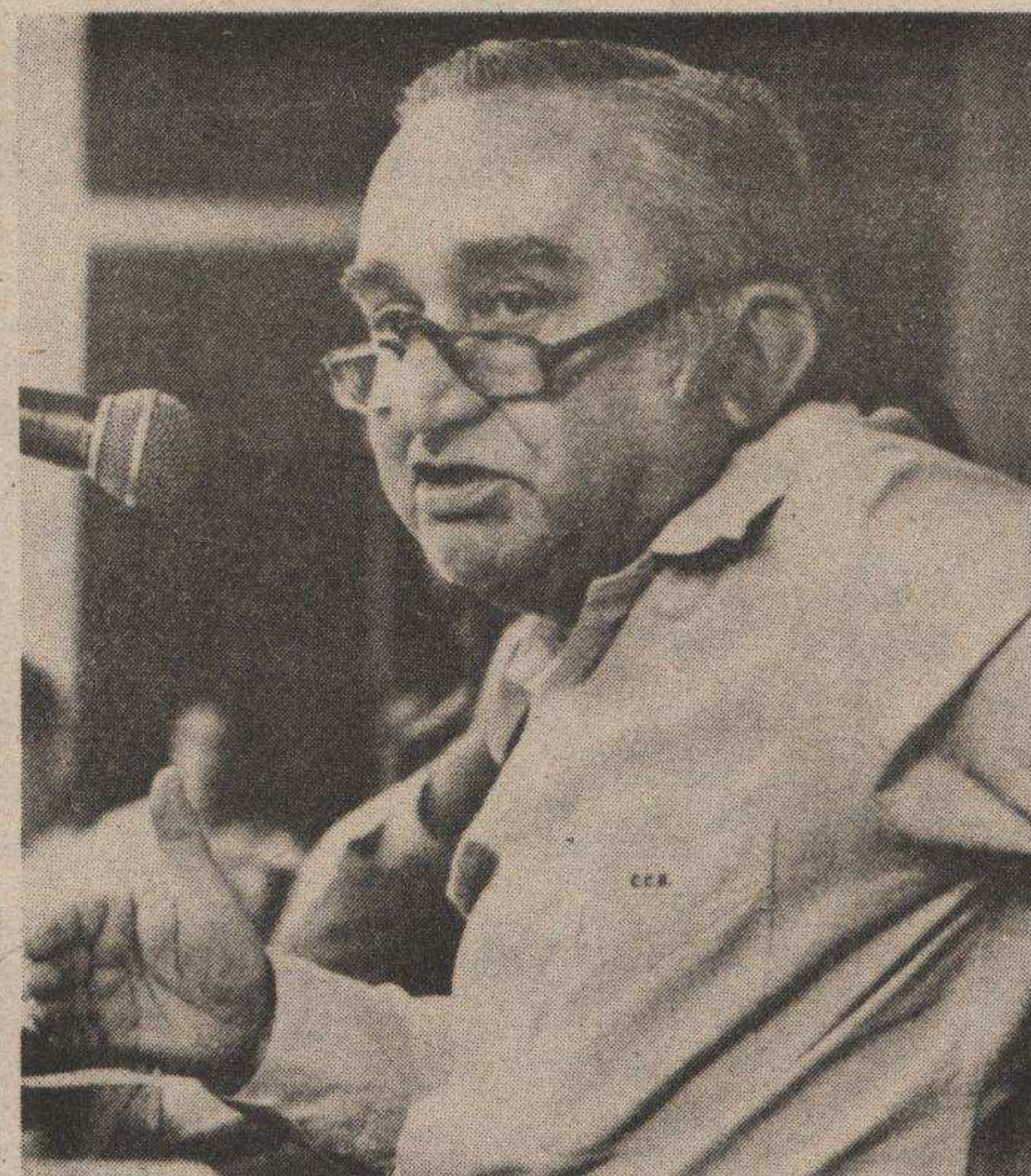
# As revistas caras resistem bem a esta inflação

As vendagens das revistas infantis e fotonovelas estão sendo as mais prejudicadas pela queda do poder aquisitivo da população de baixa renda. O primeiro sinal ocorreu há aproximadamente um ano e meio, quando as revistas infantis começaram a diminuir suas vendas de maneira dramática. Pouco depois foi a vez das fotonovelas. Com isso, a direção da Editora Abril, que tem seu filão justamente nestes dois tipos de publicações, já está preocupada. Para ela, a única saída é esperar a baixa da inflação e a recuperação dos salários.

Em contrapartida, as revistas voltadas para público de alto poder aquisitivo não estão sofrendo maiores abalos, especialmente as revistas masculinas, femininas e de informações em geral, entre as quais destacam-se *Claudia*, *Quatro Rodas*, *Status* e *Play Boy*. O segmento que está crescendo em maiores proporções é o das revistas masculinas, o que pode ser constatado pela proliferação de novos títulos como *Relax*, *Fiesta* e outros do gênero.

Mas este segmento é exceção. Os distribuidores estão prevendo um agravamento da situação do mercado editorial no primeiro semestre de 1980, tudo por causa da inflação. Segundo eles, os jornais tradicionais não estão sentindo o problema porque em relação a eles existe um hábito de leitura. Há pouco tempo, inclusive, o *Globo* e o *Diá* alcançaram a invejável tiragem de 400 mil exemplares, uma verdadeira proeza, em termos de imprensa brasileira.

Contudo, os distribuidores reconhecem que está muito difícil o lançamento de novos jornais a esta altura do campeonato — quer dizer, o mercado está fechado para novidades. Como exemplo, eles citam o *Jornal da República*, lançado em agosto com intenções de inovar a imprensa nacional. Atualmente, no entanto, o jornal não consegue ultrapassar os 20 mil exemplares por dia e já começa a enfrentar dificuldades para sobreviver.



Castello: 41 anos de jornalismo

## Com muita conversa e paciência

Em trinta minutos, às vezes em menos tempo, o jornalista Carlos Castello Branco escreve a mais famosa e respeitada coluna política do país, a *Coluna do Castello*, publicada no *Jornal do Brasil*. O resto do dia, Castello gasta em conversas — nos gabinetes brasilienses, em almoços e jantares; neste caso invariavelmente regadas a uísque. Nessas conversas, geralmente informais e descontraídas, é que ele recolhe as informações e capta as tendências da política que, em meia hora, passa da cabeça para o papel.

Castello é um repórter político — “na carteira sou colunista especial”, conta, divertido — que não circula pelo Congresso, não frequenta o cafezinho da Câmara e o salão verde, pontos obrigatórios para os demais jornalistas. Quando aparece é notado, cumprimentado e cercado pelos políticos. Sua última aparição foi no dia da votação da reforma partidária. “Vim sentir o clima”, explicou. Passeou rapidamente pelos corredores, falou com três ou quatro políticos e foi embora.

“Desde 1970, quando a junta militar impediu Pedro Aleixo de assumir a presidência, deixei de ir ao Congresso, pois não tinha mais sentido”, diz ele. Sem fontes, apático, sem poder, o Congresso, que Castello cobriu diariamente durante 20 anos, não o atraía mais. Ele passou então a conversar com políticos como já fazia com ministros, em seus gabinetes, marcando hora, ou em encontros sociais. Num sábado, recente, por exemplo, Castello teve como convidado em sua casa no Lago Sul o ex-governador Leonel Brizola. No domingo à noite, jantou com o ex-governador Miguel Arraes na casa de um amigo comum. Na terça-feira, almoçou com o senador Tancredo Neves. “Quando vou conversar não chego perguntando ‘o que há de novo’, pergunta que é demonstração de incompetência”, ensina. “Vou checar informações que já tenho”.

Para não circular no Congresso, Castello dá outro motivo: atualmente é impraticável fazer um bom trabalho lá, é impossível conversar a sós com alguém, logo surgem repórteres de todo lado. Por isso ele prefere almoçar, jantar e circular à noite, sempre ouvindo, sem fazer uma só anotação. A hora de acordar depende da hora em que foi dormir e da quantidade de líquido ingerido. Aliás, Castello normalmente é calado, sério (“recheado de silêncio”, escreveu seu amigo Otto Lara Resende), mas quando bebe muito, o que é comum à noite, fala e ri com desenvoltura. De qualquer maneira, acorda e, sempre pela manhã, vai para sua sala no JB, lê os jornais, se for preciso dá alguns telefonemas e, na hora do almoço, escreve. Para descansar seus 59 anos de idade e 41 de jornalismo, costuma dormir das 5 da tarde às 8 da noite.

Essa rotina é quebrada apenas por periódicas viagens ao Rio (principalmente para descansar dos políticos, segundo ele) e pelas suas atividades como presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal, cargo que assumiu

em setembro de 1977 meio a contragosto. “Aceitei concorrer porque fizeram uma chantagem, disseram que só comigo na cabeça da chapa é que conseguiriam tirar os pelegos de lá”, conta.

Castello, que no segundo seu discípulo Evandro Carlos de Andrade introduziu no Brasil “o frio, isento jornalismo de testemunho”, considera-se “não engajado” em política. Não tem partido, não assume posições e não assina manifestos. O único que assinou foi protestando contra as conclusões do inquérito que concluiu pelo suicídio do jornalista Vladimir Herzog. Castello veio a tomar posições políticas como presidente do sindicato e teve um certo engajamento a partir do governo Médici, mas segundo ele esse foi um “engajamento cívico, em defesa de princípios essenciais para exercer minha profissão e viver como cidadão”.

HÉLIO MARCOS DOYLE

## Tudo contra o fumo, o álcool e as multi

Abaixo o fumo, o álcool e as multinacionais. Este é o insólito ideário do jornal *O Jústter*, de Porto Alegre, provavelmente o único do país a recusar publicidade de cigarros e bebidas e que agora corre o risco de fechar. Com tiragem de cinco mil exemplares, apenas 550 assinantes e ínfima venda em bancas, o quinzenário só sobrevive graças à devoção de seu proprietário-diretor-repórter-redator-editor-revisor-secretário-contabilista-corretor de assinaturas e publicidade e jornalista José Gabriel Calegari, empedernido abstêmio desde que, aos 11 anos, foi severamente repreendido pela cunhada quando tomava seu costumeiro gole de cachaça antes de ir à escola.

Hoje, perto dos 40, Calegari teme sobretudo que a precariedade financeira do jornal possa obrigá-lo a concessões como a troca do nome e a abertura para os anunciantes de fumo, álcool e ainda de “certos refrigerantes que escrivizam, tipo ‘mente-cola’, ‘engana-cola’ etc...”

Com mulher e três filhos menores, trabalhando 14 horas por dia, fazendo uma refeição diária e só interrompendo o trabalho quando o sono o derruba, Calegari encontra tempo para cultivar um projeto ainda mais incrível que seu jornal: “Estou organizando o Partido Juster Brasileiro, que irá mesclar socialismo e combate aos vícios... Já temos dois candidatos à deputação estadual: o médico Rogério Beylouni, sobrinho do Fernando Ferrari, e eu. O Sermão da Montanha será uma das bases do nosso programa. Se os caras entenderem que o Jota Cristo era vermelho, muito bem... Eu só não quero ser confundido com carola. Outra coisa: no Pejubê não há lugar nem pro Brizola, fumante inveterado, nem pro Simon com aquele cachimbo...”

Persistente — quando revisor da *Caldas Júnior* foi 17 vezes ao gabinete do diretor Breno Caldas pedir permissão para redigir uma coluna antívio no *Correio do Povo*, sem qualquer resultado — Calegari conseguiu ser o único jornalista a romper o cerco dos agentes de segurança e falar com o general João Figueiredo na sua última visita ao sul, um diálogo que *O Jústter* registrou exatamente assim:

— Aperto de mãos! Jú: “Gostaria de saber quando o senhor vai DEIXAR DE FUMAR?” Fig: (dando uns passos e com cigarro entre os dedos — com ênfase) “NUNCA!” Obs.: Toda a comitiva presidencial e legião de bajuladores: RISSOS... Jú: “O meu filho, que é escoteiro e foi escolhido juntamente com outros bons colegas para homenagear o senhor, tinha esta missão: PEDIR QUE O SENHOR DEIXE DE FUMAR: Agora estou desincumbindo-a pessoalmente”. Fig: “Que idade tem o menino?” Jú: “13 anos”. Fig: “Ah, bom... Porque se tivesse mais de 15 então...” (divagação não lembrada, como quem diz: aí pegue o rumo que quiser) para concluir: “O menino está certo; tem razão...” Jú: — “Presidente! O verdadeiro NACIONALISMO começa por isso. E o peixe morre pela boca... OBRIGADO. Felicidades ao senhor. PT saudações (ou PTB saudações como prefeririam alguns...)”.

AYRTON CENTENO

### CIRCULAÇÃO MÉDIA POR EDIÇÃO

Número de exemplares	1978		1979	
	2º TRIMESTRE		2º TRIMESTRE	
<b>INFANTO-JUVENIS — TOTAL</b>	<b>2.429.481</b>	<b>2.235.885</b>	<b>— 8,6%</b>	
Almaque Disney	282.531	241.592		
Bolinha	92.657	74.966		
Cebolinha	199.784	203.021		
Edição Extra Alm. Disney	130.108	115.485		
Fantasma	76.421	97.453		
Luluzinha	89.748	87.098		
Mickey	260.308	220.820		
Mônica	248.690	232.807		
Pantera Cor-de-Rosa	79.612	69.592		
Pato Donald	168.835	162.222		
Pelezinho	96.773	71.474		
Picapau	70.019	83.197		
Recruta Zero	65.008	76.122		
Riquinho	60.151	57.695		
Tio Patinhas	343.817	287.106		
Zé Carioca	165.019	155.235		
<b>FOTONOVELAS — TOTAL</b>	<b>1.909.004</b>	<b>1.638.295</b>	<b>— 16,5%</b>	
Amiga	117.827	115.572		
Capricho mensal	278.799	219.739		
Carícia	298.945	234.432		
Contigo mensal	245.481	184.857		
Grande Hotel mensal	66.337	54.928		
Ilusão mensal	204.441	162.673		
Love Sotry	176.353	155.677		
Sétimo Céu mensal	205.807	203.562		
Sétimo Céu Amor mensal	196.364	201.198		
Supernovelas mensal	118.650	105.659		
<b>FEMININAS — TOTAL</b>	<b>1.245.057</b>	<b>1.303.396</b>	<b>+ 4,6%</b>	
Cláudia mensal	261.541	330.769		
Desfile mensal	192.868	179.563		
Figurino Moderno mensal	105.112	95.726		
Manequim mensal	263.066	254.625		
Nova mensal	180.786	196.690		
Pais & Filhos mensal	132.113	142.287		
Pop	109.571	103.736		
<b>INFORMAÇÃO — TOTAL</b>	<b>771.773</b>	<b>792.331</b>	<b>+ 2,7%</b>	
Exame quinzenal	54.571	50.650		
Manchete semanal	196.061	183.411		
Seleções mensal	154.654	165.431		
Veja semanal	247.145	270.657		
Visão quinzenal	119.342	122.182		
(Não checada pelo IVC, a circulação média de <i>Isto É</i> é de cerca de 60 mil exemplares por edição semanal)				
<b>MASCULINAS — TOTAL</b>	<b>415.023</b>	<b>535.698</b>	<b>+ 28,9%</b>	
Ele Ela mensal	129.265	152.378		
Play Boy mensal	180.348	221.596		
Status mensal	105.410	161.724		
<b>ESPORTE</b>				
Placar semanal	118.046	128.629	<b>+ 8,4%</b>	
<b>AUTOMOBILISMO</b>				
4 Rodas mensal	159.789	198.401	<b>+ 24,5%</b>	
Fonte: IVC, Instituto Verificador de Circulação (só inclui publicações filiadas)				



# O fim de mais um jornal dos Associados

O Diário de Notícias, de Porto Alegre, que vendeu 40 mil jornais, fechou vendendo menos de mil

Um pressentimento já estava no ar, mas o fechamento do *Diário de Notícias*, de Porto Alegre, no penúltimo dia de 1979, não deixou de causar certa surpresa. Afinal, tratava-se de um campeão das bancas nas décadas de 40 e 50, quando vendia 40 mil exemplares, era páreo duro para o *Correio do Povo* — na época o maior jornal do estado — e ganhava prestígio dentro dos Diários e Emissoras Associados, o império jornalístico de Assis Chateaubriand. Verdade que nos seus estertores o *Diário* reduzira sua tiragem a pouco mais de mil exemplares e sumira até das vistas dos assinantes. Os tempos eram difíceis, mas alguns de seus funcionários, como o articulista político J. Thadeu Onar, ainda esperavam a manutenção do velho jornal: "O Chateaubriand" — diz — "jamais faria uma coisa dessas. O negócio dele era diferente: não fechava jornais, comprava-os..."

A morte do *Diário de Notícias* foi anunciada num editorial intitulado *Realidade Empresarial*, atribuindo-a à crise econômica atual. Porém, para J. Thadeu Onar e alguns colegas, a causa determinante é outra. "A razão principal" — argumenta o editor José Joaquim Monteiro, com 27 anos de casa — "foram as más administrações após a morte de Chateaubriand no início dos anos 70". Onar vai mais longe: "O jornal foi simplesmente entregue a nulos que ainda por cima odiavam os gaúchos".

Desde que Chateaubriand adoeceu, em meados de 50, e João Calmon passou a gerir os Associados — cujo representante mais ilustre, a revista *O Cruzeiro*, foi vendido e hoje vive momentos medíocres — o grupo começou a decair. Rádio e TV passaram a ter prioridade enquanto os jornais deficitários eram sumariamente fechados. Vitimados por esta filosofia, morreram *O Jornal*, no Rio, e o *Diário de São Paulo*.

João Paulo Trindade, editor de Cultura, com 22 anos de casa, especifica mais a acusação de incompetência contra a administração: "Guiada por um espírito imediatista, ela transformou o jornal, através de um suplemento dos municípios, num veículo que distribuía elogios baratos explorando a vaidade de prefeitos de comunidades paupérrimas em troca de

dinheiro". Pagando salários baixos — editor, Cr\$ 9 mil; repórter, Cr\$ 6 mil — logo o jornal passou a ser encarado como um bico. Alguns exemplos: Onar é empresário do ramo imobiliário; Monteiro, desembargador; Trindade, assessor de imprensa da Sudesul. Com apenas um carro para a reportagem, o jornal costumava circular com 80% de *press-releases*, distribuídas por magras 12 páginas. Dos 15 repórteres existentes em 1960, sobraram seis numa redação de 38 pessoas.

"Com Chateaubriand doente, ninguém mais queria reaparelhar o grupo. Cada condômino queria tirar sua fatia e gastá-la", conta o romancista Josué Guimarães, seu ex-redator-chefe, de 1959 a 1961. Opositor do governo Getúlio Vargas, o *Diário de Notícias* sofreu um primeiro baque quando Chateaubriand ainda atuava a frente dos Associados: o incêndio de suas instalações, em 1954, por populares revoltados que, no dia da morte do presidente, lembraram-se de seu crítico mais insistente em Porto Alegre.

Do centro, redação, administração e oficinas foram transferidas para a rua São Pedro, onde o jornal, em 1964, viveu seu maior momento. "Na madrugada do 1º de abril" — relembra Monteiro — "fizemos cinco primeiras páginas para que os acontecimentos não nos surpreendessem. Pela manhã, porém, o general Ladário Teles, comandante do III Exército, apreendeu a edição. Mas toda a operação, com muitos veículos militares, havia sido fotografada e, caindo de cansados, lançamos uma sexta edição com a cobertura do confisco, que foi um sucesso..."

Na última década, o jornal somente esgotou nas bancas uma vez, graças a uma gafe de conseqüências muito desagradáveis: a publicação de uma foto do ex-presidente Ernesto Geisel adornada com descomunal pênis. Houve prisões e demissões.

Isolado no morro de Santa Teresa onde funcionam a rádio Farroupilha e a TV Piratini, raramente visitando o prédio da rua São Pedro, o diretor Estádio Ramos é um dos *alienígenas* — termo usado pela redação para designar os homens escolhidos pela cúpula dos Associados para administrar o jornal gaúcho — mais criticados. "A atitude deste homem é



Em 1954, os trabalhistas incendiaram o prédio do jornal em protesto

uma afronta ao Rio Grande", desabafa J. Thadeu Onar, para quem Ramos deveria ser interpelado pelo governador, prefeito e deputados, para explicar as razões que levaram o jornal ao fim.

Enquanto isso, Ramos mantém silêncio. Ele esquiva-se de entrevistas, alegando reuniões urgentes e viagens. O fato dá margem à proliferação de boatos, ora assegurando que o jornal está sendo negociado com um grupo ligado ao ex-secretário de Turismo, Mário Ramos — que ambiciona o governo estadual —, ora que os verdadeiros compradores seriam homens do PTB. O certo é que o comprador terá de arcar com uma respeitável dívida, inclusive com o INAMPS que nunca foi pago. Há quem diga que a própria sede estaria empenhada junto a Previdência.

No entanto, os Associados não assumem o fechamento definitivo do órgão, acenando com uma possibilidade de sobrevivência ao falar em suspensão da circulação. Os mais otimistas acreditam que o jornal poderá retornar como especializado na área econômica, um antigo plano da direção.

Caso isso não ocorra, o *Diário de Notícias* — fundado em 1925 e logo comprado por Chateaubriand para propagar a revolução de 1930 — viverá principal-

mente na memória de seus jornalistas que, como José Joaquim Monteiro, lembram de seus melhores dias: "Na década de 1940" — conta "sempre furávamos o *Correio do Povo*, que tinha o sistema de só dar notícia com confirmação. Quando ainda se discutia sobre o destino do senador Salgado Filho, que embarcara num avião em Porto Alegre e, há várias horas, já deveria ter aterrissado em São Francisco de Assis a 400 quilômetros de Porto Alegre, nós estávamos na rua com uma edição extraordinária noticiando a morte do homem. Nosso diretor, Ernesto Correa, quando as autoridades desmentiam tudo, virou-se para a redação e disse: "Todo o mundo virou torresmo!" Em seguida, preparamos a edição".

O jornal também gostava de trazer novos temas para debate e nesta tarefa realizou campanhas pela criação da aviação civil, da estação rodoviária de Porto Alegre, pela implantação dos supermercados, entre outras.

Mas, na luta pelo *furo*, nem sempre o jornal era feliz. "Apressados querendo noticiar antes da Calda Júnior" — conta Monteiro — "acabamos matando o Papa Pio XII numa manchete de primeira página quando ele estava morre não morre. Uma grande *barriga* do velho diário".

Parque Marinha do Brasil, televisão, Ipanema, cinema, teatro e Parque da Redenção tem o ano inteiro. Mas a IV Fenavinho é só em fevereiro.



**IV FENAVINHO**  
Uma festa nacional com gostinho colonial.



**Bento Gonçalves**  
De 1ª a 19 de fevereiro de 1980

PUBLIVAR



# Os textos provisórios da oposição

Os programas e os manifestos dos partidos em formação são ainda muito provisórios, como, de resto, os próprios partidos. Têm o caráter de propostas, que deverão percorrer o longo ciclo das convenções municipais às nacionais, estas os foros competentes para aprovar, em última instância, as doutrinas partidárias. Mas é claro que os documentos já dados ao público indicam mais ou menos o rumo procurado por cada agremiação. Afinal, será com base nessas propostas que cada partido tratará de arregimentar bases. Vale, portanto, uma análise destes textos provisórios.

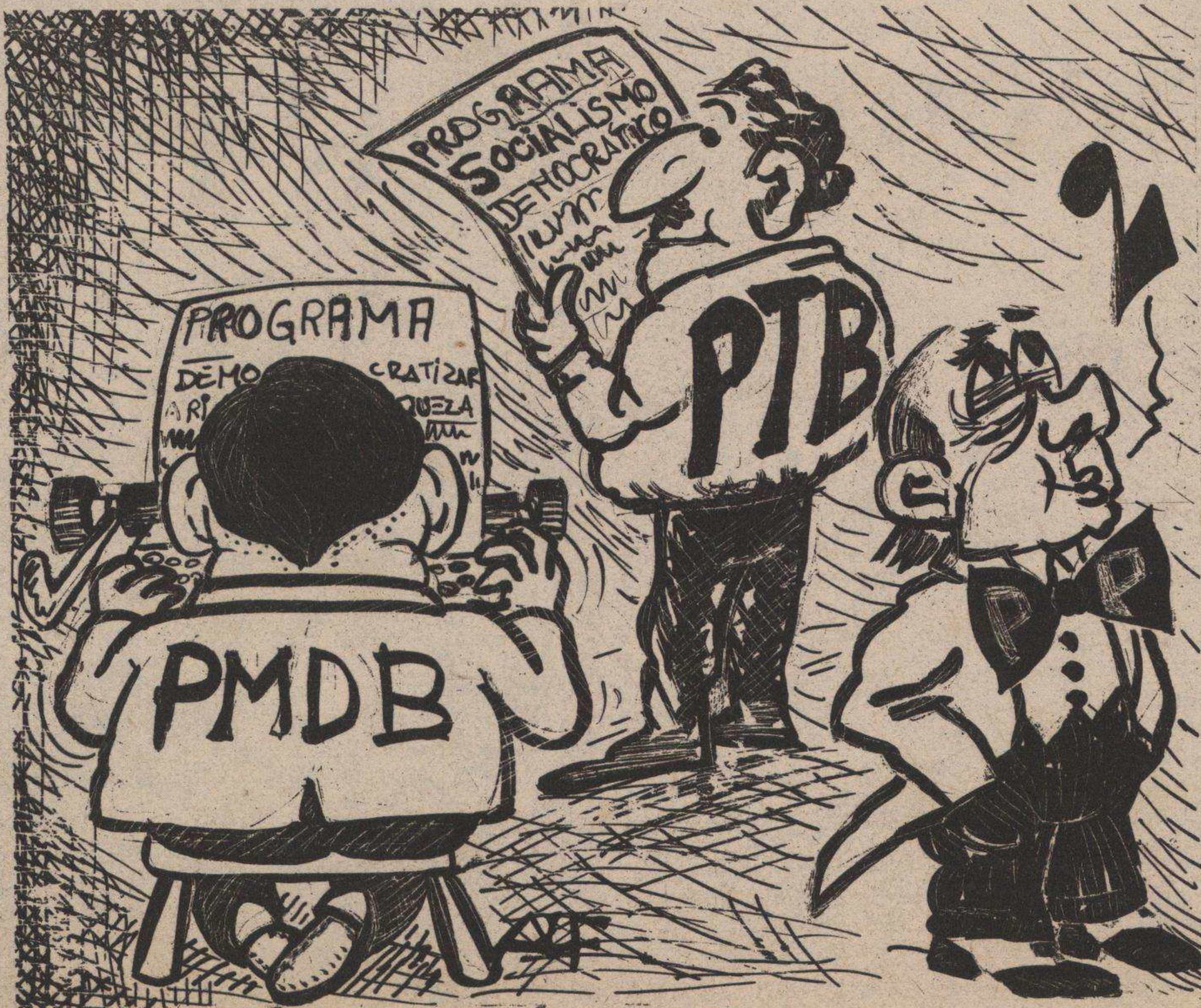
Dos partidos em formação na seara das oposições, três deles explicitaram de algum modo as duas propostas: o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e o Partido Popular (PP). Dos três, é o PTB que está mais avançado em termos formais: já tem um manifesto e um programa aprovados solenemente e conforme os ritos da nova lei. Na assembleia dos fundadores, realizada, no dia 22 de dezembro, no Rio. Também já aprontou um projeto de estatutos.

O PMDB deu a público dois textos — programa e manifesto — ambos duplamente provisórios. É que se trata de propostas de uma comissão que prepara o lançamento do PMDB e essa proposta está sendo submetida aos que serão os fundadores do novo partido. A assembleia dos fundadores do PMDB está marcada para 15 de janeiro, em Brasília, quando então, aqueles dois textos, com as modificações que tiverem sido feitas, ganharão o caráter oficial.

Finalmente o PP de Tancredo Neves e Magalhães Pinto já lançou dois documentos: um discurso de Tancredo e um manifesto à nação lido por Magalhães no Rio. As propostas do PMDB estão em documentos mais longos e visam a uma alternativa política que ainda encontra dificuldades de concretização, a aliança entre liberais progressistas e as esquerdas independentes.

Desde logo, a leitura das 26 laudas do programa e das seis do manifesto chama a atenção por uma falta: não se encontra uma vez sequer a palavra *socialismo*. Nem, bem entendido, *socialista*, *socialização*, etc. A ausência é surpreendente — pois, afinal, em todos os setores do PMDB se defende algum tipo de socialização — mas não é casual. Ao contrário, a omissão do termo *socialismo* parece ter tido o propósito de passar ao largo da discussão clássica em meios de esquerda sobre os modos de socialismo, social-democracia, etc.

Em diversos momentos, quando tratam de alternativas para a sociedade brasileira, os documentos rejeitam o apelo "a chavões e fórmulas preconcebidas ou importadas" e há mesmo um



ataque frontal "ao vanguardismo despótico de elites supostamente revolucionárias". Trata-se, parece claro, de uma rejeição direta à atuação de pequenas organizações de esquerda integradas basicamente por quadros de classes médias, sem penetração nas massas de trabalhadores. É nessas organizações e em torno delas que se travam as discussões sobre modos de socialismo, o assunto que as propostas do PMDB trataram de evitar.

Em outras palavras: esses dois documentos do PMDB têm a pretensão de inovar. O objetivo é apresentar uma proposta original para a sociedade brasileira dos dias de hoje. Por isso, se evitam alguns termos clássicos. Antes de se examinar se há ou não originalidade, vejamos quais são as idéias.

Pode-se dizer que a proposta política central do documento do PMDB é o que ali se chama de "democratização das formas de poder, produção e riqueza". O objetivo, diz uma passagem do manifesto, "é uma sociedade que seja capaz de organizar-se para praticar a democracia não apenas no governo, mas em todas as instituições onde os homens exercem poder uns sobre os outros". Já se vê que a base de tudo é um conceito ampliado de democracia que se poderia chamar de "democracia de participação popular".

Assim, em vez de socialização dos

meios de produção, por exemplo, fala-se em "democratização do sistema de produção", indicando-se que, conforme o momento, o lugar e a situação, haverá diferentes formas de "controle democrático-popular da produção". Os documentos falam mesmo em "multiplicar as formas de participação popular no poder". Em vez do clássico "redistribuição da renda", fala-se em "democratização da riqueza", pretendendo-se que este último conceito seja mais amplo na medida em que os modos de distribuição estariam sempre definidos e sob controle de setores diretamente interessados.

Em resumo, a tese central preconiza que só haverá democracia, desenvolvimento, liberdade e justiça social quando a sociedade se auto-organizar em todos os seus setores, "em toda a parte onde os homens moram e trabalham". Trata-se de algo que pode ser original para a política brasileira, mas vê-se logo que não é inédito. A idéia vem aparecendo um pouco por toda a parte, onde as maiorias oprimidas e minorias marginalizadas reagem contra as grandes concentrações de poder, de qualquer tipo, e de riqueza. Nessa linha, como não podia deixar de ser, os documentos do PMDB dedicam espaço à luta das mulheres, dos negros, dos índios, das minorias todas. E cuidado

especial aos menores carentes e à grande massa de marginalizados. "Erradicar a miséria é a prioridade das prioridades", diz a primeira linha do capítulo *Política Social* do PMDB.

Nisso, aliás é um claro paralelismo com os documentos do PTB — manifesto e programa — que apenas uma vez, de passagem, num rabo de grase, incluem uma referência expressa ao socialismo. Aparece a palavra *socialista* adjetivando "sociedade livre e democrática". Parece mesmo que a expressão foi colocada ali porque Brizola e muitos petebistas andaram falando de "socialismo democrático". E foi só. Em todos os outros trechos onde se define a sociedade objetivada e os meios a alcançá-la aparecem expressões e termos parecidos com os que se vê no texto do PMDB: democratização, auto-organização comunitária, controle popular-democrático, por aí.

E o programa do PTB faz mesmo a seguinte relação, pela ordem, dos seus compromissos programáticos prioritários: 1) com crianças e jovens; 2) os interesses dos trabalhadores; 3) a mulher; 4) o negro; 5) os índios; 6) a defesa da natureza brasileira; 7) recuperação para o povo brasileiro de todas as concessões feitas a grupos e interesses estrangeiros, lesivas ao nosso patrimônio, à economia social a atentatórias à nossa própria soberania.

Com variações de ênfase e matizes, são temas que surgem em toda parte nos textos do PMDB, embora nestes seja mais clara e explícita a intenção de inovar e formalizar as propostas para a "democracia de participação popular".

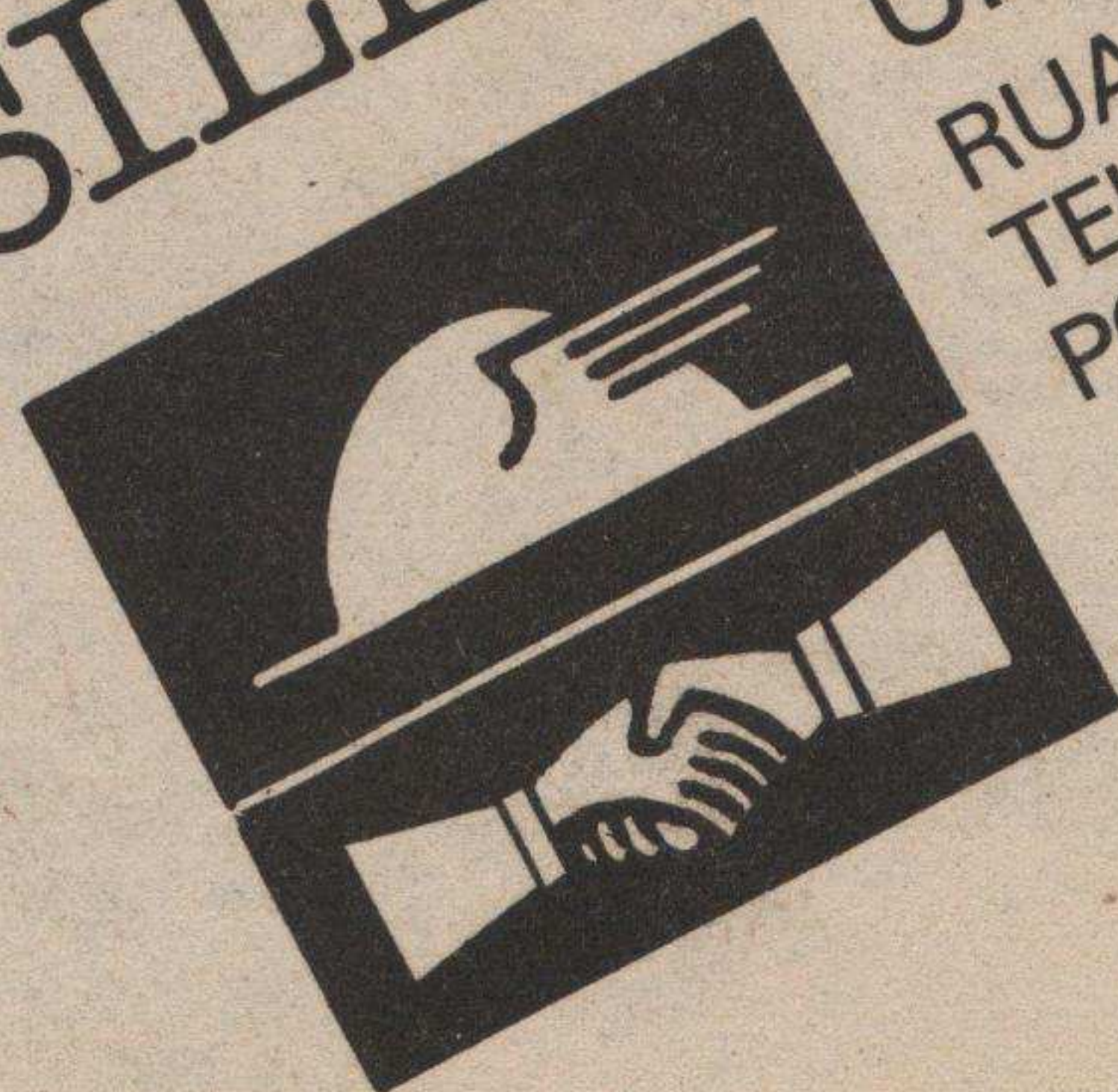
Fica claro que todos os textos preconizam a república, o regime federativo, parlamento e judiciário livres e soberanos, executivos eleitos por sufrágio direto, as liberdades públicas, os direitos universais do homem, todas as liberdades sindicais. Mas, se por exemplo, os documentos do PP ficam nisso, os do PTB e do PMDB vão além, preconizando modos de participação e controle democrático-popular.

E os do PMDB são ainda mais explícitos nesse ponto, pois os do PTB, pelas ligações com o velho trabalhismo — Getúlio Vargas e sua carta-testamento são explicitamente invocados — vira-e-mexe caem em algumas fórmulas dos movimentos pré-64.

Em todo o caso, os projetos apresentados pelos dois partidos — PMDB e PTB — são efetivamente projetos de governo mais ou menos progressistas. O que indica que essas vertentes da oposição têm idéias muito claras sobre o fazer se chegarem ao governo. Pode parecer surpreendente, mas as oposições têm propostas concretas e factíveis para governar.

## UNIPREV

MONTEPIO FUNDADO EM 13 DE AGOSTO DE 1965  
HA 14 ANOS PROTEGENDO A  
FAMÍLIA BRASILEIRA.



UNIÃO PREVIDENCIÁRIA  
RUA DOS ANDRADAS, 1251 — 9º ANDAR  
TELEFONES: 21-3625 — 21-5869  
PORTO ALEGRE — RS

SEDE: PORTO ALEGRE





## Em nome do sabor, do prazer, da satisfação.

Em nome da felicidade e da alegria de viver. Do sagrado direito das pessoas de gozarem o que a vida tem de bom.

Um gostoso sanduíche de presunto, queijo e Margarina Primor num pátio de colégio. Um delicioso cachorro-quente com mostarda e Maionegg's num começo de madrugada. Um suculento assado com gostinho de Margarina Flor numa manhã de domingo. Uma salada, uma fritada, um bolinho preparado com o insuperável Óleo Primor. São sabores que a gente não esquece e que enri-

quecem nossas vidas. Aliás, desde 1929, a Samrig participa da vida diária das pessoas. Naquele ano, em um moinho em Porto Alegre, a empresa começava a produzir farinha de trigo. Hoje, 50 anos depois, no maior parque integrado de processamento de soja da América Latina, em Esteio, a Samrig fabrica óleos vegetais, margarinas, maioneses, proteínas. E seus produtos vão à mesa de milhares e milhares de brasileiros, todos os dias. Em nome do prazer, da felicidade e da delícia de viver.

50  
ANOS

**SAMRIG**

Há 50 anos participando da vida de nossa gente.



# Médicos condenam a multi

Certamente não estava nos planos da multinacional American Medical International (AMI) provocar uma união até então inédita das principais entidades médicas e hospitalares do país. Mas é o que está acontecendo, principalmente devido às facilidades que a AMI está encontrando em sua investida fulminante no setor de atendimento hospitalar. Os médicos estão planejando até um dia de protesto, quando paralisarão as atividades e estão dispostos a levar a campanha até o fim, ou seja, até que o governo crie uma legislação proibindo a presença de capital estrangeiro no setor de atendimento médico.

O fato que despertou a atenção dos médicos foi o contrato firmado entre a AMI e a Siderúrgica Aço Minas Gerais S/A (Açominas), empresa de economia mista com capital da Sidebrás e do estado de Minas Gerais. O contrato foi firmado em dezembro de 1978, mas só chegou ao conhecimento público no último trimestre do ano passado. Ele prevê a construção de um hospital de 160 leitos na cidade de Ouro Branco num terreno de 40 mil metros quadrados, cedido pela Açominas, em regime de comodato à AMI, que tem prioridade para comprar o terreno durante o prazo de vigência do contrato: 20 anos.

A Açominas se compromete a construir casas para os funcionários do hospital e a pagar uma taxa de manutenção e outra de retorno, no valor de 15% ao ano sobre o valor dos investimentos efetuados pela AMI, o que garante à multinacional a recuperação do capital empregado num prazo de cinco anos. A partir de então, ela passa a trabalhar com lucro. A Açominas fornece ainda a clientela do hospital, ou seja, os operários da Siderúrgica de Ouro Branco e seus familiares. A utilização dos leitos ociosos fica a critério da AMI, bem como a seleção dos médicos que trabalharão no hospital.

"Com tudo isso, conclui-se que a AMI fez um excelente negócio, já que os riscos são cobertos pela Açominas, tem clientela garantida e poderá tranquilamente operar em outras áreas, ainda que com prejuízos iniciais", dizia uma nota assinada pelas entidades organizadoras da campanha, entre as quais a Federação Nacional dos Médicos.

E as previsões foram confirmadas. Feito o contrato com a Açominas, a AMI partiu para novas aquisições. Assumiu o controle de dois hospitais de Taubaté, São Paulo: o Santa Isabel e o das Clínicas, este um dos cinco melhores aparelhados do país. Os dois hospitais estavam mergulhados numa grave crise financeira.

Vários outros hospitais nas mesmas circunstâncias já estão sendo sondados pela AMI, entre os quais o da Santa Casa de Misericórdia, de Porto Alegre. Ao mesmo tempo, a AMI mantém entendimentos com a Superintendência da Zona Franca para a construção de outros dois hospitais em Manaus.

Os representantes das entidades médicas argumentam que contratos tão vantajosos jamais foram oferecidos para grupos ou associações médicas brasileiras e acusam a multinacional de se aproveitar da crise no setor hospitalar para tentar assumir o controle dos serviços de saúde no país.

Dia 3 de janeiro, os representantes do Sindicato Médico, da Associação Médica, do Conselho Regional de Medicina, da Associação dos Hospitais e da Unimed reuniram a imprensa, em Porto Alegre, e fizeram um veemente protesto contra a penetração das multinacionais no setor da medicina, lembrando que o setor de medicamentos já está totalmente entregue ao capital estrangeiro. Manifestações como esta serão repetidas nas outras capitais, "para impedir a remessa de lucros para o exterior, provenientes da mercantilização sobre a doença do brasileiro".



Adolfo, Hamilton e Marise, três dos estudantes presos

## A "explosão popular" em Florianópolis contada em livro

Um professor catarinense, testemunha dos incidentes em Florianópolis, ouviu até depoimentos de donas-de-casa

Aquele episódio de 30 de novembro do ano passado, quando o presidente Figueiredo e sua comitiva, vaiados, reagiram trocando socos e empurrões com populares, vai ser registrado em livro. O autor é uma das tantas testemunhas destes fatos, o professor Remy Fontana, que leciona Teoria Sociológica e Introdução à Ciência Política na Universidade Federal de Santa Catarina.

Catarinense de Concórdia, com 32 anos, Remy Fontana pretende que seu livro sirva como "memória necessária" do incidente de Florianópolis. Ele considera que os registros da grande imprensa e a versão oficial tenderam a minimizar o que aconteceu, qualificando o episódio como fato isolado, conduzido por estudantes inconseqüentes liderando minorias radicais.

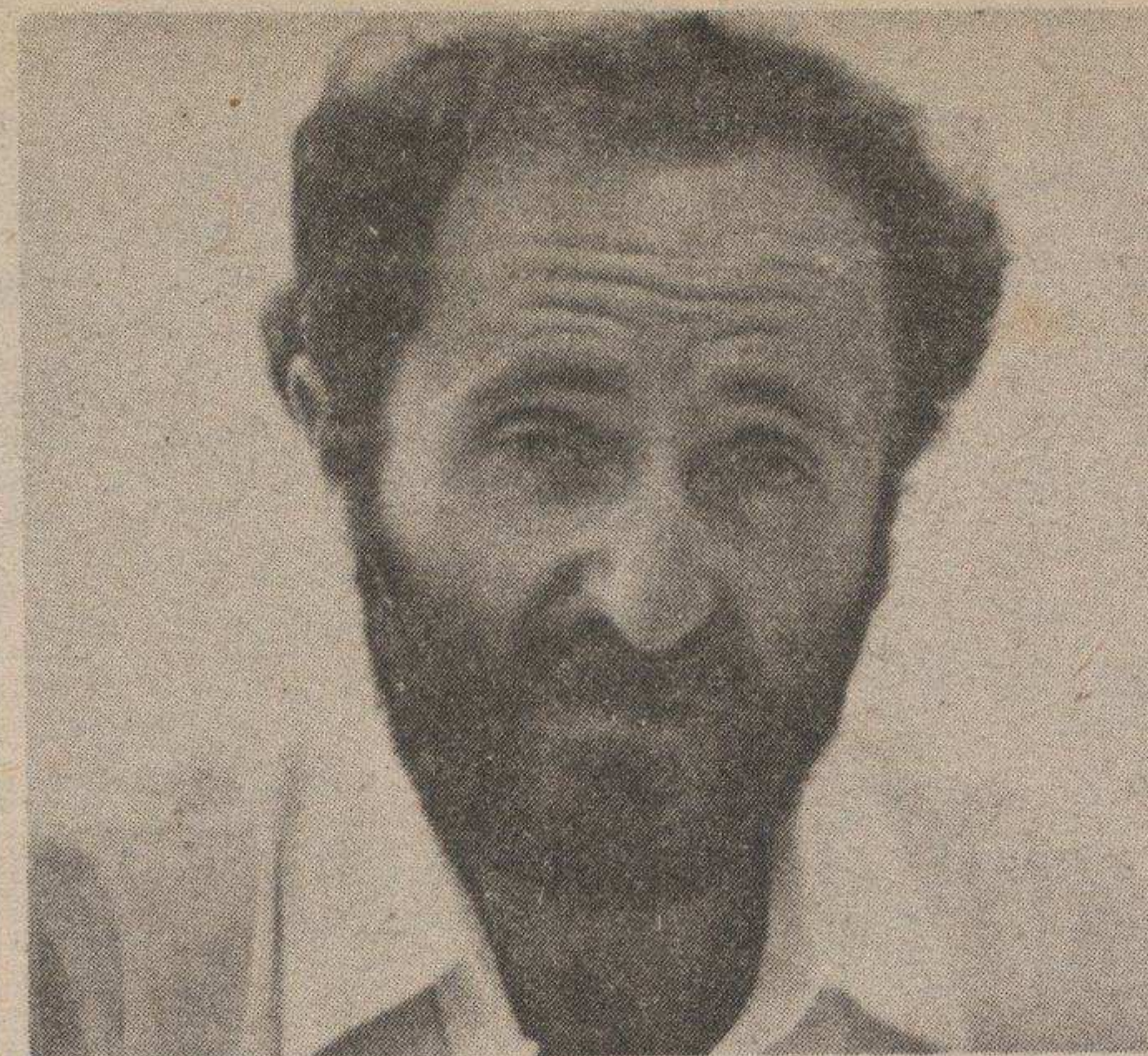
"Não, decididamente não foi isto que aconteceu", garante ele, com base no perfil que fez dos sete estudantes ameaçados de enquadramento na Lei de Segurança Nacional. "Eles não lideravam minorias: quando estavam presos, sete mil pessoas saíram espontaneamente às ruas de Florianópolis reivindicando a sua liberdade, na terça-feira, dia três de dezembro".

Entre tantos depoimentos que apresentará em seu livro, o professor traz o de uma dona-de-casa da Costeira do Pirajubaé, bairro espremido entre o mar e os morros que margeiam a estrada que liga o aeroporto com o centro de Florianópolis. Ela conta uma cena que não foi registrada por nenhum veículo de comunicação:

— Eu notei que eles (a comitiva presidencial) apontavam lá na curva e dei o sinal. Ai as minhas vizinhas apareceram nas portas de suas casas e todas nós, ao mesmo tempo, ficamos batendo com colheres e paus nos fundos das panelas, vazias, para ver se os homens entendiam o recado. Dos dois lados da rua tinha mais de 50 donas-de-casa, mas eles nem pararam para olhar, até aceleraram a marcha e desapareceram.

A seguir, algumas das idéias que Remy Fontana pretende expor em seu livro.

"Na forma o fato foi insólito. Não é todo dia que um presidente da República sai à rua no braço com a população. No conteúdo revelou uma situação crítica, dando ao incidente de Florianópolis a dimensão de um divisor de águas. Poderá definir uma virada no relacionamento governo-povo, na medida em que este enfrentou diretamente o símbolo máximo



Remy Fontana: uma outra versão

da autoridade e o símbolo máximo da repressão — porque autoridade e repressão se confundem num regime autoritário e de exceção.

"O enfrentamento significa que o povo deixou de ser conformista — na verdade nunca o foi, esteve sempre submetido — e foi para a rua de forma espontânea. E cheio de reivindicações políticas, ainda que de forma desorganizada e caótica.

"A imprensa dita liberal e grande deixou de registrar muita coisa, talvez em virtude de suas ligações com a classe dominante, enquanto a imprensa alternativa não captou a real dimensão do incidente. No plano microscópico ele revelou uma situação que não é peculiar de Florianópolis, mas que tem forma similar em todo o Brasil.

"A forma explosiva 'pouco educada' como o povo se manifestou, e que tanto desagradou aos conservadores e aos liberais, era previsível. Nosso povo nunca teve oportunidade de participar de coisa alguma, como se poderia esperar padrões de comportamento político de um povo politicamente castrado? Os palavrões, que tanto chocaram, não partiram dos estudantes, mas sim do povo, explodindo.

"Entendo que a explosão popular em Florianópolis não foi uma falta de boa educação e de hospitalidade, nem se deveu a insatisfações contra a elevação dos preços, notadamente da gasolina, nem a uma ação insidiosa de minorias ou a um repúdio ao populismo de Figueiredo.

"O que houve, então? O povo atacou a autoridade máxima da República, não mais ao nível da generalidade abstrata,

distante e diferenciada, mas sim a autoridade personificada na pessoa física e singular do general Figueiredo, sem todas as mediações, acomodações, diluições e amortecimentos políticos, burocráticos e simbólicos.

"Isto, apesar da falta de organização popular e de formas mais consistentes de atuação, revela indícios de formas de luta que privilegiam a ação direta. Este é o aviso que precisa ser levado em conta. Ou o povo conquista a partir de seus próprios interesses o direito de entrar autonomamente na cena política e implementar projetos e definir programas, criando mecanismos institucionais que assegurem sua participação, ou iremos, a médio prazo, todos pelos ares."

"Todos são cidadãos conseqüentes", afirma o professor Remy Fontana ao referir-se aos estudantes presos e processados pelo incidente de 30 de novembro, em Florianópolis. Como prova maior de sua tese, ela dá as idéias dos rapazes e moças:

**Lígia Giovanna, 23 anos:**  
"Sou uma médica desempregada. Saí da cadeia dia 13 e me formei dia 14 de dezembro. Vou fazer um curso de pós-graduação em Saúde Pública. Pouca gente sabe que a saúde da população não depende da assistência médica. Nos países mais desenvolvidos, onde as pessoas têm um bom nível de vida, ela é necessária, mas num país como o nosso é um privilégio odioso. A falta de condições de vida, a má alimentação, os baixos salários, a subhabitação e os subempregos são os responsáveis pelos nossos alarmantes índices de mortalidade infantil e incidência de doenças."

**Marise Lippel, 20 anos:**  
"Estou terminando Farmácia e Bioquímica, com especialização em Tecnologia de Alimentos, uma opção que não é muito sonhadora. Não vejo gente séria nesta profissão, os tecnólogos a nível superior na área de alimentação são pessoas comprometidas com as multinacionais que dominam o mercado brasileiro. Trabalham em indústrias que não estão preocupadas com a saúde da população, mas interessadas no lucro do patrão. Quero dar minha contribuição neste campo, mas vai ser difícil nesta estrutura injusta que está aí."

**Hamilton Alexandre, 20 anos:**  
"No meu curso, Administração de Empresa, não vejo como poderei fazer um trabalho de alcance popular. Hoje se entra na universidade para aprender a tecnologia capitalista — e sua ideologia — e se sai dela pronto para ser patrão ou funcionário como preposto de patrão junto a uma imensa legião de explorados. Dentro das empresas as preocupações estão em conseguir mais lucros, explorando o trabalho do homem. Minha experiência vou tentar aplicar em trabalhos comunitários, grupos de estudos ou associações de bairros, socializando o que sei. Me cobrem um dia se porventura eu vier a trabalhar numa empresa com outras características."

**Adolfo Luiz Dias, 25 anos:**  
"Sou quintanista de Direito, presidente do DCE da Universidade Federal de Santa Catarina, mas não me interessa atuar como advogado. O curso me dá um perfeito entendimento da estrutura jurídica do estado, usado como forma de opressão da burguesia. Minha perspectiva profissional é pouco profissional no sentido estrito do termo: quero atuar politicamente, continuar lutando pela libertação do povo brasileiro."

**Rosângela Koerich, 23 anos:**  
"Tive uma experiência anterior como professora, lecionando. Foi gratificante e ao mesmo tempo angustiante lecionar inglês numa comunidade onde as crianças nem comida tinham e achavam muito estranho que outras pessoas falassem uma língua diferente da nossa. Foi ali que eu despertei para o problema de conscientizar este povo. Como perdi meu emprego, deixei o curso de Letras e fui para o de Direito. Lá eu procuro desmistificar a posição de que o Direito é neutro, que serve a todos. Lá eu faço um trabalho de denunciar que ele é feito pela burguesia e para a burguesia. Com uma proposta política destas eu tenho uma aspiração: lecionar Direito Constitucional para lançar mais luz sobre o problema da origem do estado, que nos é dado de forma totalmente mentirosa. Se não der, vou atuar em sindicatos."

RENAN ANTUNES DE OLIVEIRA



# Vítima de assalto, o cardeal culpa a família desagregada

Dom Vicente Scherer também acha  
que não se deve criticar a polícia

Uma semana após ter sido assaltado e esfaqueado, o cardeal gaúcho Vicente Scherer ocupou todo o programa *A Voz do Pastor*, que apresenta às segundas-feiras pela Rádio Difusora, de Porto Alegre, para relatar o episódio de que foi vítima e apresentar as causas que, segundo ele, determinam a violência nas grandes cidades.

— Parece-me que a multiplicação dos elementos anti-sociais e criminosos depende da família, hoje prejudicada de toda maneira pela exaltação do desbragamento dos costumes, pelo desinteresse dos pais em orientar os filhos desde pequenos, pela exaltação de todas as excentricidades sexuais, pelo divórcio desagregador, pela indulgência para todas as liberdades, pelas uniões livres — opinou o cardeal.

E aproveitou para criticar, como de costume, os setores progressistas, afirmando que "a solução é mudar e melhorar o homem inteiramente em sua mentalidade". Segundo ele, "sem isso, nem melhoramentos da água, urbanização, luz, esgotos e tudo que é necessário e indispensável conseguirão as modificações esperadas". E acrescentou:

— Muito menos o obterão um tipo de comunidades de base, de contestação, de doutrinação sócio-política, de revolta contra outras classes e núcleos de descontentamento e irritação, como existem em outras partes do país.

O comentário do cardeal revela seu desconhecimento sobre os problemas das populações que vivem nas periferias das grandes cidades. É que, ao contrário do que acontece nas outras capitais, a Cúria Metropolitana de Porto Alegre não desenvolve qualquer espécie de trabalho junto a populações carentes. Basta ver que o Movimento de Justiça e Direitos Humanos de Porto Alegre, criado por um grupo de cristãos no ano passado, desenvolveu-se sem o menor amparo do Cardeal e até com uma certa antipatia.

No entanto, o assalto contra Vicente Scherer teve grande repercussão em todo o país e serviu para que os setores mais conservadores voltassem a clamar um comportamento "mais enérgico" das autoridades. Quer dizer: mais poder para a polícia, a criação da prisão cautelar, que nada mais é do que a legalização das prisões ilegais e até a pena de morte.

O próprio cardeal, em suas reiteradas manifestações após o assalto, pediu "uma forte e arregimentada ação repressora por parte da polícia" e chegou a dizer que se estivesse armado atiraria nos assaltantes. E chamou de "irresponsáveis" os que criticam a violência policial.

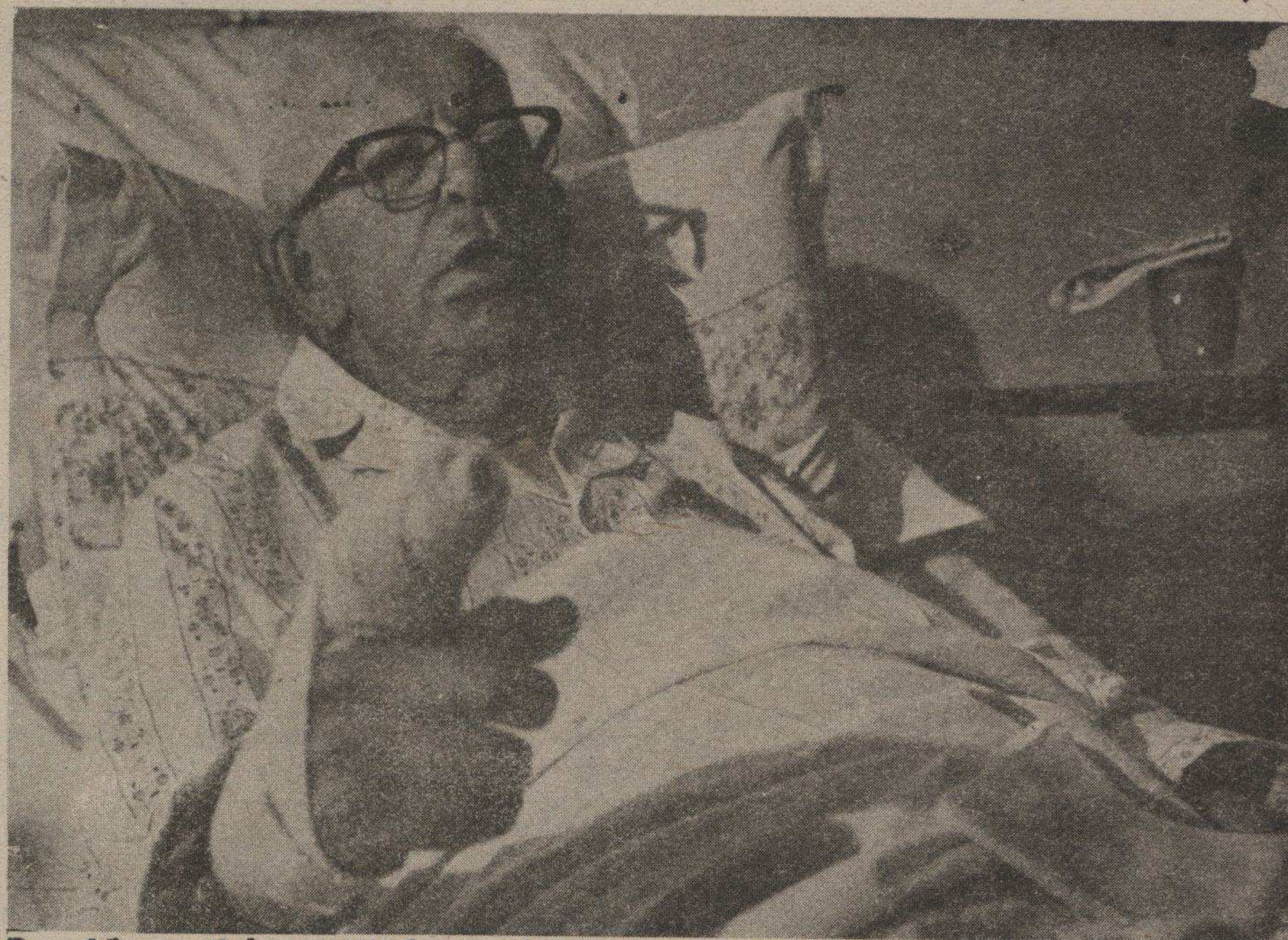
Nos últimos tempos, a polícia gaúcha vinha enfrentando uma série de críticas baseadas em fatos concretos. Na última quinzena de dezembro, por exemplo, dois casos de arbitrariedades cometidas pela Brigada Militar e pela Polícia Civil conseguiram angariar a antipatia da Opinião pública. O primeiro foi o assassinato de um *trombadinha* com um tiro pelas costas, desferido por um inspetor do Dops em pleno centro da cidade. O outro foi o espancamento de um jovem por soldados da PM, que foi filmado pela TV Gaúcha e apresentado no quadro local do programa *Fantástico*. Existe além destes episódios, uma série de inquéritos na Justiça incriminando policiais por abuso de autoridade.

Não foi por outra razão que o secretário da Segurança João Leivas Job e o comandante da PM, Milton Weyrich foram convidados a prestar esclarecimentos aos deputados da Comissão de Constituição e Justiça da Assembléia Legislativa, na última semana de 1979. Na ocasião, aliás, o deputado Carlos Augusto

de Souza leu um abaixo-assinado de protesto dos moradores do edifício onde mora o delegado Jorge Gasparotto. Segundo o documento, Gasparotto ameaçara a todos os que estavam fazendo festa na noite de Natal de obrigá-los a prestar depoimento na polícia.

Esfagueado com pontações de faca de cozinha e abandonado nu, o Cardeal Scherer e todas as autoridades ficaram chocados. A polícia, entretanto, encarou como episódio de rotina. Afinal, passados dois meses não foram presos todos os autores de um crime mais violento, quando um major da Polícia Militar foi assassinado a tiros dentro de um bar de sua propriedade, ao resistir a um assalto.

Mas o assalto foi oportuno para acelerar outras medidas na área governamental. O secretário da Justiça, Celestino Goulart, aproveitou as farras manchetes dos jornais para anunciar a reabertura do presídio da Ilha, fechado em 1973 por pressão de advogados, parlamentares e jornalistas. Até aquela data, o presídio



Dom Vicente Scherer: "Exaltação do desbragamento dos costumes"

da Ilha Grande estava à disposição da Secretaria da Segurança e servia como depósito e esconderijo de presos comuns e até de presos políticos.

A reabertura do presídio já vinha sendo ventilada há vários meses, mas as autoridades, talvez preocupadas com as repercussões, ainda vacilavam para tomar a decisão final. Goulart afirma que o presídio será controlado pela Secretaria da Justiça e que abrigará os presos de maior periculosidade. No entanto, uma comissão mista da Assembléia Legislativa já manifestou interesse de visitar a ilha e verificar as reais condições do presídio.

Em tudo isso, a nota pitoresca ficou por conta do secretário de Segurança. Visivelmente irritado com o acontecido, Leivas Job esbravejou: "Este atentado fez parte de um plano internacional para desmoralizar a polícia, cujas diretrizes foram traçadas numa reunião em Havana". Em todo o caso, no dia seguinte ao assalto ele conseguiu que o governador Amaral de Souza concordasse em equipar a polícia com mais 150 viaturas, coisa que estava tentando desde setembro passado, sem sucesso.

RAFAEL GUIMARÃES

PROMOÇÕES QUINTETO APRESENTA

“Argentina  
Tango Show”

ESTRÉIA DIA  
16 DE  
JANEIRO



21  
HORAS  
TEATRO  
LEOPOLDINA

Ingressos à venda no local



# FIN-HAB:

# FRAUDES NA POUPANÇA

Disputa pelo poder  
deixa descobertas  
irregularidades na  
maior caderneta  
privada do Brasil

Há anos que o fantasma de um grande escândalo rondava pelos corredores da Fin-Hab, sem que o deixassem escapar. Algumas vezes logrou arrastar-se furtivamente até os portais da imprensa, mas ninguém quis decifrá-lo e jogá-lo na praça por inteiro. O que é compreensível, pois além de feio e multiforme ele portava rubricas proibitivas de gente muito influente e o peso do capital da maior caderneta de poupança privada do Brasil — com 200 mil associados, Cr\$ 2 bilhões e 600 milhões em depósitos, quase Cr\$ 4 bilhões e 500 milhões de ativo e garantias de cerca de Cr\$ 8 bilhões em hipotecas.

Nos últimos dias do ano passado, porém, ele irrompeu em plena Assembleia Legislativa, embora mostrando apenas uma de suas facetas. Foi quando o deputado Adilson Motta, eleito pela Arena, denunciou a conivência do BNH em irregularidades praticadas pela Fin-Hab, que resultaram na falência da Cia. Deltari de Incorporações e da Construtora Still S/A, prejudicando a dezenas de pessoas que compraram apartamentos em construção por essas empresas.

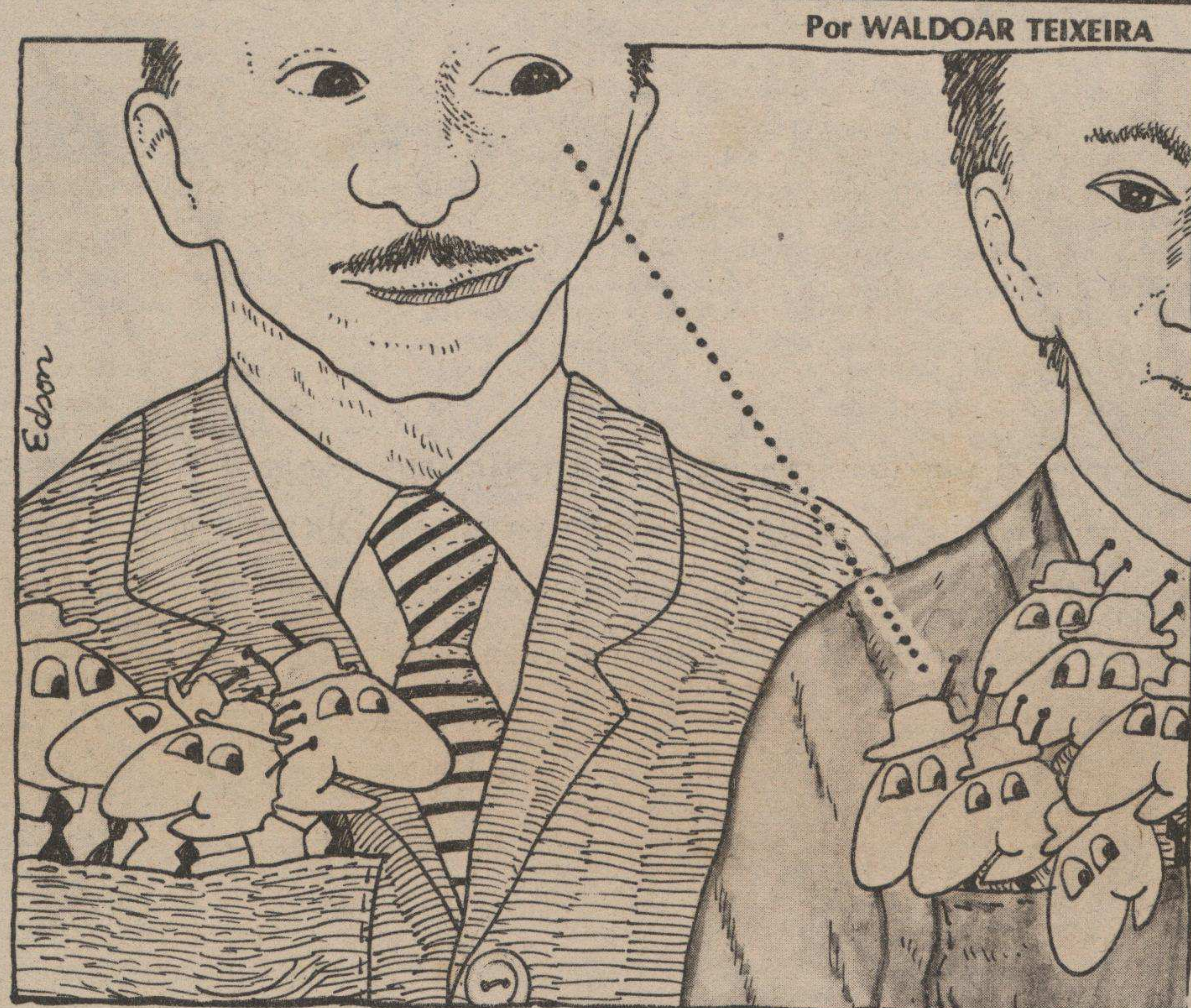
O discurso de Adilson Motta repercutiu amplamente, mas ao ser procurado para maiores esclarecimentos ele preferiu remeter o problema à fonte de sua denúncia: o escritório de seu ex-professor Isaac Alster, da Faculdade de Direito da PUC — advogado dos condôminos do edifício Valencienne, na rua Tomaz Flores, em Porto Alegre, não concluído pela Cia. Deltari de Incorporações.

Sem desconhecer a força do gigante que se propôs a enfrentar, Isaac Alster manuseia pilhas de documentos que incriminam a direção da Fin-Hab — especialmente seu fundador e administrador geral, Cyro Tavares de Oliveira — e o diretor-presidente das empresas falidas, Hélio Cezar Martins Alvarez, além de deixar em situação bastante constrangedora também o supervisor regional do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo do BNH, Hélio Soares Vinagre Filho. Documentos esses que mostram atos ilícitos cujo vulto e gravidade os tornam dignos da Alcapone, mas envergonhariam o famoso capo pela comprometedor ingenuidade de seus autores, como diz o advogado.

## HISTÓRIA E PERSONAGENS

Para melhor compreensão dos conflitos que há sete anos tumultuam a vida da Fin-Hab — Associação de Poupança e Empréstimo, convém um recuo ao tempo de sua criação. Afirma o economista Cyro Tavares de Oliveira, hoje com 71 anos, que a idéia de criar a associação ocorreu-lhe em 1965, no governo Ildo Meneghetti, quando ele era diretor da Caixa Econômica Estadual, onde criou a Carteira de Habitação. Ao acabar sua gestão na Caixa, em janeiro de 1967, auxiliado por seus amigos Walter Geraldo Eggers e Getúlio Mentz Albrecht, tratou de estruturar a associação. Em 1968, quando a entidade recebeu Carta Patente do BNH, ele mesmo escolheu os 10 nomes que integraram o primeiro Conselho de Orientação, órgão máximo de uma Associação de Poupança e Empréstimo (APE), depois da assembleia geral dos associados. E o ex-governador Ildo Meneghetti, que acabara de deixar o governo do estado, aceitou a presidência desse conselho. Assim que foi empossado, o Conselho de Orientação nomeou Cyro Tavares de Oliveira como Administrador Geral e Getúlio Albrecht como Administrador de Operações. E já aí começaram os *jeitinhos*, pois, segundo confessou Cyro Tavares em depoimento no Dops, o nome de Getúlio não foi aprovado pelo BNH e os conselheiros contornaram o problema nomeando-o como Superintendente de Operações.

As Associações de Poupança e Em-



Por WALDOAR TEIXEIRA

préstimo (APE) foram idealizadas para funcionarem, a exemplo das cooperativas habitacionais, sob a administração direta dos próprios associados — ao contrário das cadernetas de poupança das caixas econômicas. Mas seu crescimento inviabilizou a participação de maioria de associados nas assembleias, surgindo a figura das procurações aos dirigentes. E foram essas procurações — na Fin-Hab são assinadas em branco pelos depositantes — que desencadearam os conflitos pelo poder de voto, na entidade.

Acontece que o administrador geral, Cyro Tavares, e o superintendente de operações, Getúlio Albrecht, passaram a disputar as procurações assinadas em branco pelos depositantes, preenchendo-as em seus nomes e de amigos, à revelia de quem quer que fosse. Assim, embora empregados da Fin-Hab (e muito bem pagos), podendo ser demitidos pelo Conselho de Orientação, acabaram dividindo o poder em nome dos associados e adquirindo força para manobrar com os conselheiros.

No segundo semestre de 1973, em conflito pela maioria das procurações, Cyro e Getúlio se desentenderam e este denunciou o administrador geral ao novo presidente do Conselho, Cylon Rosa, de estar carimbando em seu nome as procurações dos depositantes — como se isso fosse novidade. Em represália, Cyro Tavares acusou Getúlio Albrecht de só liberar financiamentos encaminhados pelo escritório *Serjutec*, de propriedade de sua mulher, Maria Emília Albrecht, em parceria com o advogado Plínio Medaglia, chefe da Consultoria Jurídica da Fin-Hab.

Em consequência dessa acusação, o BNH ordenou ao Conselho de Orientação que instaurasse inquérito para apurar responsabilidades. Para isso foi nomeada uma comissão de peritos, presidida pelo professor Holly Ravello. É desnecessário dizer que os associados jamais tomaram conhecimento do laudo desse inquérito. Que, aliás, nada provou contra Getúlio.

Em setembro de 1974, a situação era tão grave — segundo declarou no Dops o supervisor regional do BNH, Hélio Soares

Vinagre Filho — que o presidente do Conselho, em exercício, Diogo Pastor, mais Cyro Tavares de Oliveira e Getúlio Albrecht, foram chamados ao Rio de Janeiro para uma reunião com a alta direção do BNH, para *“mais uma vez, encontrar-se uma fórmula conciliatória aos problemas criados no relacionamento dos responsáveis pela Fin-Hab”*.

## UM CASO DE POLÍCIA

Cyro Tavares de Oliveira voltou do Rio disposto a atender a ordem da direção do BNH, que entendeu como uma ameaça iminente de intervenção. Mas, obviamente, jamais admitindo renunciar a sua ambição de controle absoluto da associação. Contratou corretores que passaram a procurar associados da Fin-Hab cujas procurações estavam em nome de Getúlio Albrecht ou de amigos deste, para que assinassem novas procurações em seu nome ou em nome de pessoas do seu grupo — revogando as anteriores.

Nelson Guilherme Dienstmann, diretor da SDA-Struck & Dienstmann Associados, especializado em pesquisas



Alster: “Dignos de Al Capone”

mercadológicas, também intimado a depor no Dops, declarou *“que foi chamado à Fin-Hab por Cyro Tavares de Oliveira em fins de janeiro de 1975; que como já havia prestado serviços à Fin-Hab (que não especificou nem lhe foi perguntado), recebeu proposta do administrador geral para coleta de assinaturas em procurações de associados da entidade, aproveitando a experiência do pessoal cadastrado na SDA como entrevistadores; que após estudar a proposta do doutor Cyro não a aceitou, tendo em vista tratar-se de trabalho que não se enquadrava na especialidade profissional da empresa; que, então, o doutor Cyro pediu-lhe que enviasse a ele pessoas do cadastro de entrevistadores da SDA para realizar o trabalho, contratadas diretamente por ele, doutor Cyro, o que realmente aconteceu (...)”*.

Para essa coleta de procurações, os entrevistadores de Cyro Tavares de Oliveira portavam cartas endereçadas *“aos associados da Fin-Hab”*, assinada pelo engenheiro Ildo Meneghetti, pedindo apoio para *“o engrandecimento da Fin-Hab”*. Usando do mesmo expediente, Cyro contratou também *visitadores da CAP — Consultoria, Administração e Projetos Ltda. — todos “picaretas do mercado”, na opinião do advogado Isaac Alster.*

O resultado dessa manobra de Cyro Tavares sobre Getúlio Albrecht foi a abertura do primeiro inquérito que pesou contra ele no DOPS, embasado na acusação de crime de quebra de sigilo bancário, por ter entregado as confidenciais listagens do computador da Fin-Hab, com nomes, endereços e saldos dos depositantes, aos entrevistadores que contratou.

No dia três de março de 1975, logo após ao meio-dia, policiais do Dops deram uma batida na residência de Cyro Tavares de Oliveira, em busca de documentos da Fin-Hab, que ele teria se apossado. Ele tentou resistir mas não conseguiu impedir a apreensão de listagens de computador, sigilosas, e de milhares de procurações em seu nome, de Jaime Koboldt Chapon, de Oli Érico da Costa Fachin (o conhecido desportista Oli Fachin, hoje na direção do IPE), do ex-governador Ildo Meneghetti e outros amigos ou parentes.

Cyro Tavares teve que acompanhar os policiais e na mesma tarde prestou depoimento no Dops. E declarou que como Administrador Geral da Fin-Hab se julgava no direito de ter tal documentação em seu poder. Além disso, argumentou que os documentos em sua casa *“estavam mais seguros do que na própria Fin-Hab”*.

No dia seguinte o Dops apreendeu documentação semelhante nos escritórios das duas empresas que forneceram pessoal para a coleta de assinatura empreendida por Cyro.

Também foi ouvido no Dops, Antenor Fontana Schivitz, que se negou a assinar uma procuração que lhe foi apresentada em sua residência, por um rapaz, tendo como outorgado o nome de Oli Fachin. Esse associado diz que telefonou a Ildo Meneghetti, em razão da carta que lhe foi apresentada pelo entrevistador de Cyro Tavares, e que o ex-governador afirmou-lhe não recomendar procuração *“a quem quer que fosse”*, mas apenas pedia o comparecimento dos associados na assembleia que se realizaria no mês seguinte.

## VENDENDO O ALHEIO

Antenor Fontoura Schivitz contou também que o engenheiro Ildo Meneghetti disse-lhe haver um grupo dentro da Fin-Hab tentando vendê-la e que era absolutamente contra isso. E realmente o grupo de Cyro Tavares de Oliveira tentou negociar o comando da entidade, como se se tratasse de uma simples empresa de sua propriedade — e não uma associação que pertence a cada um dos seus 200 mil associados.

Em seu depoimento ao delegado Pedro Seelig, no Dops, o supervisor regional do BNH, Hélio Soares Vinagre Filho, declarou que *“em outubro de 1975 efetivamente se iniciaram entendimentos com a Crefisul, visando a substituição do Conselho e da Administração Executiva da Fin-Hab, sendo que o Conselho de Orientação tinha conhecimento dessas negociações, pois determinou que o*



presidente em exercício, dr. Diogo Pastor, mantivesse entendimentos com o dr. Flávio Lebckuchen, então diretor da Crefisul, visando a concluir um acordo com esta última entidade; que Cyro Tavares participava ativamente de tais negociações e por elas se interessava vivamente, que o BNH tinha conhecimento de tais negociações, mas delas somente se mantinha informado com a finalidade de não perder o controle da situação; que essas negociações não foram bem sucedidas porque a Crefisul se desinteressou (...), sendo que a partir da desistência do Grupo Crefisul os interessados na disputa interna pelo poder na entidade voltaram às suas práticas de mútuas acusações, visando cada um o prejuízo do outro".

Vinagre Filho entregou também que, ao tomar conhecimento das providências das autoridades policiais contra Cyro Tavares — inquérito por violação de sigilo bancário e coleta de assinaturas —, o delegado regional do BNH, Loris Isatto, manteve um encontro com o então secretário da Segurança Pública, coronel Ney Pinto de Alencar, com o superintendente da Polícia Federal e com o chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI). Nesse encontro, numa churrascaria de Porto Alegre, na presença de Vinagre Filho e de um assessor, Loris Isatto pediu às autoridades que aguardassem providências do BNH, antes de darem prosseguimento ao inquérito. Com isso, colaborou para o esfriamento do caso, favorecendo o próximo e escandaloso episódio.

#### A GRANDE NEGOCIATA

Logo após esse encontro com a cúpula policial do estado, Loris Isatto chamou a seu gabinete o presidente do Conselho de Orientação da Fin-Hab, Diogo Pastor, exigindo providências imediatas. Os conselheiros marcaram reunião para a próxima segunda-feira, dia 14 de março de 1975. Envolvidos com a polícia e sob pressão do BNH, finalmente o Conselho seria forçado a demitir um dos litigantes.

Às 10 horas de sábado, dia 12, conforme declarou no Dops, Hélio Soares Vinagre Filho foi chamado ao telefone, na casa de um vizinho. Era Cyro Tavares, preocupado com a possibilidade de sua demissão e pedindo-lhe ajuda, como coordenador regional do BNH. Uma hora depois, Vinagre recebeu em sua residência um casal de visitantes: Getúlio Albrecht e sua mulher, Maria Emília, ambos com a mesma preocupação de Cyro.

Getúlio então revelou que havia grandes possibilidades de solução do problema sem medidas extremas: um empresário chamado Hélio Alvarez, diretor das empresas Deltari de Incorporações e Still S/A, o maior devedor da Fin-Hab na época, estava disposto a entrar em entendimentos com ele e com Cyro Tavares. Getúlio pedia que Vinagre Filho intermediasse o negócio. E prontamente ele foi à residência de Cyro, que logo aceitou negociar com Hélio Alvarez. Então, como confessou, o próprio coordenador do BNH apanhou o telefone, na casa de Cyro, e ligou para Alvarez. Pouco tempo depois esperava o maior devedor da Fin-Hab na porta do edifício onde reside Cyro — para torná-lo, paradoxalmente, seu maior dono — encaminhando-o até a porta do apartamento. E daí em diante, apesar de todo esse empenho, Vinagre Filho insiste que não mais participou dos entendimentos, desconhecendo totalmente o negócio estabelecido entre Cyro Tavares e Hélio Alvarez. Mas estes dizem que ele é o autor do Protocolo.

Do encontro de Cyro e Alvarez resultou a assinatura de um incrível Protocolo de Composição — uma espécie de título de propriedade — pelo qual ambos dividem as procurações dos depositantes, 50% para cada um — as de números pares para o primeiro e as ímpares para o segundo. Assim, eles *adonam-se* da Fin-Hab, mandam e desmandam, como verdadeiros proprietários do capital dos depositantes.

Aliás, a Cláusula Segunda desse protocolo reza, textualmente:

— **Ajustam ainda que, no caso de algum conselheiro ou administrador rebelar-se contra a orientação adotada pela parte que o indicou, as partes signatárias somarão seus votos para demitir a pessoa responsável pela defecção.**

E para ganhar todo esse poder dentro da associação onde também era o maior

devedor, Hélio Alvarez diz ter pago Cr\$ 3 milhões a Getúlio Albrecht. Por seu lado, Cyro Tavares providenciou para que a Fin-Hab pagasse ao mesmo Getúlio — o inimigo e que ele acusa de ter dado tanto prejuízo à associação — Cr\$ 700 mil, "a título de gratificação", diz ele agora. De qualquer forma, "a gratificação paga a Getúlio Albrecht não teve e não tem amparo legal, tendo em consequência o BNH sancionado a Fin-Hab com suspensão de assistência financeira e sustação dos processos em andamento", revelou o supervisor do BNH ao Dops.

Como estabelecia o Protocolo, a metade dos conselheiros *pediu* demissão e em lugar deles, Hélio Alvarez colocou pessoas de sua confiança. O presidente do Conselho, porém, que é o *voto de desempate*, continuaria sendo um dos homens de Cyro Tavares, até o fim de sua gestão. Ai, deveria assumir a presidência um nome indicado por Alvarez, estabelecendo-se um rodízio.

Durante dois anos, Hélio Alvarez, como um dos *donos*, teve todas as facilidades de crédito da Fin-Hab para suas obras, com financiamentos irregulares,

sem aprovação de projetos arquitetônicos, sem garantia real, sem estudo de viabilidade econômica, com limites de crédito estourados. Chegou a ocorrer suplementações de verba de 100% sobre o crédito inicial, o que indica desvio de recursos ou total falta de cálculos orçamentários nas obras. "Era uma casa de amigos garantida pelo governo federal", diz o advogado Isaac Alster.

O BNH fez uma inspeção reservada na associação, no período de 21 de maio a 26 de setembro de 1975 (Alvarez assinou

(continua)

## APEDIDO

# CHEGA DE INJUSTIÇA!

Na condição de Deputado Federal, eleito por mais de 105 mil gaúchos, rompo agora o silêncio — longo e penoso — que me impus desde o início do caso de implantação do Pólo Protéico de Bagé.

Como é do conhecimento público, uma Comissão Parlamentar de Inquérito foi instaurada e entendeu ser eu o responsável pela transação. É necessário que se esclareça, em primeiro lugar, que esta CPI formulou apenas e tão somente decisões de caráter político-partidário. Foi rejeitado o relatório do Deputado Guido Moesch, por exemplo, que considera a transação perfeitamente normal.

O Tribunal de Contas entendeu o mesmo, validando a compra. Obviamente, os quatro opositoristas deram seus votos contra. Foi uma CPI política, onde a Justiça obteve três votos, contra quatro Deputados do ex-MDB.

Na essência, esta CPI ultrapassou seus limites. Eu me pergunto se houve isenção na apreciação dos fatos. Mais ainda, como certas pessoas que aprovaram esta transação, apoiaram o Pólo Protéico desde o início, bateram palmas e até assinaram como testemunhas da escritura da compra de terras votaram pela minha condenação.

Também me pergunto se o parecer do Tribunal de Contas nada vale e se uma CPI com este caráter pode tratar as coisas públicas com tamanha mesquinhez. Se a comunidade de Bagé aprovou a compra, se o Juiz de Direito, seu Prefeito, o Presidente da Câmara de Vereadores — por sinal do ex-MDB — o Presidente e Vice da Associação Comercial e Industrial de Bagé entenderam e recomendaram a transação, conforme delegação da Portaria de número 11/78, como é que uma CPI condena politicamente a compra?

Agora chega. Já sofri acusações demais, injustiças e visando a minha honorabilidade. Não posso admitir lama no honrado nome do meu pai, o mesmo que transfiro aos meus filhos. Sem mácula o recebi e da mesma forma meus descendentes o herdarão.

Confio na Justiça e nada temo da minha consciência. Meus eleitores sabem que acusações deste tipo são infundadas, torpes e mentirosas.

Aos omissos, lembro apenas que nunca fugi das minhas responsabilidades. E, em nome delas, dou este esclarecimento ao meu Estado, o Rio Grande do Sul que me é tão caro.

Esta certeza me basta. Portanto, chega de injustiça!

**CLAUDIO STRASSBURGER**  
DEPUTADO FEDERAL



o protocolo em março), que resultou na apuração de 102 tipos de fraudes e irregularidades. Desde a não execução de contratos vencidos pertencentes a *amigos da casa* — o que mostra que a empresa operava com alto risco, sem nenhuma segurança —, até cobrança de taxas extorsivas de empresários e mutuários, o que caracteriza agiotagem, infração à lei de usura.

#### FIM DE FESTA

Hélio Alvarez manteve-se em situação privilegiada dentro da Fin-Hab até 1977, quando deveria ser substituído o Conselho e ele, segundo o protocolo, indicaria um presidente de sua confiança, sobrepujando o poder de Cyro Tavares. Mas este, antes que isso acontecesse, passou a carimbar para si todas as procurações — pares e ímpares — violando flagrantemente o acordo firmado.

Depois de meses de cobranças e conflitos, Cyro Tavares manda uma carta a Hélio Alvarez, a 22 de novembro de 1977, para "chamá-lo à razão e ao bom senso", e dizer-lhe que nunca lhe propôs negócio algum. Que apenas aceitou a proposta de Hélio Vinagre Filho, que foi a sua casa com o protocolo dizendo que naquelas condições "tinha um empresário disposto a pagar a saída do ex-Administrador de Operações a ele mesmo".

"Diante da situação premente e urgente, e face à iminente intervenção (do BNH na Fin-Hab), essa proposta "oportuna" do Sr. Hélio Vinagre se constituía na única forma de evitá-la" — diz a carta de Cyro. Ou seja, apareceu um incauto ambicioso, ele aproveitou para eliminar Getúlio Albrecht e livrar da ameaça de demissão.

Anexo a essa carta Cyro enviou a Alvarez um parecer do jurista Walmor Franke, provando que o Protocolo de Composição não tem nenhuma validade — o que qualquer pessoa mediamente esclarecida saberia de antemão, posto que procurações não se vendem e ninguém pode negociar uma Associação de Poupança e Empréstimo.

Desta vez Hélio Alvarez raciocinou rápido: se o contrato não tinha validade, então havia sido logrado. Denunciou Cyro imediatamente. E lá estava a direção da Fin-Hab novamente envolvida com a polícia — desta vez na Delegacia de Defraudações. Chegando à Justiça, Cyro foi condenado a pagar a importância de Cr\$ 20 mil por dia a Alvarez, desde o princípio de 1977, quando boicotou-o na Fin-Hab. Cyro recorreu da decisão e o processo está tramitando. Para o processo



Uma decisão da justiça mantém o diretor Cyro Tavares no poder

penal, no entanto, eles conseguiu arquivamento.

Alvarez responsabiliza Cyro Tavares pela falência de suas empresas, Cia. Del-tari de Incorporações e Construtora Still S/A, mas a questão é bastante controversa, pois o laudo do BNH mostra que tais empresas gozaram de absoluto protecionismo por parte da Fin-Hab, tendo recebido Cr\$ 119 milhões em empréstimos irregulares, sem as devidas garantias. E uma delas, a Still S/A, não tinha condições de operar com o Sistema Financeiro de Habitação, na época, por não preencher as normas de idoneidade do BNH.

As irregularidades apontadas pelos peritos do BNH nunca deixaram de existir. Uma auditoria encomendada pela própria Fin-Hab, no ano passado, à Olmedo Auditores Ltda., de Porto Alegre, revelou financiamentos sem garantias reais, cobrança de juros a taxas acima do fixado nos contratos, taxas de vistoria não estipuladas em contratos e uma série de outras contravenções.

E recentemente foram descobertas fraudes da maior gravidade na captação de poupança, autorizadas pelo administrador geral Cyro Tavares. Uma delas é a aceitação de papéis, como Certificados

## Três conselheiros renunciaram, e um irmão do ministro é incluído entre os conselheiros

Conselho, Selvino Kunsler, e os conselheiros Luis Mandelli e José Vargas Brunet, decidiram propor a demissão dele. E lançaram a proposta de surpresa, na reunião do dia cinco de outubro do ano passado. Chocado com a proposição, Edgar Vargas Serra — também conselheiro e amigo de Cyro — sentiu-se mal e retirou-se da reunião, acompanhado de outros dois, que resolveram dar-lhe "assistência". Votaram apenas Kunsler, Brunet e Mandelli, e consideraram o administrador geral como demitido.

As razões apontadas pelos três para demitir Cyro Tavares eram bastante graves. Em um manifesto eles arrolaram desde o protocolo firmado com Hélio Alvarez em 1975 — "um instrumento contratual de todo censurável e lesivo à sociedade, absolutamente de interesse pessoal" — até a ilegalidade na captação de depósitos, "com vantagens indevidas a certos depositantes, em detrimento à coletividade de associados".

Destacaram ainda gravidade da participação de Cyro no capital da SPE (empresa de processamento de dados, subsidiária da Fin-Hab), na qual, ao criá-la, ele "contratou no seu interesse pessoal, subscrivendo uma cota de Cr\$ 5 mil". Denunciam que Cyro, usando de sua condição de administrador geral, fez com que a Fin-Hab, embora com 98% do capital dessa subsidiária, renunciasse ao direito de comando de sócio majoritário. Assim, os demais cotistas (Cyro, Hélio Alvarez e o diretor de Operações Ruy Collares Machado), somando a insignificância de 2% do capital, representam três votos, pondo a majoritária em condição ilegal de inferioridade. Além disso, afirmam, "o diretor demitido acumulava funções, beneficiando-se com remuneração expressiva".

Pois com tudo isso Cyro Tavares de Oliveira não se intimidou. Alegando falta de *quorum* quando o conselho o demitiu, entrou com medida cautelar inominada e a justiça o manteve no cargo. Com isso os conselheiros que o demitiram renunciaram, como medida de protesto. Agora, Edgar Vargas Serra, que *sentiu-se mal* e esvaziou a reunião, está no exercício da presidência do Conselho de Orientação, não vê problema algum com a Fin-Hab e já promoveu o preenchimento das vagas dos demitidos. E com nomes bem expressivos. Por exemplo: Walter Geraldo Eggers, fundador da Fin-Hab e diretor geral da Caixa Econômica Federal no Rio Grande do Sul e em São Paulo, e Ari Andreazza, irmão do ministro Mário Andreazza, do Interior, a quem está subordinado o BNH e todo o sistema de poupança e empréstimo.

de Depósito Bancário (CDB), rigorosamente proibidos pelo BNH; outra é o abono retroativo de juros e correção monetária, tanto a papéis como a dinheiro, através do registro falso da data do depósito, em alguns casos recuada em até dois meses.

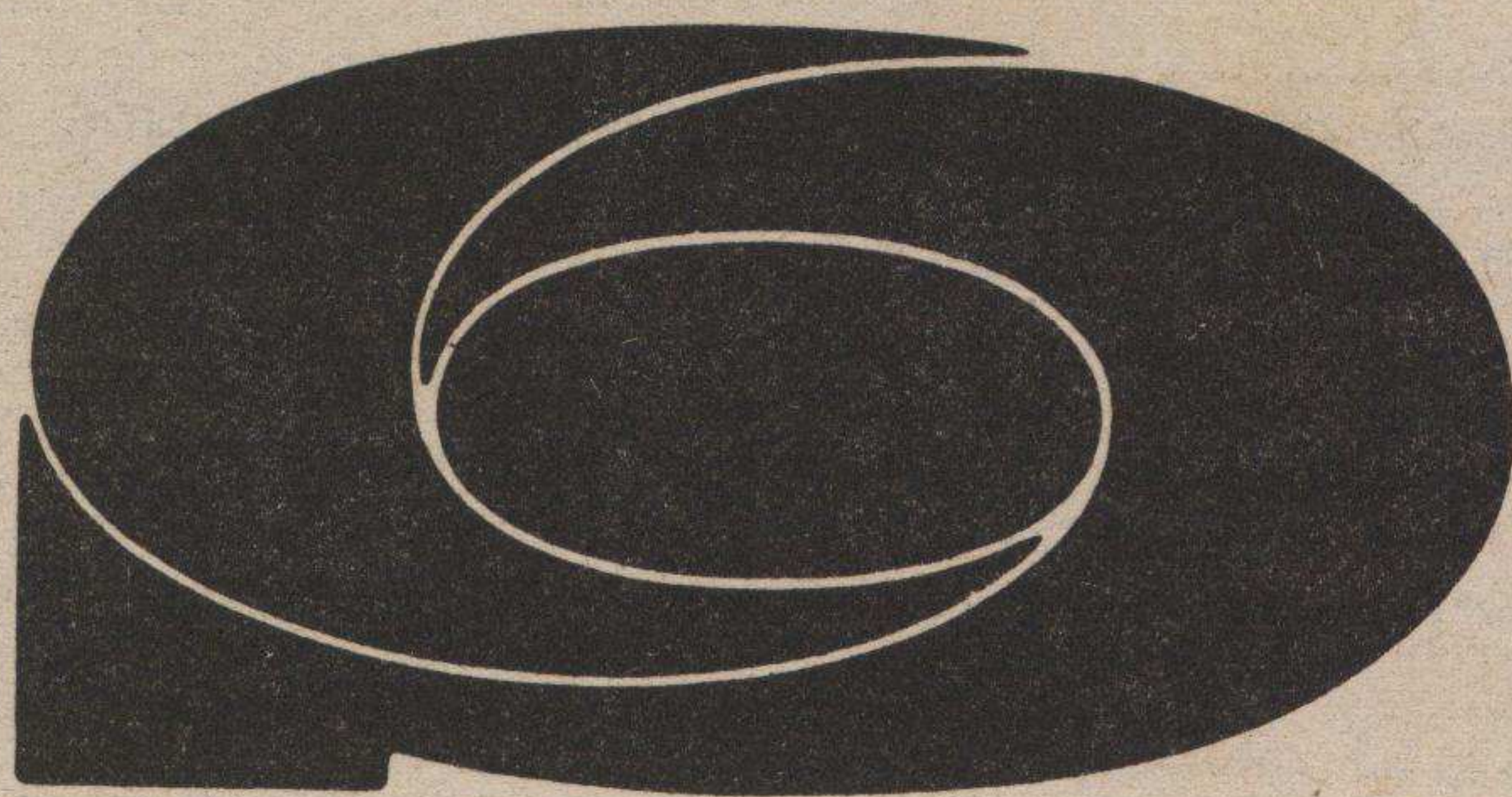
Esta fraude foi denunciada ao BNH pelo ex-chefe da consultoria jurídica, Plínio Medaglia, (o sócio da mulher de Getúlio no escritório Serjute), e Cyro Tavares enviou carta *confidencial* ao Conselho de Orientação, defendendo suas práticas de captação e lamentando que "depois dessa denúncia as inspeções do BNH nesta instituição jamais deixarão de vigiar o fiel cumprimento das normas que regulamentam a captação de depósitos". "Com isso — acrescenta — a Fin-Hab, qual vestal, passará a ser o único agente a obedecer a regra escrita, ficando alijada da competição em relação à captação dos grandes depósitos. Isso será fatal para o seu crescimento".

#### BOLA NA TRAVE

Diante desta ferrenha disposição para o ilícito, e considerando todos os embaraços criados por Cyro Tavares de Oliveira, finalmente o presidente do

**ESTE ANO NOVO NUNCA ACONTECEU ANTES.  
BEM QUE MERECE UMA ESPERANÇA NOVINHA EM FOLHA.**

São os votos para 1980 para seus clientes, amigos e fornecedores.



**PROGRAF**

**FOTOLITOS**

Avenida Berlim, 835, fone 22-9886, Porto Alegre — RS



# O "país" de Mr. Ludwig

Por NAJAR TUBINO/CACO SCHMITT/ZHÉ NETTO



O velho bilionário chegando no aeroporto de Monte Dourado, acompanhado de banqueiros estrangeiros

Em menos de 12 anos, Daniel Keith Ludwig, norte-americano de 82 anos, um dos homens mais ricos do mundo, montou um país na foz do rio Amazonas. O território oficialmente é de 1 milhão e 600 mil hectares, mas, segundo levantamento do governo, pode chegar a seis milhões de hectares, algo maior que 50 países do mundo. E a sua população já atingiu 60 mil pessoas das quais um terço trabalha para ele. Por enquanto, a atividade principal do país é a produção de celulose.

Esta vasta região na divisa do Pará com o Amapá entrou no seu terceiro reinado. O primeiro começou no fim do século passado com o coronel José Júlio de Andrade. Em 1909, este cearense, ex-seringueiro, assinou um contrato com a empresa Continental Kroup Simens, para fornecer 100 mil toneladas de borracha ao governo da Alemanha. Com o dinheiro foi comprando as posses dos vizinhos e formou um grande latifúndio. Quarenta anos depois vendeu as terras pa-

ra um grupo de portugueses. Inicia o segundo reinado, mas continua a exploração extrativa de castanha e borracha.

Com o terceiro reinado, mr. Ludwig inaugura a industrialização na região. O dono deste país é conhecido como homem simples, gosta de comer banana e toma vodka com leite, e sempre chega de surpresa. Tem fama de pão-duro — andava de caminhão na área — e um dia chegou a ficar brabo porque jogaram fora um velho par de sapatos seu, esquecido na Casa de Hóspedes. Na verdade ele é dono de um império com ramificações em todo o mundo e, para conseguir isto, sempre usou das suas ligações com as companhias petrolíferas — tem a maior frota de petroleiros — e de amizades como as do ex-ditador Anastácio Somoza e o ex-presidente Richard Nixon. Agora, mr. Ludwig se instalou no Brasil, numa região rica em minérios. Alguém acredita que ele só quer implantar um projeto agrícola?





**B**elém, terça-feira, 25 de setembro de 1979. Escritório do suplente de senador biônico pela Arena do Pará, Octávio Avertano da Rocha. Ele fala como procurador-geral do Projeto Jari:

— Vou consultar a direção em Monte Dourado. Daqui uma semana terei uma resposta. Só pode acontecer duas coisas: ou vocês vão ou não vão.

**Macapá, terça-feira, 2 de outubro de 1979.** No gabinete do governador do território, recebemos a resposta por telefone:

— Monte Dourado está com problema de acomodações. A visita de vocês não será possível dessa vez — diz a secretária do doutor Avertano.

**Monte Dourado, quinta-feira, 18 de outubro de 1979.** Estamos na capital do proibido país de mr. Ludwig. Finalmente, depois de dois meses de aproximação, entramos. E vivos.

A viagem começou no norte do Mato Grosso e o Jari era o nosso último objetivo. No caminho, reunimos muitas informações e depoimentos de técnicos do governo sobre o Projeto Jari. Especialmente, do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) que pesquisam "a exploração racional da mata", na floresta nacional do Tapajós, em Santarém, e da Vale do Rio Doce que exploram bauxita no Projeto Trombetas, no município de Oriximiná. E em Fordlândia, situada às margens do Rio Tapajós, constatamos o fracasso da primeira tentativa de se criar um grande projeto na Amazônia.

Por mais de um mês, percorremos os órgãos oficiais de Belém e Macapá, pois as terras do Jari ficam parte no Pará e parte no Amapá. Entre eles: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Instituto de Terras do Pará (Iterpa), Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais (CPRM) e Justiça do Trabalho de Macapá. Concluímos duas coisas: há muita desinformação e medo de falar sobre o Jari — uma palavra que assusta.

— **Eu vou ser bem sincero. Não posso dar informações. Brasília não quer que vazem nada sobre o Jari.**

Para comprovar o que havia dito, o executor do Projeto Fundiário do Incra/Macapá, Antônio Serra, levou-nos até sua sala para mostrar o telex com a proibição. Outro exemplo, é o da Assessoria de Planejamento do Amapá. Numa quarta-feira, combinamos pegar o xerox da pesquisa a respeito das condições de vida dos habitantes do rio Jari, feita em 1977 e atualizada o ano passado. No dia seguinte, a negativa:

— **Está proibida a divulgação para a imprensa. Não podemos dar cópia da pesquisa, é ordem do secretário Antero Marques.**

Ainda bem que eles não foram nada eficientes, pois acabamos conseguindo os dados do Incra e uma cópia da pesquisa, na biblioteca da Empresa de Assistência Rural do Território (Aster).

No dia 12 de outubro saímos de Macapá, no barco *Deus é Pai* — um motor de seis hp, 11 metros de comprimento, três de largura —, propriedade do barqueiro Antônio Almeida Moraes, o *Pracaxi*, figura conhecida na região. *Pracaxi* trabalha no ramo há 40 anos, já foi seringueiro, regatão, motorista e isto facilitou o nosso contato com os caboclos e até mesmo com a vigilância do Jari. A viagem durou 16 dias e iniciou pelo município de Mazagão, o maior do Amapá, com 10.276 quilômetros quadrados e onde está localizada toda a terra do Jari no Território.

— **Três cabeludos estiveram no cartório, não sei quem são, acho que devem ser extremistas, subversivos, estavam fazendo investigações sobre o Jari. Fizemos uma devassa no cartório, tirando fotografias de tudo.**

Foi este o recado que a responsável pelo cartório de Mazagão, Maria da Glória, transmitiu ao juiz de Macapá, Benjamin Rayol, após a nossa saída do município. Estivemos no cartório apenas para olhar os títulos de terra da empresa e no final quase a Polícia Federal abriu um inquérito sobre o incidente. Isto não aconteceu porque houve a intervenção do juiz:

— **O delegado queria fazer uma sin-**

**dicância, ele ia sair atrás de vocês. Mas eu ponderei e achei melhor esperar os acontecimentos.**

Dali seguimos pelo Amazonas até o rio Maracá, onde fizemos a segunda parada, depois de 15 horas de viagem. Aqui é a sede da Agroindustrial do Amapá Ltda., empresa de extração vegetal, agora propriedade do judeu-norte-americano Chaul Rosemblet. Ele é o maior vizinho de mr. Ludwig e pretende fazer um projeto idêntico ao Jari. Um pouco abaixo da sede, no igarapé do Lago, passamos pela fazenda da Agropecuária Rio Cajari S/A, em torno de 400 mil hectares. Mais oito horas de viagem e chegamos na boca do rio Cajari, limite das terras do Jari.

Do Cajari ao rio Jari são mais sete horas, mas aqui já começa o controle de mr. Ludwig sobre a área. Um vigia e três "guardas florestais", sediados em Jarilândia — primeiro povoado no Jari —, percorrem esta distância periodicamente, estendendo ainda o controle até o rio Paru, limite oeste da propriedade.

— **Agora que a Jari abriu. Porque há um ano atrás ninguém entrava na área. Falo isso porque sou pago pelo governo.**

O delegado José Maria Frano, do Beiradão, resume bem a situação. No país de mr. Ludwig só entra quem é convidado. Os indesejados correm o risco de serem presos.

O rio Jari além de ser mais largo do que se imagina — na entrada chega a ter um quilômetro entre as duas margens — é bastante povoado. Nos primeiros 20 quilômetros, até Jarilândia, contamos 32 tapiris, a casa do caboclo, erguida sobre estacas, coberta de palha e aberta nos lados. Depois de Jarilândia, subindo o rio, existe o segundo posto vigia, no lugar chamado Bom Jardim, equipado com rádio e instalado num velho armazém.

Próxima parada: Beiradinha. De um lado, no Pará, está na fábrica de celulose em cima de 1.500 toras de massaranduba e castanheira, duas árvores abundantes na região. Do outro um amontoado de casas com extensão de três quilômetros, todo ele sob palafitas. No povoado aconteceu novo incidente. Conversamos com um grupo de 10 estivadores e posteriormente o líder deles, o maranhense José Mariano Vieira, conhecido por Brilhoso, foi chamado pela polícia do Amapá. Os policiais queriam saber o que havíamos falado.

— **Vocês não podem atracar aqui, é proibido. Só com ordem da empresa.**

Não estranhamos a ordem do vigia do porto de Monte Dourado. A empresa mantém 130 homens controlando os pontos estratégicos do projeto. Só não sabíamos qual seria a reação deles quando entrássemos na capital. Para nossa surpresa o vigia conhecia o *Pracaxi* e permitiu que o barco ficasse atracado naquela noite. Além disso, conhecemos vários vigias e inclusive o encarregado do porto fez a foto da equipe junto ao barco.

— **Olha, a polícia tá procurando vocês numa catraia da Jari, com o delegado e quatro praças. Passaram aqui faz uns minutos.**

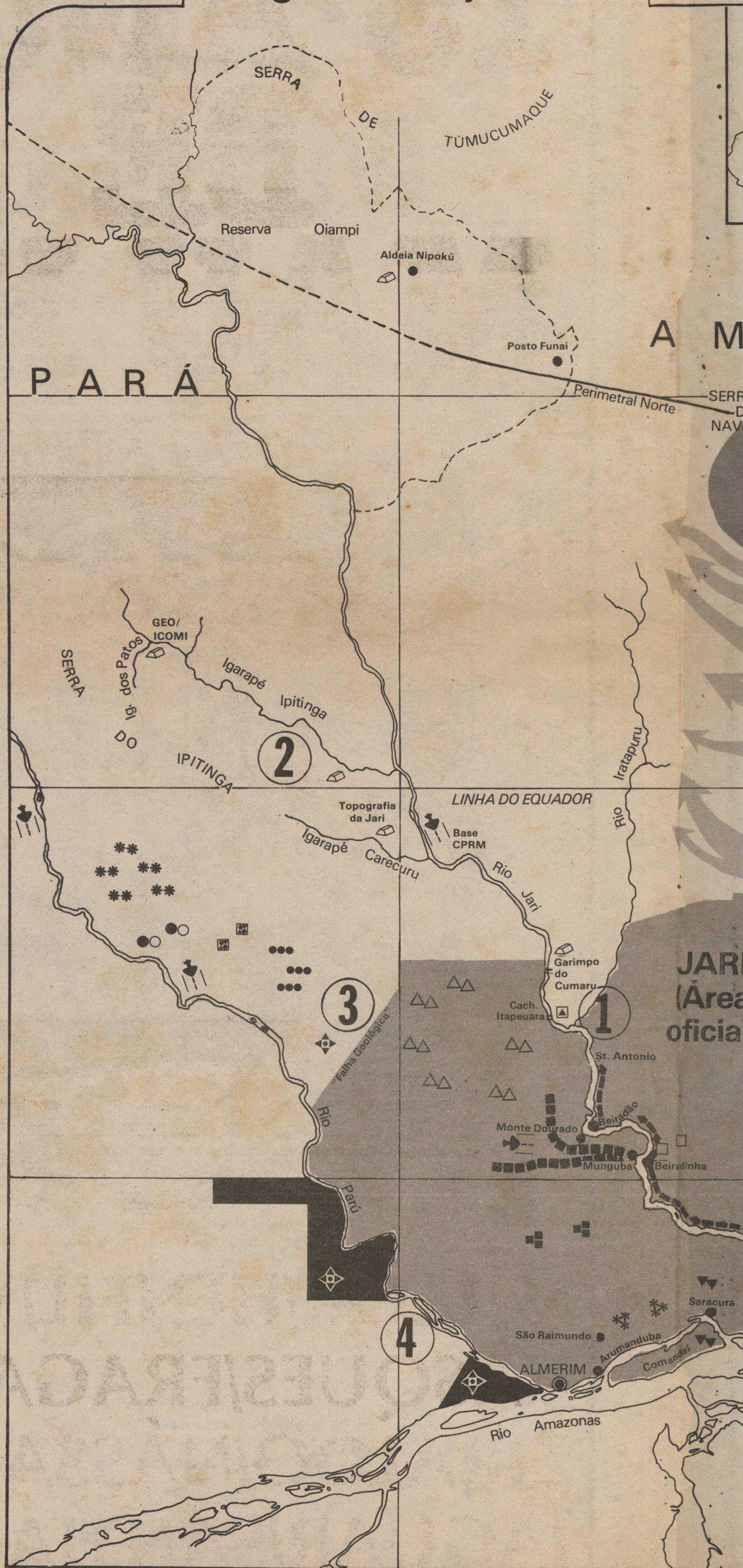
Encostávamos o barco no Beiradão, uma espécie de favela sobre palafitas situada na frente de Monte Dourado, quando um barqueiro deu o recado. Já tínhamos ido a Cachoeira de Santo Antônio, último povoado do rio. Enquanto entrevistávamos os castanheiros em Santo Antônio a polícia do Beiradão nos procurava. Dois dias antes conversamos com o caboclo, Manoel Cardoso da Silva, morador das proximidades da fábrica. O delegado José Maria Frano buscou-o na sua casa para ele identificar o barco "dos três cabeludos".

— **Ah, desculpe eu estar de bermudas, mas aqui é muito calor...**

Quando soubemos da história procuramos o delegado e ele já saiu se desculpendo. Falou que a segurança da Jari havia lhe comunicado da nossa presença e pediu esclarecimentos:

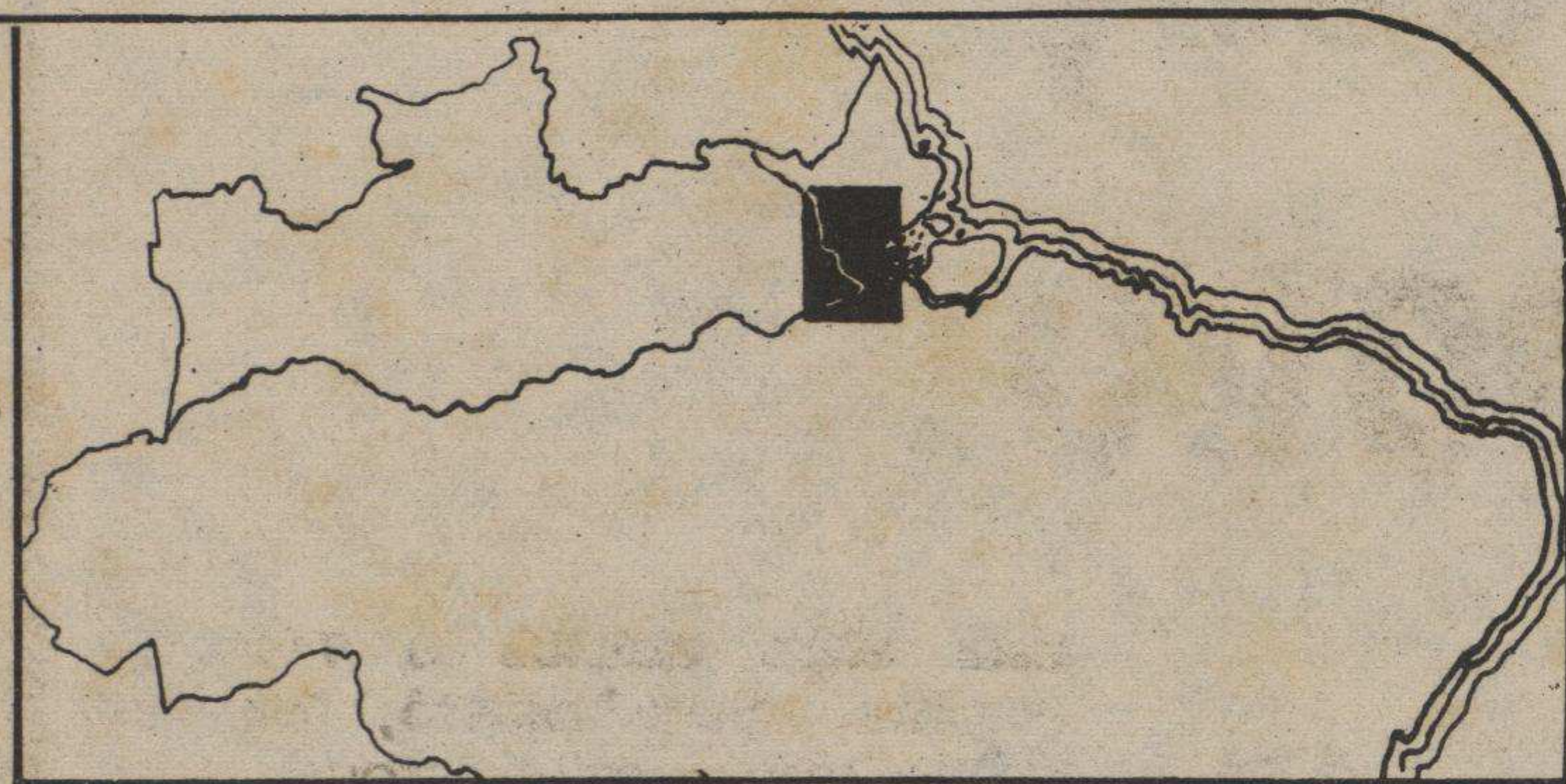
— **Pois é, vocês sabem que aqui é área particular, tivemos que esclarecer o fato. Nós já vamos lá na Cachoeira atrás do barco. Mas não há problema, vocês podem trabalhar. Só vou anotar alguns**

## Região do Projeto Jari



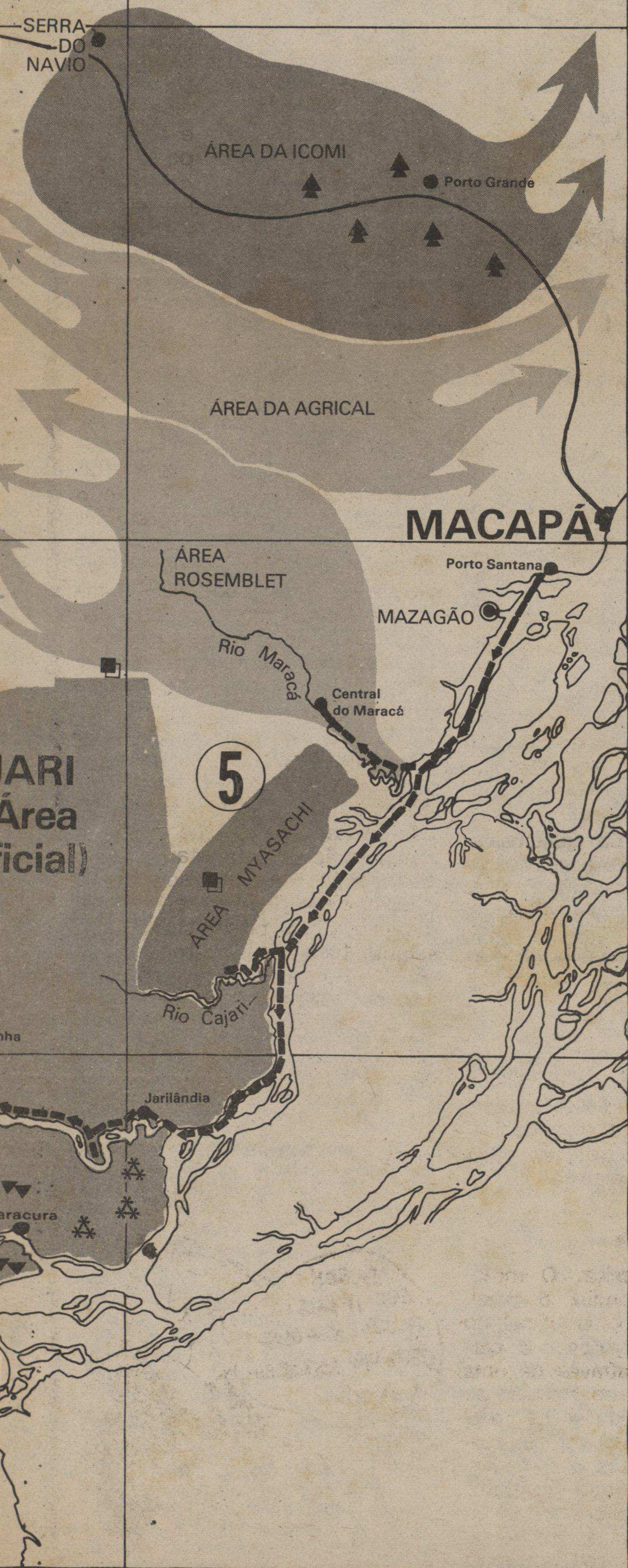
Mapa composto com base na Carta Planimétrica do Radam, na escala 1:250.000 (DNPM, 1973) e usando informações adicionais.





Os repórteres Najar Tubino, José Netto e Ricardo Schmitt, no porto de Monte Dourado, capital do projeto, fotografados por um vigia da Jari

## M A P Á



1

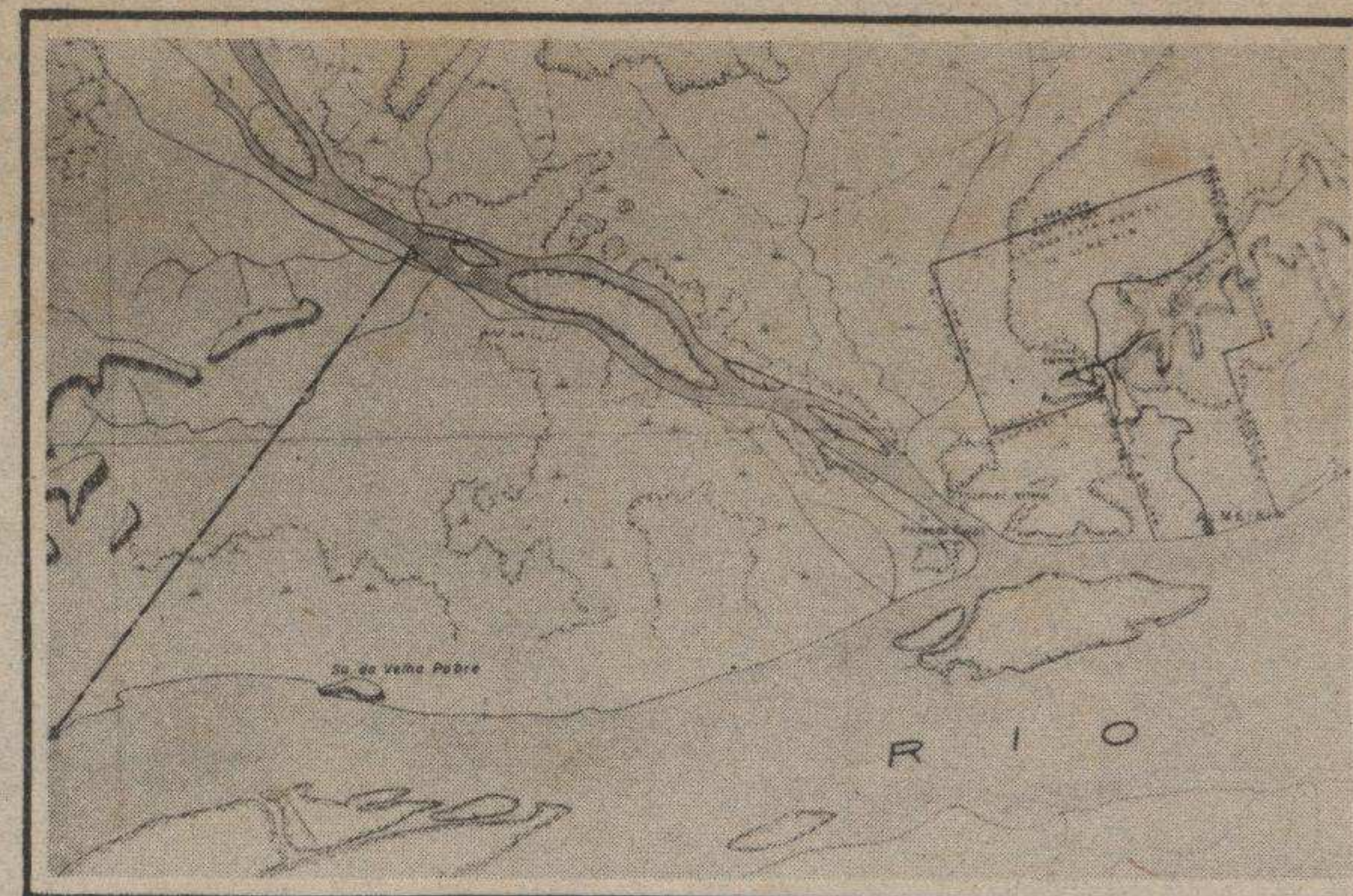
O que mais se fala é que a Jari vai construir uma hidrelétrica na Cachoeira de Santo Antônio. Mas o local exato será na Cachoeira de Itapeuara, poucos quilômetros acima. O projeto já está pronto e encontra-se no Departamento Nacional de Água e Energia Elétrica (Dnaee), órgão do Ministério de Minas e Energia. A pretensão da Jari é construir a hidrelétrica com capital próprio, mas por lei é proibido. A empresa pretende financiar a Centrais Elétricas do Norte (Eletronorte), pois não existe a prioridade do governo para aquela área. Mesmo assim, 1.600 homens deverão chegar, a partir deste ano, para começar a construção.

2

O Projeto Uirapuru, desenvolvido pela Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais (CPRM), localizou uma ótima jazida de ouro a menos de 50 quilômetros do limite norte oficial da Jari. Fica na Serra do Ipitinga, entre os igarapés Ipitinga e Carecuru. Lá, os funcionários do governo surpreenderam uma equipe de topografia de mr. Ludwig. A existência de ouro nesta região não é um fato novo. Desde a época do coronel José Júlio de Andrade, primeiro proprietário das terras, se explora ouro no alto rio Jari. Contam que naqueles tempos os garimpeiros colocavam o ouro dentro do cano do fuzil para enganar os jagunços do coronel.

3

Desde o início do projeto, há 12 anos, a Jari vem divulgando diferentes dados a respeito da plantação de gmelina, que serve de base para o empreendimento. Com esta planta se faz celulose, móveis, madeiras laminadas, além de compensados. Em 69, a Jari dizia que plantaria 80 mil hectares, seis anos depois dobrou a área. Hoje o dado oficial é 100 mil hectares, quando na verdade mr. Ludwig já conta com uma plantação de 150 mil hectares e 150 milhões de plantas. E o que é pior: a expansão da plantação está se dando na direção norte e oeste, justamente onde foram encontradas ocorrências de vários minérios.



Na foz do Amazonas a Jari avança por esta ponta do rio Paru e ainda controla a ilha de Comandai, nas proximidades

4

O mapa oficial da empresa, contendo a área do projeto, não mostra duas pontas de terra no rio Paru, sendo que uma delas alcança o Amazonas. Em princípio isto pode parecer um detalhe, mas nós acabamos fotografando o mapa na sala da direção, quando fazíamos uma entrevista com o diretor-executivo Luis Antônio Oliveira e o procurador Avertano Rocha. E depois notamos que havia algo diferente, pois as pontas não estavam anotadas no mapa que a empresa nos dera. O pedaço do rio Paru, envolvendo o Amazonas, é estratégico: por ali a Jari pode controlar a seu gosto a foz do rio e, por tabela, a saída para o Oceano Atlântico.

5

Ao lado da Jari existe uma propriedade de 544 mil hectares, pertencente ao americano Chaul Rosemblet. Vai do rio Maracá na direção norte e oeste. Ali perto, no igarapé do Lago, um afluente do Maracá, fica a sede da fazenda do Grupo Myasachi, de criação de búfalos. Ela se aproxima dos 400 mil hectares e se estende até o rio Cajari. A direção da Jari não acredita em superposição de terras, mas a demarcação do americano Rosemblet está parada. Os técnicos do governo discutem isto em Brasília.

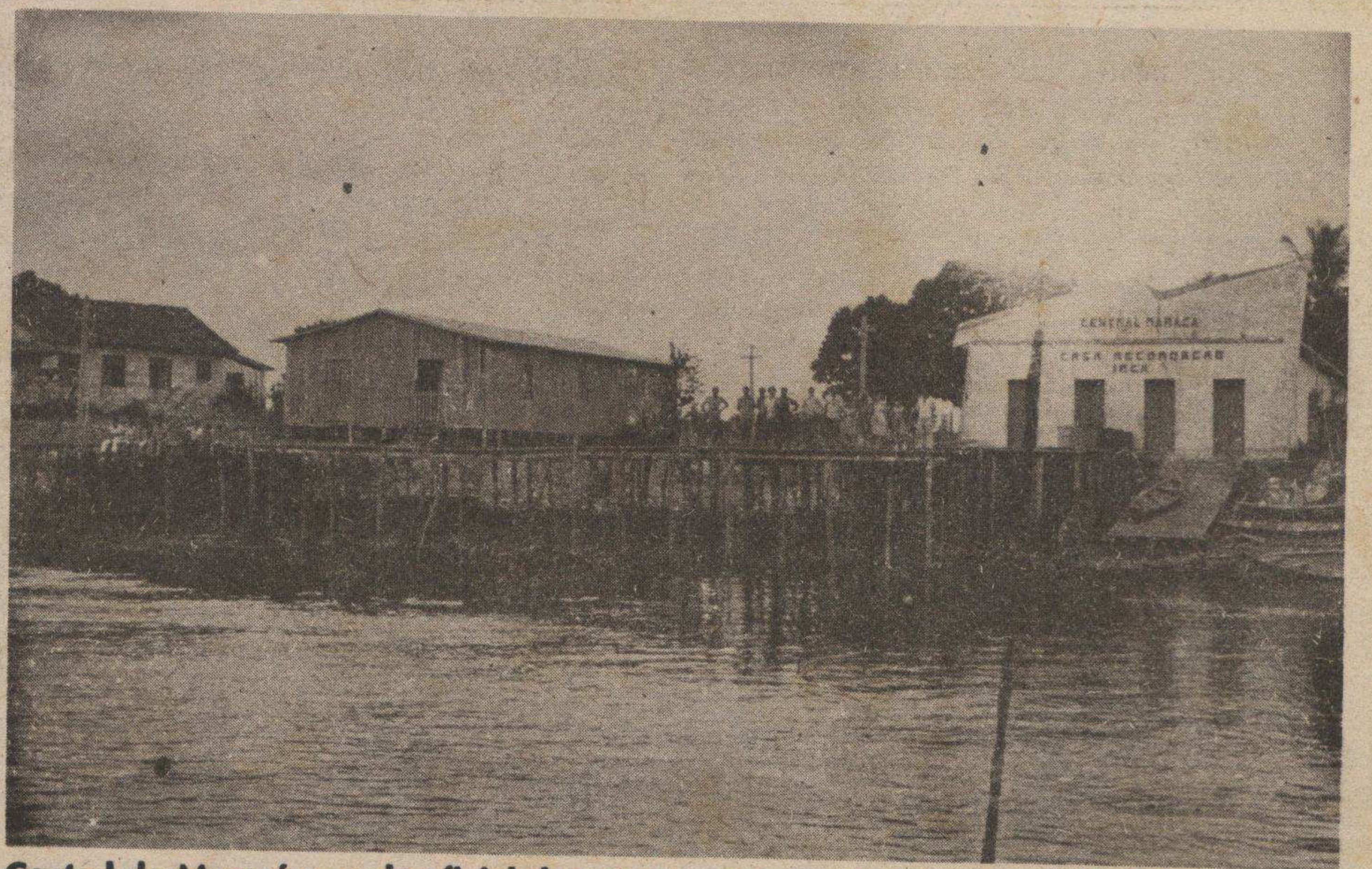


Aeroporto	Ferrovia	Superposição de áreas
Arroz	Gado	Titânio
Áreas de Expansão da Jari	Gmelina	Pinus da AMCEL
Bauxita	Hidrelétrica	Ouro
Caulim	Minerais Radioativos	Vanódio
Ferro	Roteiro de Viagem	





Esta é a casa do caboclo, o tapiri. Até agora ele vivia assim



Central do Maracá: a sede oficial do outro americano vizinho de mr. Ludwig

**dados das carteiras.**

Isto foi no sábado. Na segunda-feira, 22 de outubro, aconteceu um encontro engraçado, quando se realizava a posse oficial do agente da Capitania dos Portos, tenente Nicenor Boichenco. No sábado todos nos procuravam. Dois dias depois encontramos o staff da Jari reunido na cerimônia, incluindo o doutor Avertano da Rocha. Nos apresentamos ao tenente como jornalistas, fomos convidados oficialmente para a posse e aí ele contou:

— Mas eu também estava atrás de vocês. Quando me falaram que tinha uns barbudos e cabeludos na área pensei que fossem os meus federais. Eles também andam assim e de vez em quando visitam a região. Mas fiquei com uma dúvida: se fossem eles, teriam me comunicado...

Na terça-feira, o primeiro contato oficial com a direção da empresa. Durante duas horas e meia entrevistamos o diretor-executivo-adjunto Luiz Antônio Oliveira e o procurador Avertano da Rocha. Nesse encontro acertamos uma visita ao Projeto de Arroz, na localidade de São Raimundo, nas várzeas do Amazonas e um passeio pelo setor florestal. Na verdade, a direção da empresa teve que nos engolir e o procurador chegou a comentar a nossa vinda apesar da negativa:

— É, vocês mostraram que são repórteres, mesmo!

O Projeto Jari está concluindo a sua primeira fase, iniciada em 1967. Basicamente está montado em cima da produção de celulose — e para isso tem uma área de 100 mil hectares, conforme a versão oficial, mas como veremos adiante é de 150 mil. Ao sul, explora atualmente 3.280 hectares de arroz irrigado, mas a previsão é chegar nos 18 mil hectares. Ao lado do Beiradinha, explora caulim, num lugar chamado Morro do Felipe, também usado na fabricação de papel — para sustento do projeto montou uma grande infra-estrutura: criação de 4.500 cabeças de búfalos na Ilha de Comandá, aviário de 120 mil frangos na silvi-vila de São Miguel, 50 quilômetros de ferrovia, quatro mil quilômetros de estradas de rodagem, quatro aeroportos para locomoção nessa enorme área onde vivem 60 mil pessoas, direta ou indiretamente ligadas ao "país" de mr. Ludwig.

— Olha, ele vai chegar amanhã, no primeiro avião, às nove horas.

Os executivos da Jari queriam que a gente fosse embora o mais rápido possível, pois o velho bilionário americano estava para chegar. E ele não gosta de jornalistas. Mas, acabamos recebendo a confirmação na quinta-feira à noite, da filha do próprio Oliveira, a jovem Denise, de 16 anos, na piscina de Monte Dourado. Era importante, pois a única foto tirada dele no projeto data de 73, quando da visita do general Emílio Garrastazu Médici, então presidente. E mr. Ludwig aparecia de lado e de chapéu.

Na sexta-feira, dia 26, ele chegou realmente. No aeroporto, Zé Netto aguardava, dentro de uma kombi alugada. Tirou algumas fotos com teleobjetiva para garantir e depois foi se aproximando do velho. Não demorou muito mr. Ludwig notou, avisou o executivo número um do projeto, Lock Craig, esse passou o recado ao advogado José Moura. Rapidamente, ele partiu para cima do Zé e falou:

— Não bata fotografia de mr. Ludwig, senão vamos lhe tirar a máquina!



Retrato do povo do rio: os seringueiros depois de uma pescaria



A posse na Marinha e o staff perfilado

de toda a Amazônia. Mas os demais pontos cardeais tudo é possível dentro da tese defendida pela empresa dos "limites naturais". Ao norte pode ir até a Guiana Francesa. Basta para isso apenas o reconhecimento de um título de posse de 2 milhões e 400 mil hectares, que leva os domínios além de uma tal "falha geológica", impreciso "limite natural" da propriedade. Para leste, as terras ultrapassam o rio Cajari e, a oeste, fotografamos uma ponta de terra no mapa da sala da direção, em Monte Dourado, que vai além do rio Paru, outro limite natural.

É incrível que depois de tantos levantamentos e estudos realizados nos últimos três anos não se tenha chegado a nenhuma conclusão. Infelizmente, em nossa viagem, concluíamos alguma coisa. Agora é tarde! Mr. Ludwig aproveitou-se dessa longa e ridícula confusão e já implantou seu "país". Considera-se dono do território. Mesmo sem comprovar a posse da terra, montou a infra-estrutura. Mesmo que se prove a falsidade de alguns títulos, perdeu-se muito tempo e ele controla a área. Tudo é seu. Agora, ele ocupa e vigia essa região próxima da estratégica foz do rio Amazonas.

— Daqui de Jarilândia levo sete horas na minha lancha até o recreio do Paru. Gasto 220 litros de gasolina. Até Agua Branca do Cajari dá umas oito horas. Patrulho essa área porque a Jari é muito grande e há muita invasão de terra e roubo de madeira.

Encarregado da Guarda Florestal da Jari sediada em Jarilândia, o vigia José Ciriaco de Oliveira, com dois motores de velocidade, polícia os três rios da companhia e um longo percurso do Amazonas. Manda relatórios à Monte Dourado sobre tudo que acontece ao sul do projeto.

Ele, como todos os antigos, lembra que "tudo aqui era do coronel Zé Júlio". É bom saber disso, pois é com essa definição que a terra passou para um grupo de portugueses e mais tarde para mr. Ludwig — que comprou a região antes

# TERRA

## Um "país" que avança sem controle

O "país" de mr. Ludwig é muito grande! As distâncias se medem por rios, seus limites avançam em direção à fronteira norte do Brasil; para os lados confundem-se com outras propriedades de estrangeiros e, o mais perigoso, cresce rápido demais. Há 12 anos se discute seu tamanho e não se delimitou efetivamente a área — tem variado de 400 mil hectares a seis milhões, algo assim maior que 50 países do mundo.

O rio que lhe dá o nome nasce na serra do Tumucumaque, na fronteira de Suriname com a Guiana Francesa. Até o

rio Amazonas ele serve de divisa entre o estado do Pará e o território do Amapá. De seus 600 quilômetros, os primeiros 200 cortam o Projeto Jari bem no meio. No lado do estado, os domínios vão até outro afluente esquerdo do Amazonas: o Paru; no território, as terras avançam até um rio de menor porte, o Cajari, também afluente do Amazonas.

Sabe-se concretamente o limite sul do território justamente por ser o próprio "rio-mar". Nele mr. Ludwig possui uma ilha, a de Comandá, e pode controlar um trecho da principal via de navegação



da companhia norte-americana United Fruit, outra interessada, segundo a versão do escritor Leandro Tocantins. Estimava-se em 2 milhões e 800 mil hectares. Mas a maioria era terra devoluta do governo.

Ninguém se importava com essa definição, mas a partir de 1968 começou a dar problema. A CPI da Câmara dos Deputados sobre vendas de terras para estrangeiros levantou a primeira dúvida. Ao extinto Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (Ibra) a Jari declarou 420 mil hectares, mas uma comissão de investigação do Ministério da Justiça encontrou 1 milhão e 250 mil hectares.

De lá para cá continuou a dança dos números. Em 1975 a empresa disse à Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) que tinha 3 milhões e 654 mil hectares. Mas dois anos depois, cadastrou no Incra, em Belém, 1.006.261,9 ha (430 no Amapá e 576 no Pará). Mesmo assim, sem uma área precisa, teve seus pedidos de isenção de impostos sobre importações de máquinas e de incentivos fiscais da Sudam e de aprovações "como de interesse para o desenvolvimento da Amazônia".

Não bastassem essas "divergências", o presidente da Entrerios Comércio e Administração Ltda., Francisco Andrade, ampliou a confusão. Esse dirigente da holding principal de Mr. Ludwig para o Brasil declarou à Comissão do Interior da Câmara, uma área de 2 milhões 279 mil hectares, em 1978. Agora, o número mudou. Para nós o diretor executivo Antônio Oliveira e o procurador-geral da Jari, Avertano da Rocha, garantiram que o pensamento oficial da empresa é legitimar 1 milhão e 680 mil hectares. Foram taxativos:

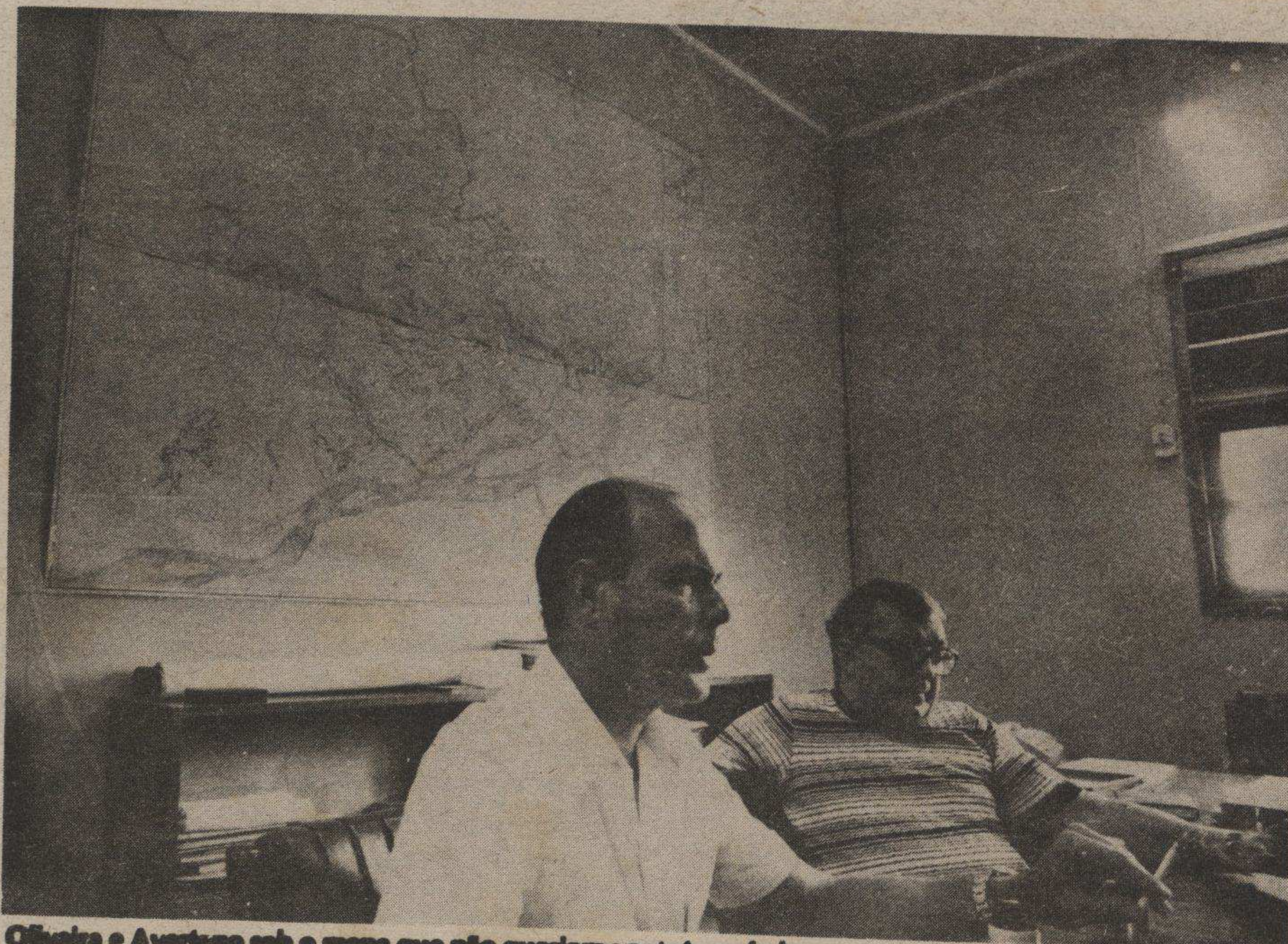
— **Realmente, temos títulos que dão uma área superior. Agora, o que pleiteamos é a área que realmente a Jari ocupa dentro dos limites naturais contidos dentro do mapa. Queremos que nos reconheçam o direito de legitimar as áreas, pronto. Quer dizer: vamos fazer a legitimação!**

Duas coisas precisam ficar bem claras. Primeira: o mapa oficial da Jari para divulgação não é confiável. Segunda: a sua tese de limites naturais menos ainda. Nossa maior prova é a foto tirada pelo Zhé Netto na sala de Oliveira. O mapa pendurado na parede mostra o "pedaço além do rio Parú que a gente não sabe direito quanto é", segundo declarou o biônico Avertano da Rocha à CPI do sistema fundiário no ano passado. Só que ali ele aparece bem delimitado. Estranho, não?

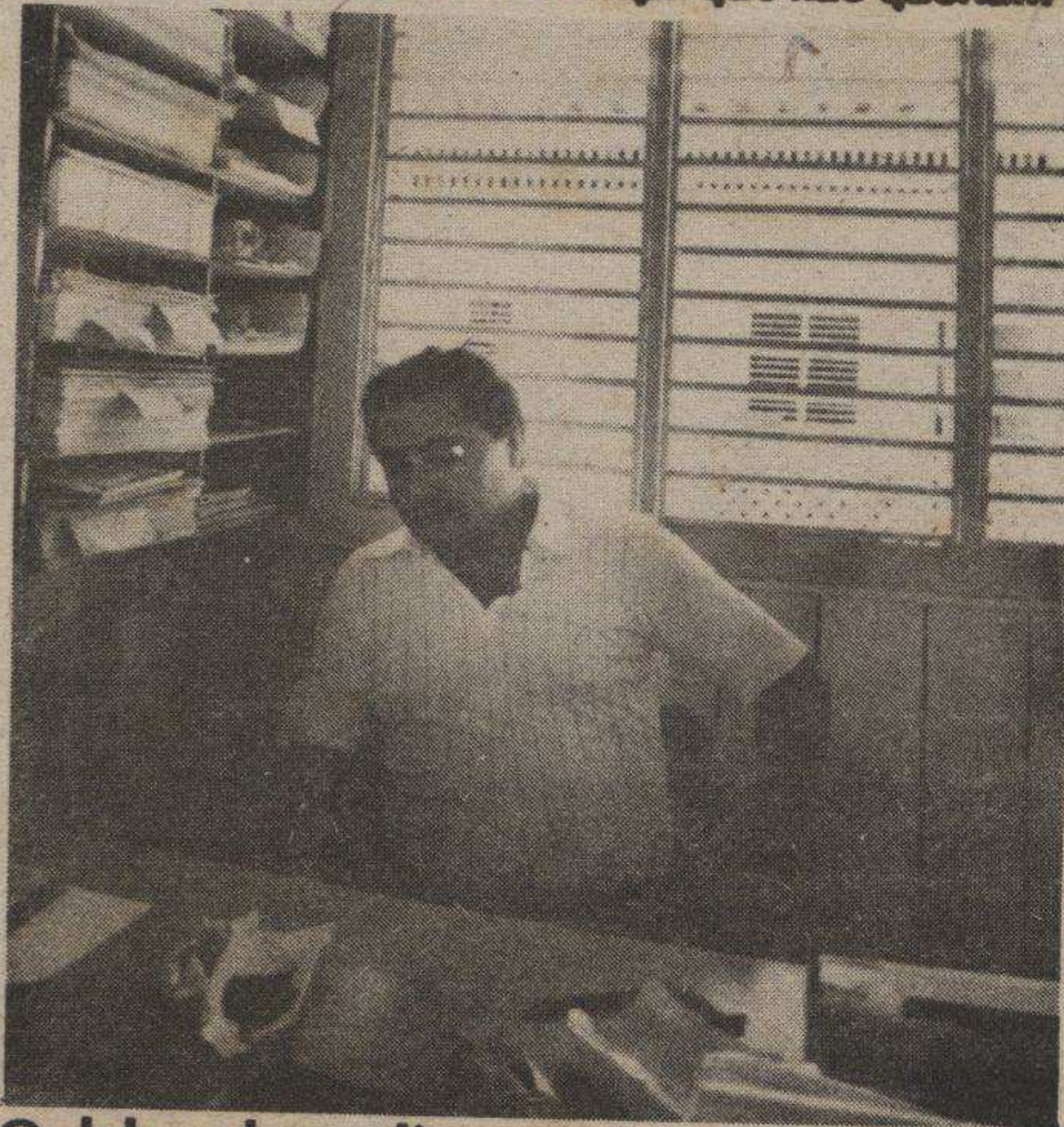
Mais estranha ainda é a definição quanto aos "limites naturais". Da foz à primeira cachoeira do Jari navegamos 150 quilômetros e o território de Mr. Ludwig continua. De Monte Dourado rodamos mais de seis horas numa pick-up pelas plantações de gmelina, sentido noroeste e norte, e faltou muito chão. Para o sul, até São Raimundo, sede do projeto de arroz, voamos 25 minutos de jatinho a 800 quilômetros por hora e daria para voar bem mais.

Toda essa área, até 1943, quando o governo criou o território, era Pará. Por isso, o coronel Zé Júlio, que usou todos os expedientes para formar na marra latifúndio, deixou problemas em ambos os lados do rio Jari. Verdadeiros abacaxis estão sendo descascados pelos técnicos do governo, por causa das enroladas do coronel. Ele se aproveitou da influência política que exercia para formar a imensa propriedade. A manteve, logicamente, usando da força de seus jagunços e impedindo qualquer fiscalização na área. Mesma técnica Mr. Ludwig, só que o norte-americano tem objetivos mais audaciosos e internacionalizantes.

Por isso, quando um título como o da Fazenda Saracura passa as suas mãos, devemos nos preocupar. A Jari ocupou as várzeas do Amazonas com esse título de posse. Mas, vejam bem, ele tem no papel 2 milhões e 400 mil hectares. "Vai até a Guiana", reconhece a direção, ironizando em cima das "divergências", e admitindo o exagero. Então, até onde irá? Desde 1969 existe um parecer oficial registrado em cartório pelo engenheiro civil Mário Yamanouth que diz: "Saracura possui uma área de 4 mil 356 hectares e não 2 milhões e 400 mil hectares, como consta no documento". O presidente do Instituto de Terras do Pará (Iterpa), Iris Pedro de Oliveira, foi taxativo: "Existe o título mas não existe a terra. Não será legitimado de jeito nenhum". Acontece que já está tudo ocupado e agora a Jari quer legalizar a



Oliveira e Avertano sob o mapa que não queriam ver fotografado



O delegado explica: aqui é particular

posse dessa região rica em bauxita. E Avertano da Rocha chega a ser divertido em suas explicações sobre Saracura:

— **Quando levantamos os 348 documentos para serem analisados, para o bem ou para o mal, lá no meio tinha Fazenda Saracura, com seus 2,4 milhões de hectares. Que vou fazer com esse título? Esconder? Jogar em baixo da mesa? Botar fogo? Sumir?**

— **Qual a saída, então, doutor?**  
— **Tem que haver um jogo aberto. Temos. No papel. Existe no campo? Não. O que existe? 250 mil? 300 mil? Temos que demarcar para ver o que existe. Nem eu nem Jesus Cristo podem dizer.**

Arriscando um palpite, acredita que "não chega a 250 mil hectares". Pede apenas "o que for encontrado dentro de seus limites naturais". Só que para o presidente da Entrerios, os limites naturais são diferentes, pois disse aos deputados que a empresa "pretende legalizar 800 mil hectares". Será que os dois não se combinaram?

Confundindo como é de seu costume, ao mesmo tempo a Jari está apelando para um recurso chamado "regime legal diferente". Ele possibilitaria a legitimação de 16 posses de acordo com as dimensões estabelecidas na época em que foram adquiridas. E não pelo limite de três mil hectares da lei de terras, "e sim pelos limites geográficos e imprecisos". Segundo o jornalista paraense Lúcio Flávio Pinto, especialista em assuntos amazônicos do jornal *O Liberal*, de Belém, "uma perigosa exceção, pois uma Fazenda Saracura subiria de três mil para os 2,4 milhões de hectares".

Quer dizer, a Jari de um lado pleiteia demarcação do que tiver realmente e, do outro, quer legitimar integralmente. Sorte que o Iterpa descarta, afirmando: "É efetivamente imprópria e de aplicação inadequada a hipótese em configuração". Além disso, das 33 posses apresentadas ao Iterpa, 15 foram excluídas por "insuficiência documental". Se Mr. Ludwig tiver tudo aprovado, ficará com uma área de três milhões de hectares no Pará, pois já tem 50 propriedades legitimadas (225.967 ha) e 19 títulos de eufiteuse (68.400 ha). Mas como os 18 títulos restantes serão analisados dentro da lei de terras para estrangeiros, que impede legitimação maior de três mil hectares sem anuência do congresso, ficará com 340 mil hectares, tão somente.

— **Está tudo pronto — segredou-nos o mineiro presidente do Iterpa. — Só não agimos porque é nossa pretensão dar um**



Maria da Glória, chefe do cartório

**encaminhamento conjunto com o Incra, por conveniência administrativa. Quando o Amapá concluir seu levantamento, aí sim, agiremos.**

O levantamento realizado pelo Incra está pronto. Só não foi divulgado ainda. Mas, como não poderia deixar de ser, a situação é mais confusa ainda. Títulos sem origem definida, incluídos noutras posses mas somados como se fossem isolados, registrados no território mas com a terra do outro lado do rio Jari e assim por diante. O da posse Timbó, por exemplo, o levantamento vai mostrar que "sua origem não existe" — é "fictício". São mais 17.424 hectares a mais para Mr. Ludwig.

Se no Pará temos "falha geológica", Saracura, "limites naturais", no Território a comédia é mais divertida. A começar porque a própria Jari descobriu erros no cartório de Mazagão, na ausência da titular Maria da Glória Silveira, e tratou de antecipar-se a ação do Incra. O advogado da companhia, João Bittar, pressionou a oficial de justiça para obter "as correções urgentes". Mas ela negou-se a fazer:

— **O cartório não pode fazer. Erros, só se o Ministério da Justiça mandar fazer a correção.**

Para azar da Jari, a maranhense remexeu os velhos livros de suas gavetas e fez uma grande descoberta: um livro de registros que não existe. E, só faltava essa:

— **Um livro fictício. Fazem referência a ele, mas não encontrei em parte alguma. Pra me livrar de qualquer responsabilidade, comuniquei ao juiz de Macapá. A mim compete descobrir e notificar. As partes resolvam.**

Resolveram. O Incra fez novo levantamento no cartório. O executor do Projeto Fundiário do Amapá, Antônio Serra, foi pessoalmente comandar a busca. Tomou por escrito o depoimento do ex-funcionário do cartório, Paulino de Carvalho, aposentado em 1978, que confirmou o equívoco. Para nós, o velho de 70 anos também disse que lhe "faltava experiência". Na frente da mulher, contou sua conversa com Serra:

— **Falei pra ele. Se a Jari diz que está no livro três, tenho que dar a certidão. Se o tabelião disse, registrei. Deve estar no livro 3-A. Mas não acharam, por isso o Serra disse que vai contestar, porque o tabelião do Cartório Gema, de Belém, produziu o título.**

Depois disso, no dia 25 de outubro passado, o juiz Benjamin Raio, de Macapá, concordou com as correções pe-

didadas pela Jari, mas no despacho confirmou "a inexistência do livro 3-B". E essa decisão pode alterar o quadro novamente no lado do Amapá. O último levantamento do Incra apontou 101 posses e um total de 494 mil e 197 hectares em títulos, sendo 353 mil e 494 hectares registrados em cartório. Com os 340 mil hectares do Pará, podemos adiantar que ao invés do 1 milhão e 600 mil hectares pretendidos, Mr. Ludwig, legalmente, não possuirá nem a metade.

— **Numa das reuniões de Brasília, apareceu um mapa com todos os diferentes tipos de imóveis da Jari. Era a própria pele de onça. Posses salteadas mas que ficam tudo uma coisa só porque a empresa ocupa. Foi uma correria. Todos queriam ver. O mapa subiu e desceu elevador. Foi parar no gabinete do presidente e desapareceu.**

Um funcionário do governo que participou dessa reunião nos contou esse episódio acontecido durante a elaboração do "dossiê sobre as terras da Jari", em 1977. Além do mapa sumir, o dossiê não deu em nada, segundo esse técnico, "porque o general Golbery impediu qualquer ação". Igualmente "colaborou o major Heitor de Aquino", ex-secretário do presidente Geisel e hoje do general Figueiredo, e que foi presidente da Entrerios Comércio e Administração Ltda., empregado de Mr. Ludwig.

— **Até hoje o governo não fez nenhuma vitória no projeto, por isso acontece tanto absurdo.**

Por isso não é de se estranhar que o levantamento das posses da Jari, realizado pelo advogado do Incra, Benedito Antônio Leal de Mira, em 78, tenha se estendido até Oriximiná, lados do rio Trombetas, e Altamira, bandas do rio Xingu. Dessa enrolada provocada pelos advogados da empresa tudo é possível, mas, nos 18 dias de busca, Mira não encontrou nenhum título de Mr. Ludwig nos cartórios desses dois municípios.

Agora, se os técnicos do governo correrem o limite oeste do projeto ficarão mais preocupados. Se o judeu-norte-americano Chaul Rosemblet, especulador imobiliário com escritório em todo mundo, tiver realmente os 544 mil hectares que diz ter na sua Agroindustrial do Amapá, vai dar rolo. Sua propriedade, pelo que vimos, superpõe à terra de Mr. Ludwig.

A demarcação da área de Rosemblet está parada. Na central do Maracá encontramos uma equipe da Tramontela, responsável pelo serviço, parada há um mês "por ordem de Brasília". E que, apesar do Conselho de Segurança Nacional ter em mãos provas da ilegalidade dos títulos, a demarcação foi autorizada via Planalto, segundo funcionários do Incra, "sob pressão e com uma ajuda de Cr\$ 6 milhões". Nesse momento, o Conselho reestuda o processo de 46 pastas sobre essa terra, "uns 20 quilos de papel que mostraram várias incoerências jurídicas".

— **Eles deveriam ter vindo aqui até o dia 20 de novembro atualizar o cadastro, mas não vieram. Estão se sentindo muito forte. Já devem ter enchido muito bolso com dólares.**

A revolta da regional da Amazônia do Incra é igual a de outros órgãos do governo. Todos sabem, como nos confirmou em Porto Alegre no dia 10 de novembro o general Hugo Abreu, que "o major Heitor de Aquino é o maior defensor da Jari". no City Hotel, onde se hospedou para abrir os debates sobre a reforma partidária promovido pelo Diretório Estadual de Estudantes (DEE), numa de suas últimas entrevistas antes de morrer, confirmou que Aquino levava filmezinhas promocionais da Jari, para os membros do conselho. Imaginem o que deve estar fazendo agora!

Por isso a Jari se dá ao luxo de tomar certas atitudes como não dar bola ao Incra e dizer: "Não estamos debatendo com o Iterpa, vamos fazer a legitimação". Tem muita força no governo. Mas se por acaso alguma coisa der errada, Mr. Ludwig tem um trunfo. Segredou ao presidente do Iterpa, no último encontro que tiveram casualmente, algo que define bem o significado da questão terra. Enquanto os técnicos debatem juridicamente, ele já colhe os primeiros frutos e diz:

— **Eu não quero ser proprietário. Se todas as áreas fossem arrendadas, não teria problema. Quero é terra para implantar meu projeto.**





# FLORESTA

## É a base do projeto e pode degenerar

O Projeto Jari completou 10 anos de existência. E durante este tempo, foi montado um complexo industrial envolvendo uma fábrica de celulose, com produção de 750 toneladas por dia e serrarias. Para a segunda etapa do projeto está prevista a chegada de mais uma fábrica de celulose, para produção de papel de imprensa, a base de 1.500 toneladas por dia e uma fábrica de laminados com produção de 30 mil metros cúbicos de madeira por ano.

Há 53 anos, Henry Ford também pensou em montar um complexo industrial nas margens do rio Tapajós, plantando inicialmente 800 mil pés de seringueiras. O investimento de Ford, concretizado em dois povoados — Fordlândia e Belterra, até hoje existentes — fracassou por um motivo bem simples: uma doença conhecida por *Dothidela Ulei* (um tipo de broca) arrasou a plantação. Em 1936, dez anos depois, Ford vendeu a concessão de um milhão de hectares de terra ao governo brasileiro. A natureza não aceitou a experiência.

E a plantação de mr. Ludwig, dar certo? Ninguém sabe. Apesar dos 10 anos de vida do reflorestamento feito pela Jari, nunca se discutiu a transformação violenta da mata amazônica. Tirar 300 espécies de plantas nativas por hectare e substituir por *gmelina arborea*, (uma planta asiática), *pinus caribaea* e *eucalyptus* não é uma tarefa simples. Hoje a Jari tem 150 milhões de plantas na área. Ao mesmo tempo a empresa não libera os dados reais do desenvolvimento da plantação, tornando quase impossível a algum técnico fundamentar dúvidas sobre a experiência. Isto ficou claro em julho do ano passado quando três especialistas em florestas — o brasileiro Ronaldo Almeida, diretor da Floresta nacional do Tapajós, o inglês Tony Wood e o economista chileno Pavery, estes dois últimos membros da FAO, organização das Nações Unidas — visitaram toda a área do projeto florestal. Eles não tiveram acesso a todas as informações necessárias para poder afirmar com certeza o que acontecerá com as plantas.

Mas o Ronaldo Almeida elaborou um relatório para a direção do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), retocado ainda em Brasília pelo professor Mauro Reis, diretor do Projeto de Desenvolvimento e pesquisa Florestal (Prodepef). No relatório ele diz:

— A tendência da plantação é degenerar e isto pode acontecer em 10 anos.

Além da pretensão fracassada de Henry Ford, que tentou montar o primeiro grande projeto na Amazônia, alterando o ciclo de vida da mata, existem pelo menos mais três argumentos sérios que entram numa futura discussão sobre o sucesso ou fracasso da plantação de *gmelina*. São eles: 1) em 1955 o governo brasileiro assinou um convênio com a FAO para realizar uma série de estudos sobre a Amazônia. Alguns técnicos viajaram ao Brasil, entre eles o professor John Pitt. Até 1961, Pitt pesquisou a mata e depois voltou à Inglaterra. Antes de ir deixou um extenso relatório, publicado pela Sudam em 1969, onde conta as experiências realizadas no ano de 1958 com a *gmelina arborea*, numa estação do município de Santarém e no Território do Amapá. É um dado importante, pois até hoje a Jari diz que faz esta experiência pela primeira vez. Uma das conclusões de Pitt:

— A experiência mundial tem mostrado que em áreas subdesenvolvidas, firmas industriais não se preocupam com operações silviculturais, que só lhes trarão benefícios depois de muitos anos. A substituição da floresta visando o futuro só terá bom êxito se o trabalho for feito pelo serviço florestal nacional.

2) A complexidade do solo amazônico e o total desconhecimento do

Brasil do significado desses 358 milhões de hectares de cobertura vegetal, com 273,5 milhões de hectares de floresta tropical densa, que é a Amazônia. São mais de 2 mil espécies vivendo numa terra pobre, onde 85% dos solos têm baixa fertilidade, alta acidez e pouca profundidade.

3) A pesquisa de manejo florestal que está sendo realizada pelo IBDF em 165 mil hectares da floresta nacional do Tapajós. Esta pesquisa pode ser traduzida como a "exploração racional" da floresta, tese defendida por alguns técnicos governamentais como uma das saídas para pagar a dívida externa brasileira. Eles estão replantando 32 espécies nativas, estudam o comportamento da floresta diante de cortes e o mais importante: a mata continua no lugar. É um estudo para no mínimo 10 anos.

E a Jari funciona num esquema industrial alucionado, onde não pode haver um mínimo engano, pois todas estas plantas precisam ter um rendimento certo para abastecer a fábrica de celulose em funcionamento e as futuras fábricas. A programação vai até 1995. Vamos dar uma mostra desta corrida maluca: desde o crescimento da planta surgem problemas. Primeiro com o solo, depois com as defesas criadas pela mata nativa. Junto com *gmelina*, *pinus* e *eucalyptus* nasce uma planta chamada de *embaúba*, conhecida em toda a região como juquirá. Junto com a juquirá vem a saúva, aquela formiga que destrói tudo. Se as equipes de pões não cortam a embaúba, ela cresce e prejudica o desenvolvimento das plantas.

Mas ela consegue crescer. Dez anos depois — este é o ciclo da *gmelina*, e o do *pinus* é de 16 anos — é feito o corte raso. As toras são levadas de caminhão até os pátios de madeira e dali seguem no trem mais 46 quilômetros para chegar na fábrica da Jari. Ela funciona dia e noite, sábado e domingo. Para cada cinco toneladas de madeira, se produz uma de celulose. São 3.750 toneladas por dia ou 3.600 metros cúbicos de madeira ou 25 hectares de mata ou ainda 20 mil pés de *gmelina*. Foram 300 milhões de dólares investidos na plantação e mais 319 milhões de dólares nas duas plataformas flutuantes — a fábrica e uma usina termelétrica — produzidas no Japão. E nada pode atrasar.

Mais: a Jari mente muito. Durante os 10 anos a empresa apresentou dois projetos à Sudam pedindo isenção de impostos e taxas incidentes sobre importação de máquinas, equipamentos e acessórios no valor de Cr\$ 49 milhões. O primeiro em 1969, de nº 10.450 e o outro de 1975, nº 01668, quando obteve apoio entusiástico do governo, através de uma exposição de motivos assinada pelo general Ernesto Geisel e vários ministros. Geisel qualificou o empreendimento de "relevante interesse nacional e de absoluta prioridade para o desenvolvimento do país".

Uma contradição fundamental entre os dois projetos: em 69 a empresa dizia que ia plantar 80 mil hectares, seis anos depois dobrava a área. A Jari continua divulgando que plantou 10 mil hectares por ano, portanto, 100 mil hectares em 10 anos. Mas na verdade, ela fez isso apenas num ano, em 1972, quando ocupou 10.494 hectares. Pela análise dos dois projetos a empresa já plantou até agora — a tal primeira fase como dizem os executivos da Jari — 152 mil hectares e não 100 mil. Se na segunda fase, que encerrará em 1989, plantar realmente mais 100 mil hectares, terá 250 mil hectares de plantação e não 200 mil. Ou seja, já comeu 50 mil hectares. Em princípio parece algo absurdo, mas o IBDF nunca entrou na área para fiscalizar o projeto e somente agora o órgão pensa em colocar um posto em Monte Dourado.

— Tu conhece o Palmers, que tra-



O corte da *gmelina* é feito pelo peão. A máquina compacta o solo



O gaúcho Euclides: desafio os ecólogos



A poderosa Lumber Jack L-120

balhava no setor de plantio? — Não, não sei...

— mas ele trabalhou para a FAO...  
— Não me lembro.

Este diálogo aconteceu quando fazíamos uma visita a plantação acompanhados do gerente de extração de madeira cultivada, o gaúcho Euclides Luis Reckziegel, há 11 anos na Jari, na pick-up nº 5.155. Palmers é o técnico John Palmers, inglês, ex-membro da FAO, no Brasil desde 74, quando esteve à disposição do governo brasileiro. Foi ele quem passou as informações para Ronaldo Almeida e os outros dois estrangeiros na visita realizada em julho passado. Eles já se conheciam e isto facilitou o trabalho. Três meses depois, quando chegamos ao projeto, Palmers tinha sido demitido por discordar do andamento do reflorestamento:

— No último dia que ele trabalhou passou a tarde inteira discutindo com o Mcdavinson, nos disse uma fonte em Monte Dourado.

— Tu sabes alguma coisa do relatório do IBDF falando em degeneração da *gmelina*?

— Não, nunca ouvi falar. Mas este relatório não pode ser levado a sério porque nem nós sabemos ainda.

— Mas foi o Palmers quem deu as informações...

— Ah, sei, agora me lembro dele. Trabalhava no setor de pesquisas e a mulher era secretária do setor de computação. Com o corte de funcionários que houve recentemente ela foi demitida e ele ficou meio magoado. Eles eram meio cientistas-malucos. Nos fins de semana sempre saíam na mata para coletar plantas...

Esta é a explicação oficial da demissão, agora deixemos que o próprio Ronaldo Almeida exponha o seu pensamento:

— A gente conseguiu fazer uma visita não oficial, tivemos mais liberdade de conversar. E deu sorte que conhecíamos o Palmers. O meu pensamento é que eles vão ter que abandonar aquilo, como fizeram em Fordlândia. Não sei o prazo, talvez seja em 10 anos ou mais. Nós percorremos toda a plantação, mas não tivemos acesso a todas as informações. A gente soube de coisas num nível, assim, de técnico e depois só a nível superior.

— Como vocês chegaram à conclusão da degeneração?

— A primeira geração da *gmelina* ficará adulta em 16 anos. Precisávamos ver todo os gráficos para saber direito isso. Agora estão entrando na segunda geração, que vai ficar adulta em 12 anos. Então a tendência é dela ir ficando adulta num espaço menor de tempo e ao mesmo tempo perder volume. Tudo isto em função da forma como eles fazem as coisas. Tiram toda a cobertura nativa, alteram o ciclo da mata.

No início a Jari teve problemas de solo, pois usou máquinas no plantio e elas endureciam o solo. Posteriormente os técnicos da empresa concluíram que a *gmelina* cresce melhor em solos argilosos. Levaram seis anos para entender isto. De qualquer forma, o posicionamento da empresa é este:

— A Amazônia é sempre um desafio e nós quando iniciamos tivemos erros até que pudéssemos dominar a tecnologia. Temos estudos e pesquisas de unidade florestal que faz constantemente a análise de solo para ver a mineralização — diz Luis Antônio Oliveira.

— E o fato da fábrica vir sobre balsa não supõe que possa haver um retrocesso, uma volta preparada?

— Não, ela veio assim por dois motivos: tempo e disponibilidade de pessoal técnico para montar a fábrica no meio da Amazônia.

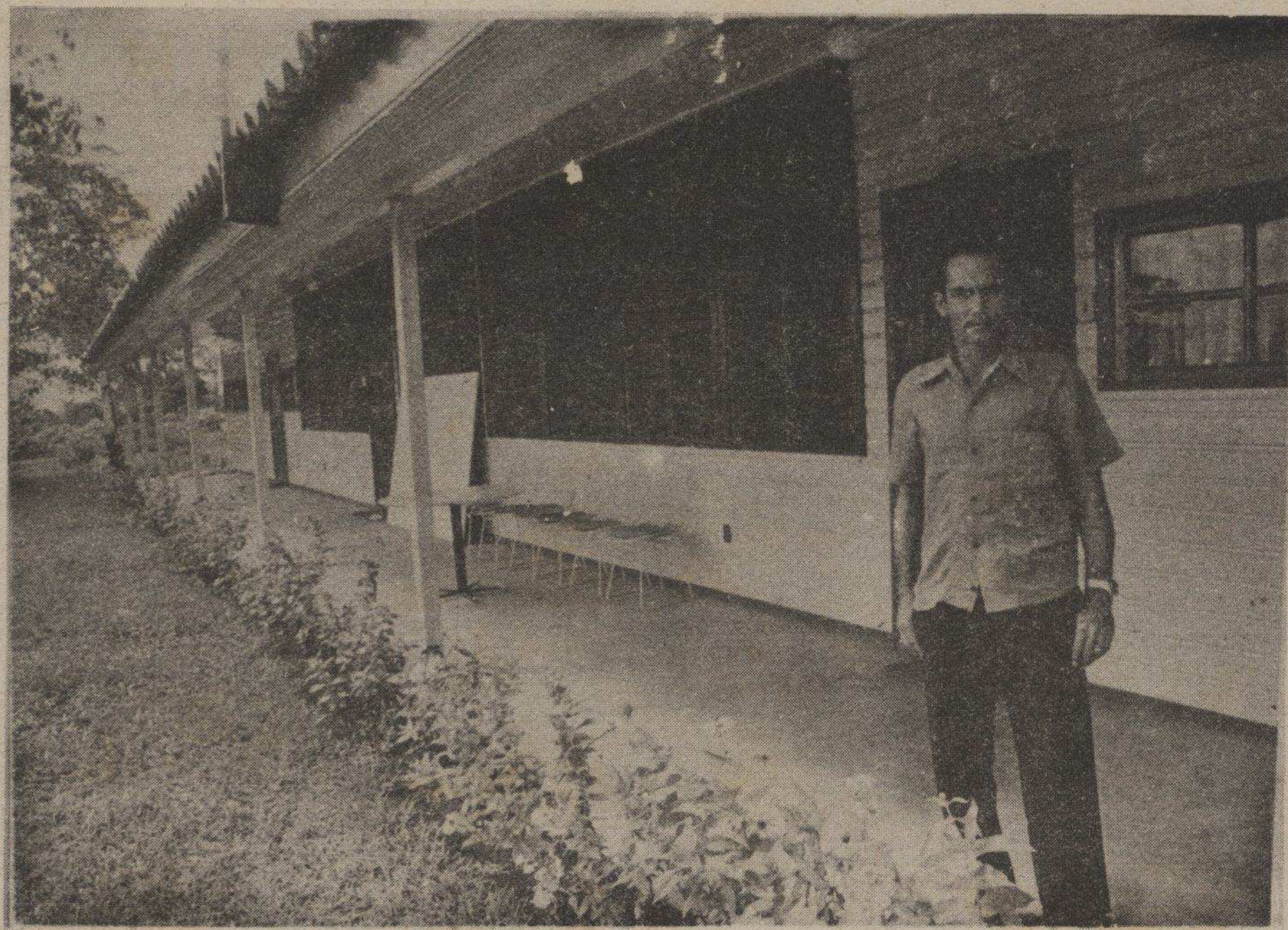
É uma discussão longa esta, sobre a transformação da mata heterogênea em homogênea. O gaúcho Euclides Reckziegel tentou nos convencer nos quase 200 quilômetros percorridos dentro da plantação. Na área do vale do Pacanari, 70 quilômetros de Monte Dourado, melhor solo da região, onde a *gmelina* cresce mais, ele fez uma cena teatral:

— Quem destruiu o solo amazônico?, pergunta, com um punhado de terra na mão. Aqui a gente encontra macro e micro elementos que compõem o solo. Olha aqui o cupim — pega um galho de *gmelina* apodrecido —, olha o capim, olha os frutos, as flores. Eu queria que os ecólogos vissem isto...

No final, depois de procurar um tronco grosso para que fotografássemos — e ele demorou um pouco —, declarou, comentando as informações do relatório:

— Não sou técnico neste assunto, por isso lavo as mãos...





O peão de mr. Ludwig, na frente da casa: "Foram me buscar de avião"



O maranhense: adotado como modelo

# O PEÃO

## Trazem de longe, usam e demitem

O maranhense, recrutado no interior do estado, forma a maioria dos trabalhadores deste país. Ele é massacrado diariamente, vivendo uma rotina que não lhe deixa uma única saída. É um negócio meio macabro, mas ao mesmo tempo normal dentro do Jari. O macabro, por exemplo, está retratado neste pequeno diálogo ocorrido dentro do escritório do advogado José Moura, um dos responsáveis pela Sasi — a empresa de recrutamento de mão-de-obra criada pela empresa:

senhor ficar...

- Chefe da segurança:
- **Claro, onde já se viu um vigia sem perna, como é que ele vai correr?**
- Secretária, com a ficha de um empregado na mão:
- **Tem esse aqui que perdeu a perna...**
- Chefe da segurança:
- **...mas estes dias eu já peguei um sem braço...**
- Secretária, raciocinando:
- **Pois é, acho que não dá para o**

Existe uma outra história, conhecida em Monte Dourado, mais clara ainda. Nela mr. Ludwig mostra que nem ele confia no humanismo apregoado pela sua empresa.

— Manoel Alves de Freitas, 47 anos, sete filhos, é o zelador da velha casa de hóspedes, onde o milionário ocupa um dos três quartos. Tempos atrás ele quebrou a perna, quando trocava uma lâmpada. Quando mr. Ludwig visitou o projeto perguntou por ele. Manoel conta: "Eu ainda estava no hospital. Depois de dois meses, ele voltou e eu continuava hospitalizado. Ai ele me mandou buscar em Belém. O pessoal me trouxe de avião"

Oficialmente a direção da Jari reconhece a presença de 7.350 empregados, sem contar as 21 empreiteiras, a Sasi — pertencente ao grupo — e a Caulim da Amazônia (Cadam). Somente a Sasi coloca dois mil trabalhadores por ano dentro do Projeto e apenas uma das empreiteiras, a Empreendimentos do Norte, desde 1971 contrata cerca de 10 a 12 mil peões por ano; segundo depoimento de um dos sócios, Francisco Oliveira Araújo. Esta mão-de-obra vem do interior do Maranhão, principalmente dos municípios de Santa Inês, Pinheiros e Boa Vista, onde a Sasi mantém escritórios de

recrutamento. A maioria destes peões são analfabetos, não possuem documentos e ultimamente tem chegado uma grande quantidade de menores na área. Os empreiteiros fazem uma tal carteira provisória de trabalho, muitas vezes dentro do barco *Rio Jari*, propriedade da empresa, no percurso Belém-Monte Dourado.

Eles trabalham na mata nos serviços de corte de madeira, desmatamento, desbaste, limpeza ou então na construção civil ou montagem de indústrias. Ao lado dos peões existe uma minoria de técnicos de nível superior e especializados, adeptos incondicionais do Projeto, com salários, no mínimo, acima de Cr\$ 30 mil.

A Jari divide os empregados em castas — *staff*, intermediário, primário e peão — e cada um tem direito a um tipo de casa, nas chamadas silvi-vilas, pequenos povoados criados na área da plantação. Até agora foram construídos dois deles. A casa dos trabalhadores primários é de tijolo, parecida com uma caixa de formato retangular, coberta por uma chapa grossa de concreto e pequena. São 750 casas, ou seja, só uma minoria consegue morar nas silvi-vilas. o restante constrói uma casa no Beiradão ou Beiradinha. Os peões vivem nos acampamentos de Monte Dourado ou Monguba, ou no interior da mata. Acampamentos? Na capital são grandes barracões de madeira, quartos grandes, com beliches, cama de lona, sem colchão. Eles também usam redes para dormir. Na mata, são de pau, cobertos de lona, plástico ou palha.

Para completar o perfil trabalhista da Jari: os trabalhadores estão proibidos de se organizar e em 78 a empresa demitiu os delegados sindicais Mansio da Silva Blanco e Armando Carvalho Souto, empregados da Cadam, eleitos pelo Sindicato dos Empregados nas Indústrias Extrativas do Estado do Pará e Território do Amapá. Neste mesmo ano a Jari não pagou o dissídio coletivo de 40% liberado pelo governo, e foi condenada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região. Pagou na justiça, posteriormente, com juros e correção monetária.

No país de mr. Ludwig as leis são próprias e mandam seus executivos. Eles industrializaram o esquema de empreiteiras, deixando o peso das obrigações trabalhistas e encargos sociais sobre as 21 existentes na área. A Jari lava as mãos, mas é ela quem fornece a alimentação, ferramentas e faz o pagamento dos peões. E das 21, 14 estão endividadadas com a empresa. Abaixo publicamos um resumo de casos trabalhistas levantados na Justiça

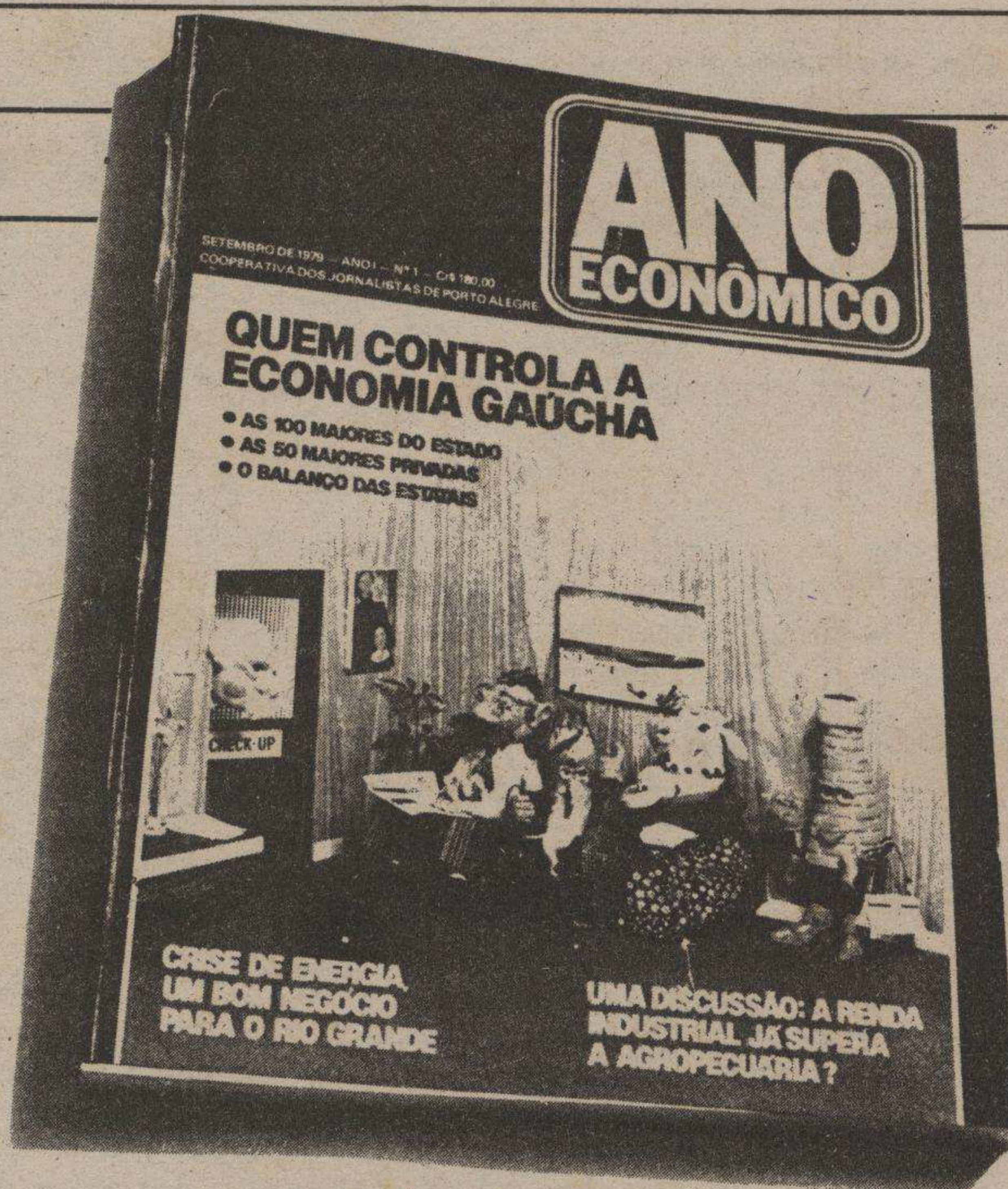
## Você não precisa mais quebrar a cabeça atrás de informações sobre as empresas e a economia do Rio Grande do Sul

UM PERFIL COMPLETO DA

ECONOMIA GAÚCHA, EM 240 PÁGINAS.

Estas são algumas das questões importantes tratadas em **Ano Econômico**

- O Rio Grande do Sul não é mais um estado agrícola. A indústria já supera a agropecuária na geração da renda interna.
- O ciclo da soja chegou ao fim. Quais as alternativas para substituir a soja que hoje é 56% da renda do setor primário e 8% da renda estadual?



**PEDIDOS PARA** Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre  
Rua Comendador Coruja, 372 — Porto Alegre



- O Rio Grande do Sul é potencialmente o estado mais rico da federação devido as suas reservas de carvão. Quais são os planos para explorá-las?
- Cana-de-açúcar no Rio Grande do Sul? Sim, esta é uma boa alternativa para a lavoura. Os gaúchos consomem 6 milhões de toneladas da cana, por ano, e têm terra boa para plantar.

E MAIS: As cem maiores empresas, as análises de balanços, o desempenho de setor por setor, as perspectivas para o futuro.





Os alojamentos dos peões em Monte Dourado: grandes barracos...

do Trabalho de Macapá — onde existem 244 queixas contra a Jari — e em entrevistas com funcionários. Eles dão uma idéia do tratamento reservado por mr. Ludwig aos trabalhadores brasileiros:

1) **Um brasileiro exemplar:** ele se chama Mário Costa Filho, natural de Mazagão, chapa nº 05411, 30 anos, casado, dois filhos, 11 anos de Jari, salário de Cr\$ 7 mil. Era encarregado do secador de arroz de São Raimundo, onde trabalhou 510 horas no último mês (agosto), quando o normal é 240. Mário começou a trabalhar em Jarilândia, no início do projeto, e aos poucos foi aprendendo a tecnologia dos estrangeiros, a ponto de substituir os chefes americanos, em férias nos Estados Unidos. Em agosto passado a empresa o demitiu sumariamente, com direito de receber Cr\$ 12 mil, sob a acusação de liderar uma greve no secador. No dia 29 daquele mês, 11 dos 44 operadores não foram trabalhar. Mário estava com uma distensão na virilha, mesmo assim um português foragido de Angola, Hérmes Góes, recém-contratado pela Jari, acusou-o, não deixando nem ele se defender.

— Eu já tava há cinco meses substituindo o chefe do secador e fui falar com o seu Haglan, chefe do projeto. Aí ele falou que ia estudar o meu caso. Dias depois contratam o português, que não entendia nada do secador. Naquele dia eles mandaram trazer um grupo de trabalhadores de outros setores. Aí ele disse pra mim: seu Mário, o senhor vai trabalhar com estes homens. Respondi: mas seu Hermes, o senhor sabe que aí é muito perigoso, a energia é de 440 volts, a instalação elétrica é toda provisória e tem um terminal de gás bem próximo do secador, pode causar um acidente, dar uma explosão e morrer todo mundo (a média de acidente de trabalho na Jari é de 30 por mês, numa previsão otimista do diretor do Hospital de Monte Dourado, Jorge Valdivia). No secador não ocorria muito acidente. Agora no beneficiador já morreram dois, e um tá até hoje no hospital. O rapaz tava amarrando as feragens lá em cima, caiu e se esborrachou no cimento. O outro morreu eletrocutado no pólo do elevador e não deram nem o dinheiro do enterro dele. Foi o prefeito que fez o enterro.

2) **O lanterneiro:** Célio Sotero da Costa, 20 anos, casado, um filho, natural de Macapá, lanterneiro e pintor, salário de Cr\$ 5.540,00. Começou a trabalhar em julho de 79 e foi demitido três meses depois, após uma discussão com o chefe da oficina.

— Ele me deu uma kombi para consertar, eu fiz o serviço e ele não gostou. Nesta época recebi uma carta da minha mãe dizendo que meu filho tava doente e era pra mim voltar a Macapá. Ele não deixou. Depois fui surpreendido com a carta de demissão por justa causa. Não quis assinar e eles chamaram a polícia. Assinei a rescisão de contrato na delegacia.

3) **O motorista imprudente:** Dorival Pedro de Ávila, motorista A, salário de Cr\$ 5.301,00, trabalhou de julho a setembro do ano passado e foi demitido quando capotou o caminhão prefixo 31.827, do departamento de Terraplenagem, na estrada Monte Dourado-São Miguel. Dorival saltou pela janela e acabou hospitalizado com cinco costelas fraturadas. Ficou 25 dias no hospital de Monte Dourado e mais cinco em Belém. A Jari o demitiu por justa causa, baseada numa análise do departamento da empresa. Vejam o que

disse o juiz do trabalho de Macapá, sobre o caso:

— Ora, a comprovação de acidente de trânsito deve ser feita por órgão oficial, que possua a necessária isenção de ânimo para apresentar um laudo não maculado pela parcialidade. Entendemos que a perícia realizada pela reclamada perde muito de sua eficácia...

Isto é um lado, um aspecto dos acontecimentos envolvendo trabalhadores que acontecem dentro do Jari. Tem outro, bem mais terrível. Durante a semana em que estivemos entre Monte Dourado e Beiradão presenciamos uma série de casos policiais. Foi uma semana agitada. Também não podia ser diferente. Na área funcionam duas polícias, a Companhia Independente da Polícia Militar de Almerim (Pará), na capital, comandada pelo sargento Henoch. Do outro lado do rio, um destacamento da Polícia Militar do Amapá, com 15 militares, além de 11 agentes civis, sob o comando do delegado José Maria Frano.

Em Monte Dourado a polícia trabalha em conjunto com a segurança da empresa — 130 vigias, ou 80 conforme a direção — e mantém uma prisão chamada pelos peões de *pau-do-boi* — são três cômodos, segundo expressão do sargento Henoch. No Beiradão tem o *xiri-de-vaca*, um quarto de madeira agregado à delegacia. Nas duas os peões passam mal. Mas no Beiradão, pelo menos, os policiais não trabalham somente em função da Jari. Um resumo dos casos:

**Dia 20 de outubro, sábado:** o maranhense Sebastião Alves Sampaio, funcionário da Topografia, conhecido por *Chapadinha*, peão novo, pegou a corda da sua rede e se enforcou num lugar chamado de Prainha, bem ao lado do porto de Monte Dourado. O motivo: recebeu uma carta da mãe, dizendo que sua noiva estava casando naquele dia, no Maranhão.

**Dia 21, domingo:** todo mundo dançava na boate Santarém, a maior do Beiradão. Tinha um conjunto tocando e já se ensaiava um carnaval. O salão estava cheio. Aí começou uma discussão entre dois peões, fechou o pau geral. Na segunda-feira, seis esfaqueados deram entrada no hospital. Era o saldo do fim de semana.

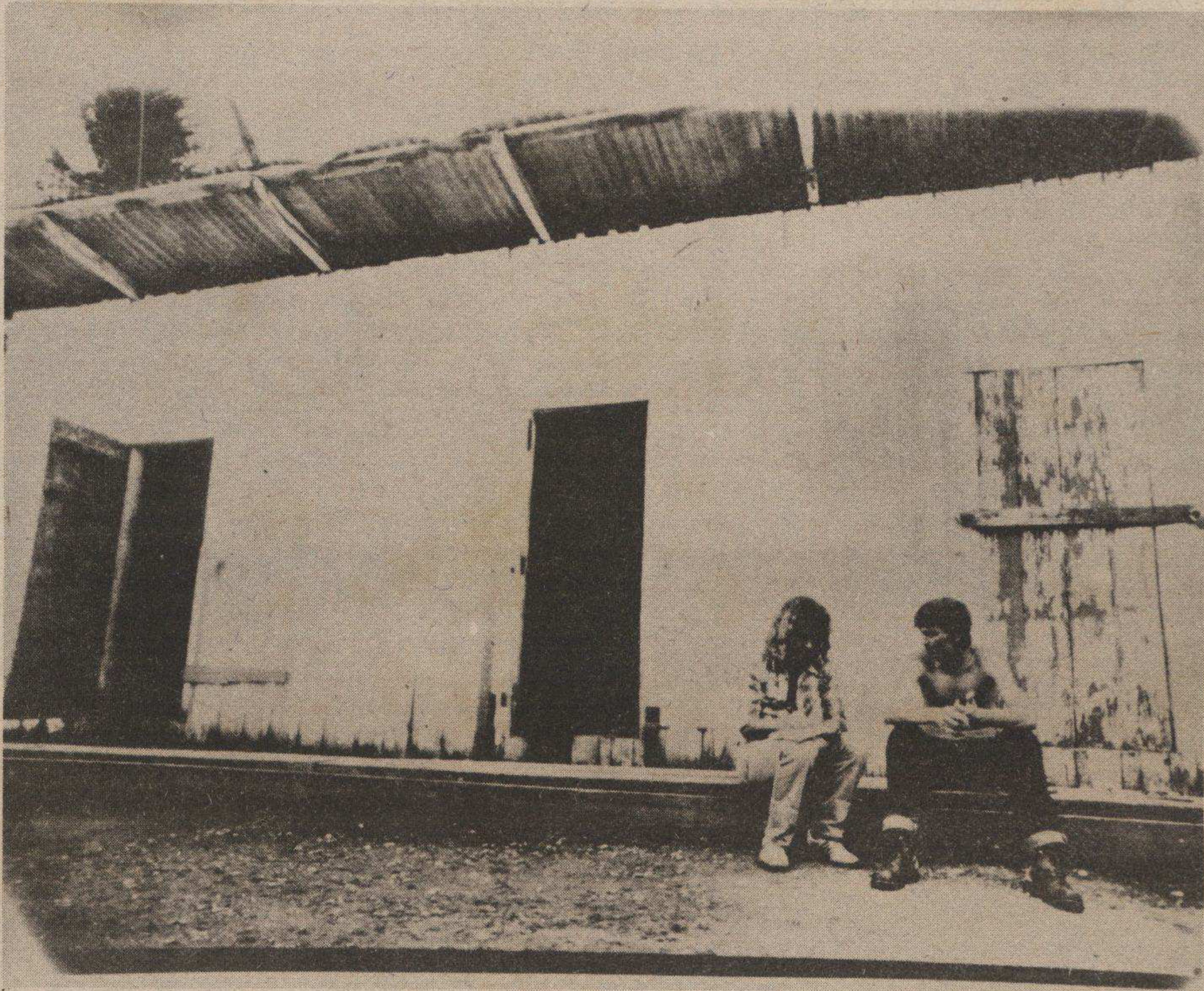
**Dia 22, segunda-feira:** Jorge Purkyt, filho de tcheco, mas natural de Suzano, interior de São Paulo, 25 anos, casado, salário de Cr\$ 20 mil, era o encarregado do forno de cal e caustificação da fábrica de celulose. Nesta segunda-feira tentou colocar fogo no complexo, usando um galão de gasolina. Foi preso e dias depois interrogado por um delegado da Polícia Federal de Belém:

— Eu comecei a faltar pra ver se eles me botavam na rua. Aí o supervisor me avisou que com três faltas eu pegava uma justa causa. Mas eu já tava meio perturbado, não me adaptei em Monte Dourado e ainda, há anos, tive problemas psiquiátricos. Aí na segunda não fui trabalhar, atravessei o rio e fui no Beiradão. Encontrei uns colegas bebendo. Saí de lá, passei na frente do depósito de celulose e...

**Dia 25, quinta-feira:** o caminhão prefixo 403 deslizou na estrada que dá acesso à silvi-vila de São Miguel. O peão Alberto Alves de Oliveira tinha pego uma carona e ia voltando para casa. Estava na carroceria ao lado de um pneu grande. O caminhão capotou e o pneu, na queda, caiu em cima de Alberto. Morreu antes de chegar ao hospital. O motorista ficou gravemente ferido.



...e nos quartos as camas não têm colchão e eles preferem as redes



O "pau-de-boi" e o incendiário: "são três cômodos", diz o sargento

## O POVO

### Japonês, maranhense, chileno, americano...

"A revolução tecnológica" — definição do Conselho Deliberativo da Sudam — provocada por mr. Ludwig, atraiu uma população de 60 mil pessoas para a área do Projeto Jari. De uma hora para outra, milhares de peões nordestinos, técnicos japoneses, finlandeses, americanos, gente do sul do país se juntaram aos caboclos que viviam do extrativismo da boiçaba e castanha, desde os tempos do primeiro reinado, iniciado pelo coronel Zé Júlio.

O grosso — mais de 70% — dos que chegaram no terceiro reinado, concentrou-se ao longo do rio Jari. Visitamos três povoados e duas cidades, e encontramos muita gente sofrida e angustiada quanto ao futuro. Vimos que é falsa a argumentação oficial de que mr. Ludwig "trouxe tecnologia e emprego". Nada disso. Quem não se deixou arrastar pela "revolução tecnológica", vive em dificuldades.

Os que lá moravam antes da chegada dos americanos perderam os recursos naturais da mata, que está sendo derrubada. A caça e os peixes estão desaparecendo. Povoados inteiros estão abandonados e ilhados pela segurança da Jari, que impede qualquer atividade extrativa. E quanto aos que chegaram nos últimos 10 anos, vivem em precárias condições, amontoados em palafitas insalubres e os

peões enrolados com a violenta polícia da região — sempre a serviço da empresa.

E continua chegando gente, atraída pela falsa oferta de emprego. Agora, que o projeto está implantado, sobra mão-de-obra, porque os cargos disponíveis são especializados. E os que para lá se dirigem não podem viver da mata, nem de comércio, pois ele está em fase de decadência e saturação, passado o estouro inicial. Está aumentando a marginalidade, a prostituição e o favelamento, tornando difícil a vida em todo o rio — assim como no tempo do trabalho semi-escravo mantido pelo coronel Zé Júlio e seus jagunços e carrascos.

Jarilândia é a primeira vítima do processo de industrialização. 430 habitantes vivem uma situação desagradável. Foi usada até 1975, tempo que sediou o projeto de arroz da Jari, e depois abandonada pelos americanos. Eles preferiram a maior quantidade de várzea do Amazonas, transferindo-se para São Raimundo, no Pará.

Neste povoado, localizado a 20 quilômetros da foz do rio Jari, encontramos apenas prédios abandonados e revolta no povo. A Jari saiu dali, porém, manteve um posto de sua *Guarda Florestal*. Os jarilandenses que ficaram — em



1973 chegou a ter mil habitantes — não podem fazer nada “porque tudo é propriedade da Jari, que não permite ninguém trabalhar”, constatou uma equipe da Assessoria de Planejamento do Amapá (Asplan), que por lá passou em 1976.

Ao iniciar a “revolução tecnológica” na antiga capital do segundo reinado — no tempo dos portugueses era o principal entreposto de castanha e borracha —, a Jari trouxe esperanças. Abriu canais de irrigação, construiu hotel, usina de beneficiamento, trouxe muito maquinário. Hoje, tudo isso está caindo aos pedaços e a população não pode nem aproveitar essas tábuas podres:

— Não pode nem tirar um pau da mata que a Guarda da Jari chama a polícia e manda prender. Vejam só em que situação nós estamos.

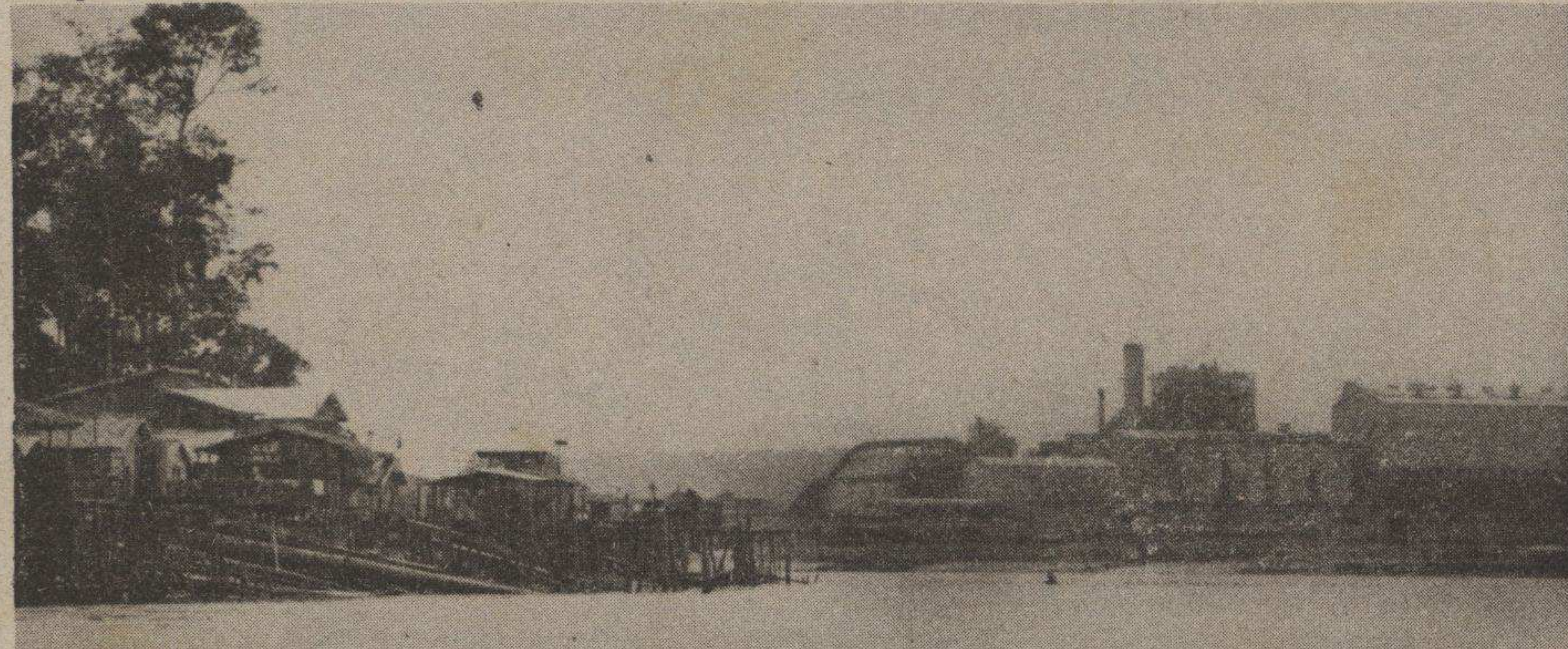
Dona Benedita Lima Diniz, 45 anos e mais da metade do rio Jari, fala em nome do grupo de mulheres e crianças que nos mostrou o povoado. Outra delas, dona Francisca Figueiredo, não pode construir sua padaria porque o vigia Ciriaco de Andrade não permite. Ela chega a dizer “que isso aqui é um cativeiro. Podemos até nos complicar se o vigia souber que andamos falando isso pra vocês”.

— Derrubaram minha casa pra construir o escritório, me prometeram outra nova de alvenaria. Ainda hoje estou esperando.

Além de derrubar a casa do primeiro morador de Jarilândia, o manauense de 69 anos, José de Lima, ex-açougueiro do coronel Zé Júlio, a Jari derrubou duas do governo. E ainda hoje persiste a dúvida se os 713 hectares da vila são do município ou da Jari. Ela age como se tudo fosse seu. O único comerciante do lugar, Jaime Jacob Benatá, dono do único carro e fornecedor de luz das 18 às 21 horas, compra madeira para a Jari revender às multinacionais Bethlen Steel, dona da madeireira Brumasa, e para o Geórgia Pacific, a maior dos Estados Unidos no ramo. Mr. Ludwig ganha 20% sobre o trabalho do caboclo. Por isso o cabo da Polícia Militar do Amapá, Jorge Natividade dos Santos, é seguidamente chamado quando o caboclo está der-



Grupo de moradores de Jarilândia, o primeiro povoado do rio Jari



O contraste entre o complexo industrial de Munguba e o Beiradinha

rubando uma árvore por conta.

Como Jarilândia é o próprio abandono, o cartório já foi embora e o cabo e seu soldado igualmente sairão nos próximos dias. O comerciante também pensa ir embora, só não foi ainda porque “a cidade deve Cr\$ 500 mil na loja”. Os caboclos lamentam-se do que a Jari lhes aprontou, pois derrubou os castanheais e seringais, deixando homens, como seu

Manoel Enérias de Farias, seringueiro de 66 anos, assim:

— Derrubaram meu sítio, um grande castanhal para fazer gado e ficou tudo capoeira. Maltrataram nós assim, né, tirando o nosso gênero de viver.

No Beiradinha, 80 quilômetros acima de Jarilândia, um quadro realmente surrealista. O antigo entreposto de castanha do caracuru, afluente do Jari, no

lado do Pará, é hoje o complexo industrial do projeto. A sua frente, nascido sobre o aterro despejado pelas dragas que afundaram o canal, o Beiradinha, um amontoado de três quilômetros sobre palafitas, concentrando os dejetos da fábrica e de três mil pessoas.

— Reparem na pele de nossas crianças. Muitas escoriações, tumores e marcas de coceira pelo corpo todo. E tem mãe que dá banho em recém-nascido nessa água poluída!

A observação do farmacêutico Geraldo Farias Borges, paulista de 34 anos, tem fundamento. A Jari diz que controla a poluição, mas até os mosquitos e peixes morrem no igarapé ao lado da fábrica de celulose. Mas não é só esse o problema do povoado. É que durante a construção das montagens da fábrica e da usina termelétrica que vieram do Japão, o povoado explodiu com a chegada de três mil peões e agora vive um período de estagnação:

— O pessoal não tem mais dinheiro pra comprar. Caiu em 50% o movimento de todos os ramos. Quem tem dinheiro, agüenta. Senão, fecha.

O dono do maior comércio do lugar, o rio-grandense do norte, Jonas Fernando Queirós, não fatura mais os Cr\$ 200 mil na sua Brinquedolândia. O aluguel de casas não existe mais. Ao longo de toda beira se vê nas casas a plaquinha de vende-se. Quatro boates fecharam. Muita gente descontente, procurando emprego sem encontrar. E outros querendo ir embora “porque aqui não tem futuro pro brasileiro, só pro gringo que tem conforto”. Por causa disso, o carpinteiro Lázaro Menezes, de 45 anos, levará sua mulher e os seis filhos de volta para o Maranhão.

— A Jari vive dizendo pra gente não botar roça porque a terra é dela. Depois de deixar só uma lingüeta de mato, chegam dizendo que precisam da terra, botam a gente pra fora, mas não dá emprego pra todo mundo. Ai a gente tem que procurar terra, mas tudo é dela. Que



## Os anos 50 trouxeram muitas idéias férteis para os brasileiros. O Cooperativismo foi uma delas.

*A década de 50, no Sul do País, foi marcada pela transformação de uma economia alicerçada na pecuária, para um maior desenvolvimento da indústria e das propriedades rurais.*

*Entre as conseqüências dessa mudança surgiu a consciência da necessidade de maior união entre os produtores, a fim de fazerem frente a problemas que surgiam, tais como armazenamento e comercialização de produtos.*

*Do idealismo de 25 pessoas nasceu a Cotrijuí, uma Cooperativa que hoje conta com mais de 18.000 associados. Todos reunidos em torno de uma*



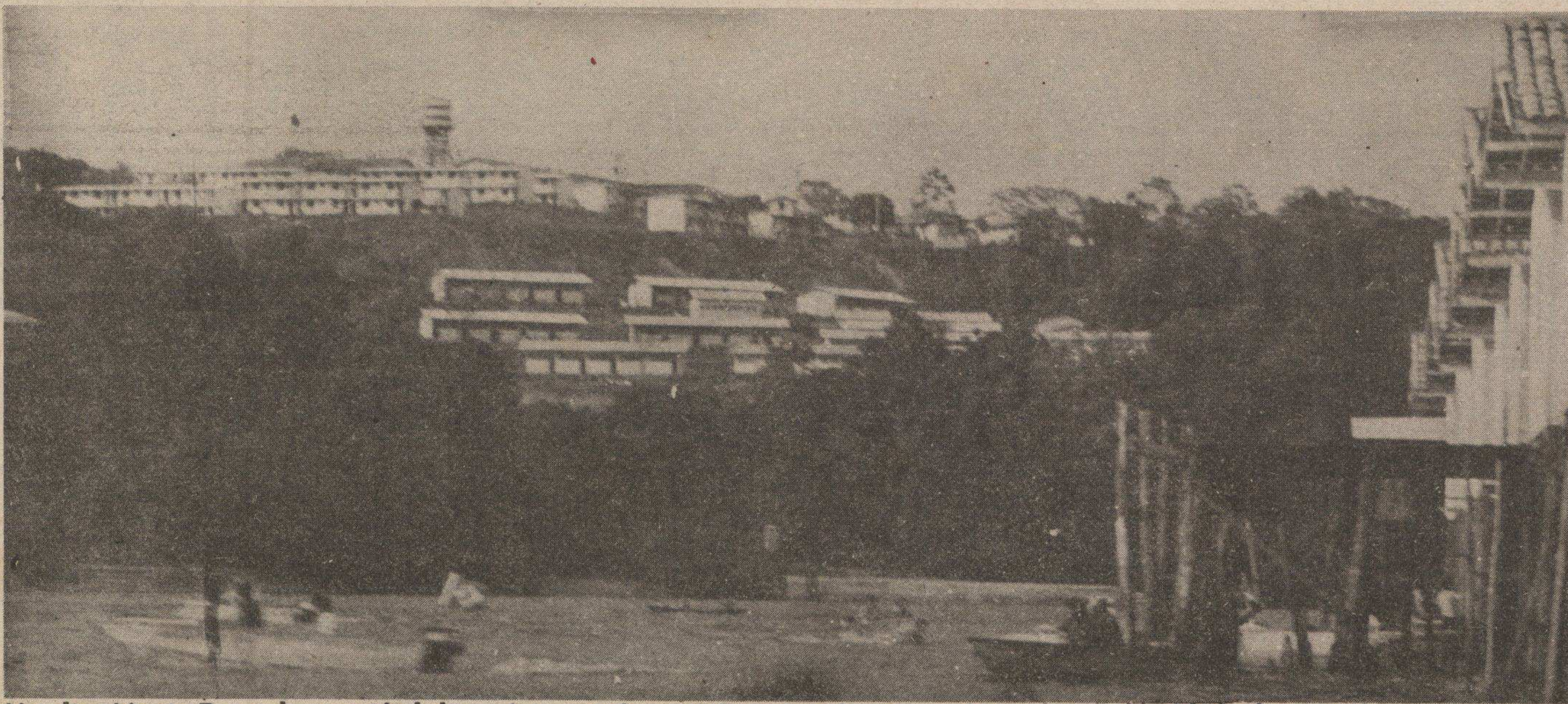
*fundamental idéia: o poder da força de cada um no trabalho de todos, como elemento de progresso e desenvolvimento.*

*Agora, a Cotrijuí está chegando ao Mato Grosso do Sul, trazendo uma bagagem de 22 anos de experiência, o mesmo idealismo dos anos 50 e a força de trabalho de cada um de seus associados, para somar ao progresso desta terra.*



COOPERATIVA REGIONAL TRITÍCOLA SERRANA LTDA.





No alto, Monte Dourado, a capital do projeto e, sobre palafitas, o Beiradão — hoje a segunda cidade do Amapá



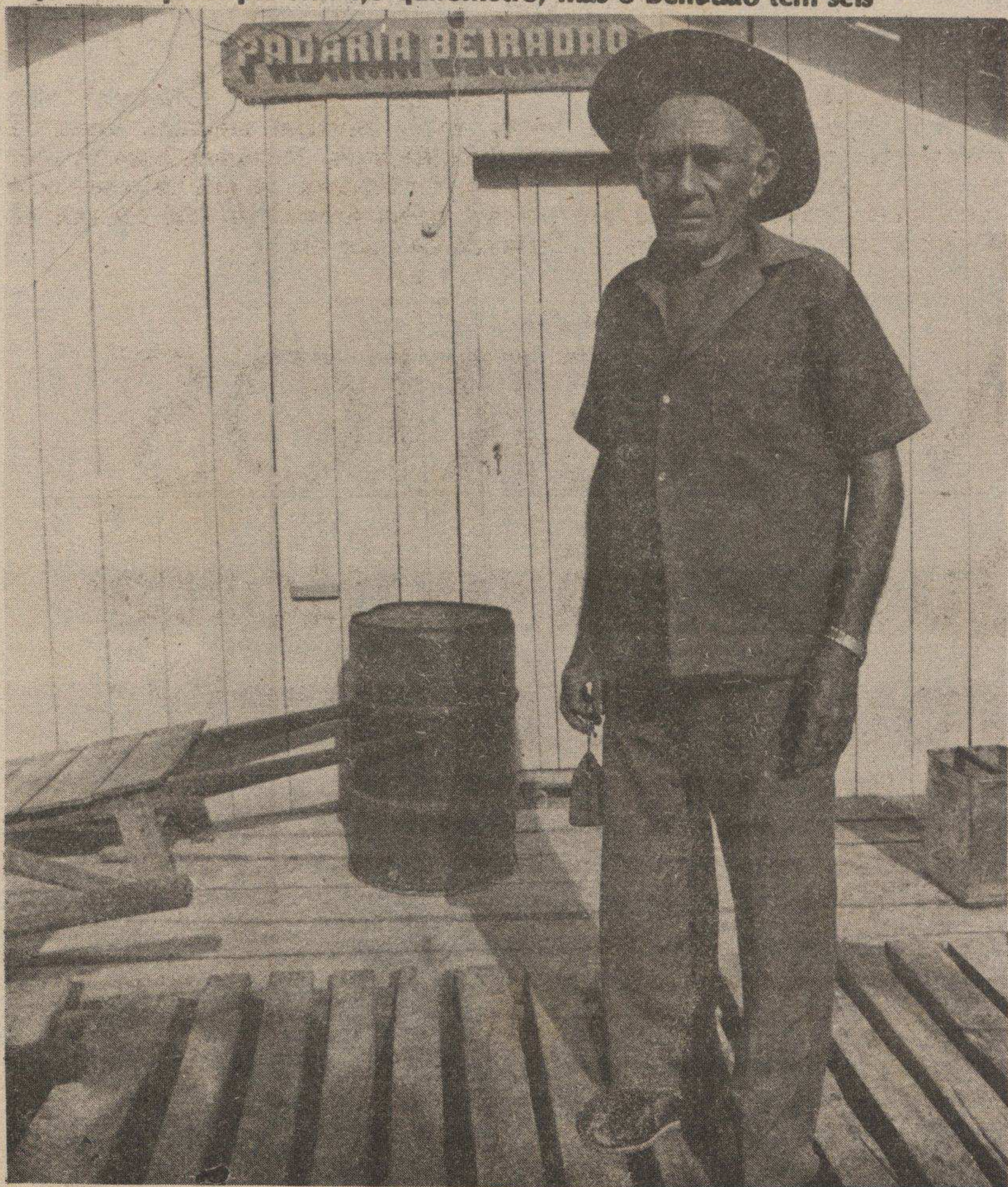
O Projeto Jari na moda do lugar



A passarela principal tem 1,5 quilômetro, mas o Beiradão tem seis



Os gringos passeiam pelo movimentado centro do povoado



Vieira impediu por duas vezes a Jari de derrubar as casas



São dois cursos de inglês. Esta escola também vende cafezinho, bolo...



A noite é agitada por 100 boates, duas mil prostitutas e muito maranhense





O escritório central de Monte Dourado parece um grande alojamento



Santo Antônio e a cachoeira ao fundo: último povoado do rio Jari

fazer?

O caso de Manoel Cardoso da Silva, 35 anos, pai de cinco filhos, é o retrato do caboclo da região. Ele mora ao lado da fábrica, já foi operário da Jari em 70, mas acidentou-se e perdeu o braço. Mesmo assim, com Cr\$ 4 mil de indenização no bolso, voltou à roça e agora a Jari precisa da sua terra para construção da estrada Monte Dourado-Almerim. E com isso o caboclo, cercado também pelo desmatamento, é empurrado para os aglomerados ribeirinhos, engrossando o número dos atingidos pela "revolução tecnológica". O descontentamento é grande no Beiradão.

O terceiro povoado do rio, o Beiradão, nasceu da resistência e da necessidade do homem da região. Isso derrotou o desejo da companhia de acabar com ele. Hoje é subprefeitura do município de Mazagão, com o nome de Vila do Laranjal, e a segunda cidade do território, mas a primeira em crescimento. Segundo o último levantamento, ainda não divulgado da Superintendência de Combate à Malária (Sucam), são ao todo 2.300 casas sobre palafitas e nove mil pessoas.

— Vieram 20 homens da segurança da Jari e um comissário, dos muitos que ela comprou. A ordem pra derrubar era do doutor Moura (advogado da empresa). Peguei minha espingarda e esperei. Que me lembre, eles derrubaram cinco casas, mas da minha ficaram a uns 20 metros. Não vieram.

O valente cearense José Vieira, impediu pela segunda vez a Jari de derrubar "400 casas contadas, a mando do governador". A primeira foi em 1968, quando havia só 10 casas. Por isso seu Vieira é considerado o herói do povoado, onde vive como administrador do posto de gasolina para as lanchas.

Além da necessidade de moradia, o Beiradão ganhou impulso com a chegada de quatro prostitutas: Mariazinha, Ambrósia, Paulina e Seringueira, trazidas por Francisco dos Santos, o conhecido por Azulão, em 70. "Elas dormiam em redes atadas nas árvores e a polícia teve de vir organizar a fila. Uma delas não agüentou o movimento e atravessou o rio a nado", conta ele, divertindo-se com a situação.

Houve uma explosão demográfica e por toda a beira foram construídas casas ligando-se por estreitas pontes de tábuas, ora aproveitando apertados cantos entre um barraco e outro, ora passando em zigue-zague pelos fundos, como na Beiradinha. Atrasado, o governo resolveu "agir desordenadamente", segundo Walter Pacheco, quem chefiou o estudo da Asplan. Corrigiram parcialmente o problema das estivas, construindo um trapiche de um quilômetro e meio e ergueram um grupo de seis casas do governo, onde se instalaram a subprefeitura — criada a 10 de agosto de 78 —, o posto da Teleamapá, as polícias civil e militar, Receita Federal, posto do Mობral e o recém-inaugurado e deficiente ambulatório.

A fama do Beiradão se espalhou como a de "um favelão sobre palafitas". Na verdade, não é uma favela, porque não há problema econômico, se comparado com os centros urbanos. Todos dão um jeito de comerciar alguma miudeza: pastel, pedaços de galinha, alguma fruta. Além disso, há cinema, joalheira, barbeiro, dentista, cartório, advogado, doutor de 15 em 15 dias, dois cursos de inglês e jornais diários de Belém. Agora, conta com 25 torneiras públicas e 80 motores de luz. Gente de todo o Brasil —

70% maranhenses —, 100 boates, três mil crianças, duas mil prostitutas, muita doença venérea, e uma definição mais adequada a compara com uma "espécie de arraial que não termina nunca".

— Então, o pessoal escrevia: "E aqui estão exportando ouro clandestinamente"... e botava entre parêntesis: "Essa é pra tu tirar, Heitor." Ou então escrevia: "Como é, Heitor, está gostando da carta?"...

Quem conta essa história é o holandês Han Steenmeijer, chefe do projeto do arroz, comentando o controle que a Jari exercia até há bem pouco tempo sobre seus funcionários em Monte Dourado. E o "Heitor" é o major Aquino, atualmente secretário particular do general Figueiredo, no Planalto. No projeto, ele censurava as cartas enviadas para fora. Mostra bem como era fascista o controle de mr. Ludwig sobre a capital do projeto, Monte Dourado.

Hoje, o controle também é rigoroso no trânsito dos 1.500 veículos que por ali circulam. Há muito acidente na cidade que abriga a cúpula administrativa: o staff, composto por 30 nacionalidades e alguns brasileiros. Mas, ao todo, moram 10.300 pessoas com água luz elétrica e esgoto. Hotel, hospital, supermercado, oficinas, restaurante, agência do Correio, do Telepará e do Unibanco.

Monte Dourado é simples e funcional. Seu escritório central, rodeado de arame farpado, mais parece um grande alojamento de peão. A pintura dos prédios é malconservada, inclusive a casa preferida de mr. Ludwig, teve de sofrer alguns reparos antes de sua última visita. As demais residências não têm cuidados estéticos. A sensação é de que tudo ali é provisório, como o hospital, que está montado num alojamento de peão.

São poucas as atividades de lazer. A Tv Monte Dourado entra no ar agora em janeiro com a programação da Rede Globo. O clube social, Jariloca, canchas de tênis e basquete mais uma piscina completam as opções dos estrangeiros que se somaram ao povo da região. E quando os gringos se reúnem para discutir algo importante, brasileiro fica de fora. Mas entre eles o relacionamento não é dos melhores. Os americanos formam um grupinho fechado. Os chilenos, atualmente em segundo número, se destacam pela música andina ouvida nas ruas do setor do staff. Os japoneses passam a maior parte do tempo em casa assistindo televisão em cassette. Todos andam com a plaquinha *confidencial* no peito.

— Gosto muito do povo do Beiradão. Aqui se vive. Em Monte Dourado, pessoal no feliz!

O finlandês Riisto Kauppinen, cujo contrato com a fábrica de celulose terminou em outubro, virou assíduo frequentador do Beiradão. Os fuchicos de Monte Dourado forçaram os liberais escandinavos a suspenderem os banhos pelados na piscina, mas na beira eles são bem-vindos. Apresentaram-lhe o Beiradão como "área proibida", mas vai sempre dançar nas boates, apesar da fama da violência da noite. Segundo o delegado José Maria Frano, uma média de 120 ocorrências mensais entre furto, lesões corporais e homicídio.

— Eu usava peruca porque meu pai trabalhava na Jari. Um dia ele veio aqui, tava bêbado e me tirou pra dançar. Depois quis ir pro quarto comigo. Aí eu tirei a peruca e perguntei se ele não tava me reconhecendo. Ele botou a mão na

boca e saiu porta afóra gritando. Depois disso ele nunca mais veio no Beiradão.

Helena, 19 anos — Suzana para os fregueses — é uma das duas mil prostitutas. Seu caso é comum, pois enquanto alguém da família trabalha na Jari, as moças caem na prostituição. Muitas delas com menos de 15 anos. Segundo definição do subprefeito Edgar Gaia Marinho, "o povo daqui só quer saber de ganhar dinheiro". A muito custo conseguiu implantar dois feriados: sexta-feira santa e sete de setembro. E tenta conscientizar os comerciantes, pois dos 400 estabelecimentos só 30% têm registro na Junta Comercial e CGC. Por isso a arrecadação está em Cr\$ 350 mil tão somente.

— Isso aqui é área de marinha. Sou brasileiro e tenho direito.

O ex-carpinteiro da Jari, Isidoro Gonçalves adotou essa posição porque a Jari não lhe deixava nem "encostar o barco na margem de lá. Afundava a canoa e mandava prender no pau-de-boi". Irritado, um dia se armou e não arredou pé. É essa postura que os brasileiros do Beiradão estão adotando. Como os preços são altos, eles compram em Monte Dourado. Usam o hospital de lá e pressionam cada vez mais a abertura da capital e estão sendo menos incomodados pela segurança da Jari. Na marra, o povo da beira está subindo o monte, pois lá os recursos são maiores e, segundo o prefeito, "a companhia é o parente mais próximo a quem a gente recorre na hora do aperto. Tudo que pedimos ela dá".

— Mas não fica humilhante o governo ter de pedir a toda hora?

— Mas, meu filho (pausa embaraçante), o governo não pede. Solicita! — risos de todos, inclusive do próprio subprefeito...

No último povoado do rio Jari, Santo Antônio da Cachoeira, a situação não é nada engraçada. Ao lado da cachoeira de 30 metros e cheia de pium na redondeza — um mosquitinho que provoca uma coceira infernal —, o povoado de 131 habitantes está mais abandonado que Jarilândia. Há cinco anos sem luz elétrica,

quatro sem o campo de pouso, tem perdido até as visitas dos regatões, que não passam do Beiradão. Em seu lugar recebem a visita dos gringos que arriscam um banho no verão, quando tem menos pium. A única diferença é que não existe posto da Guarda Florestal, o que permite aos moradores reformarem algumas casas da companhia.

— Os americanos não fizeram nada pro povo daqui. Só fizeram foi derrubar os castanhais do estado.

A revolta não é só do velho José Rodrigues, seringueiro aposentado aos 73 anos e 50 de cachoeira. Ninguém perdoa mr. Ludwig porque o milionário americano não veio para explorar a riqueza natural da região e sim arrear a floresta e plantar *gmelina* na sua "revolução tecnológica". Acabou com dezenas de castanhais e seringais "e quem não se emprega", como diz outro seringueiro, o maranhense de 59 anos João Pedro de Souza, "bota uma rocinha só nas beirás que sobram".

— Imaginem vocês como a gente se sente ao ver apodrecer de uma vez só 300 hectolitros de castanha, depois de todo trabalho de colher.

Aconteceu com Zózimo Quadros, marido de Estelina, a professora de Santo Antônio. A Jari, desinteressada pela castanha, arrendou para a empresa Ampex, e ela a comprava a seu preço ou dificultava o escoamento. Agora é a Sasi quem negocia a safra, mas continua tudo a mesma coisa e, por incrível que pareça, como no tempo do coronel Zé Júlio, para ter algum lucro, o castanheiro precisa vender a produção escondido. Mas o mais grave é que eles não estão vendo saída para a situação. Está esgotando a resistência do homem da região. Alguns como seu Zé Vieira, lá do Beiradão, torcem pra que a tecnologia não seja derrotada pela natureza.

— A caça acabou. Castanhal não presta mais. Seringal também. Terra de roça não dá mais. Se aquele homem (mr. Ludwig) for embora, de que vai viver esse pessoal nessa área destruída? Eu vou já tratando de fugir daqui...

# MINÉRIOS

## Quem vai explorar o ouro do rio Jari?

Acabou o mistério: a região da Jari é rica em minério. Além do caulim e da bauxita, localizados ao sul do projeto, a Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais (CPRM) descobriu uma jazida de ouro na serra de Ipitanga, a menos de 50 quilômetros do limite norte oficial das terras de mr. Ludwig. Além disso, a noroeste da área, a Docegeo — companhia de pesquisas da Vale do Rio Doce — encontrou uma grande jazida de titânio e ocorrências de vanádio, ferro e minerais radioativos (urânio).

— A área descoberta pela CPRM é das mais ricas da Amazônia. Em barranco de 12 por seis metros, chega a dar 14 quilos

de ouro.

O maior financiador de garimpeiros do Amapá, José Pereira Barbosa, cearense de 45 anos, viu pessoalmente a mina. O responsável pelo trabalho de campo do Projeto Uirapuru, geólogo José Lima da Costa, também confirmou, em Belém, que "tem bastante ouro". No entanto, oficialmente, o superintendente da regional de Belém da CPRM, Otávio Mello, diz que "suspeita-se que haja ouro". Enquanto o resultado dos exames geológicos do material enviado para o





Barbosa: "A área é rica em ouro"



Breno, diretor da Docegeo na Amazônia

laboratório central, no Rio de Janeiro, não chegar, nenhuma palavra.

O Projeto Uirapuru concluiu sua primeira fase de coleta de amostras de afloramentos e material dos barrancos dos igarapés em setembro. Quatro geólogos e 70 braçais trabalharam por um ano na região entre os igarapés Ipitanga e Carecuru, em nove áreas de 10 mil hectares cada. "No caso de aprovação das lâminas — explica o superintendente, — passaremos para a segunda fase do projeto: avaliação e dimensionamento das jazidas". O que já foi feito pelos participantes das pesquisas.

— Que fazia uma equipe de geólogos da Jari igarapé Carecuru?

— Não tenho necessidade de informar nada sobre a Jari.

Esquivando-se da pergunta, o geólogo José de Lima encerrou a inesperada conversa, mas confirmou o que garimpeiros e os moradores de Santo Antônio da Cachoeira nos falaram. A Jari está pesquisando nessa região historicamente conhecida como rica em ouro. Bem, sobre o seu limite norte, existe o antigo garimpo do Cumarú. Próximo da Serra de Tumucumaque, em 76, garimpeiros descobriram ótimo filão nas terras dos índios Oiampi, a oito quilômetros da aldeia de Nipoku. Foram expulsos pela Polícia Federal, após tiroteio, mas batalham para voltar liderados por José Pereira Barbosa, "porque é uma área muito rica e o minério é sem impurezas".

O agente da capitania dos Portos, Nicanor Boichenco, também ouviu "falar muito sobre ouro, mas não deu para constatar nada". O que pôde fazer foi chamar o engenheiro americano Robert Guilvary, para esclarecer uma área entre dois morros, cercada e trancada por um portão cadeado. Ficou com uma cópia da chave e a mesma explicação que dão em Monte Dourado: "Área de caça do Bob!" — onde ele se abastece de macacos, para alimentar sua companheira de 11 anos de Amazônia: uma onça.

De todas as áreas mencionadas, a mais repetida é a do Pilão, por onde a Jari iniciou o desmatamento em 1969. Tentamos procurar algo, mas lá o pessoal todo é novato e a gmelina cresce por tudo. O que achamos, aí a caminho do Pacanari, quase no limite norte, foi um pequeno galpão de madeira cercado de arame e com uma placa: "Proibida a entrada". A explicação dada é que era um depósito de dinamite hoje desativado.

Oficialmente, o único minério em exploração no Projeto Jari é o caulim, que é usado na fabricação de papéis finos. A Caulim da Amazônia (Cadam) está produzindo 220 mil toneladas anualmente, exportando 200 mil para a Europa, a 70 dólares a tonelada. Com isso, o Brasil é o terceiro exportador do mundo, atrás da Inglaterra e Estados Unidos.

O próximo será a bauxita refratária, um tipo nobre, sete vezes mais caro que a metalúrgica, que é vendida a 20 dólares a tonelada. Em 1973, a Docegeo encontrou ótimas reservas em Almerim. Também da metalúrgica, mas essa tinha um problema de conter muito ferro. Entretanto, a equipe coordenada por Roberto Assad desenvolveu um processo que individualiza o ferro por catação, gravidade, para sorte de mr. Ludwig.

— Nós trabalhamos seis anos na área, enquanto Ludwig não fazia nada. Esperou que desenvolvêssemos o processo e,

agora, com a redução que houve no nosso pessoal, opera com um ex-técnico da Docegeo e pode desenvolver os dois projetos. Só de metalúrgica terá 20 milhões de toneladas para instalar uma fábrica de 150 mil por ano e fatura 15 milhões de dólares.

Esses dois minérios são os únicos que a empresa admite a existência. Mas, desde a década de 60 as multinacionais vasculham essa faixa do Equador. E companhias amigas de mr. Ludwig cavaram informações. A Union Carbide Corporational (Codim) abriu uma pista de pouso, em 1966, na foz do igarapé Carecuru. Associada ao Grupo Azevedo Antunes, a Codim pesquisou ao norte do Projeto Jari. No lado do Rio Paru, a companhia Geo, do grupo Antunes, foi pega por uma equipe da CPRM pesquisando ouro no igarapé dos Patos, braço do Ipitanga. E não se pode esquecer que o grupo Antunes está associado ao de mr. Ludwig no rio Trombetas, onde detêm outra reserva de 250 milhões de toneladas de bauxita metalúrgica.

Mr. Ludwig já tem todas as informações sobre minérios dessa região. Desde 64 vários estudos sofisticados e com uso de satélites varreram e mapearam a Amazônia, por isso não será surpresa se as máquinas que abrem caminho para "homogeneização da floresta" toparem com enormes coroas de urânio nas montanhas próximas do rio Paru — para onde avança o suspeito reflorestamento do projeto. Ele está perto da tal "falha geológica", e quando cruzá-la, encontrará:

— **Potencial muito grande para nióbio, fostato, vanádio, zircônio, fluorita, tório, níquel, terras raras e urânio, pois o ambiente geológico é formado pelos complexos ultrabásicos alcalinos, semelhantes ao do Alto Aripuanã e Alto Trombetas e Rio Negro.**

Para entender melhor a explicação do presidente da Docegeo, o geólogo Breno dos Santos, é preciso saber que no Rio Negro, segundo disse aos índios Dessana o ex-coordenador da Funai na Amazônia, general Demócrito de Oliveira, "tem muito urânio". Mas na região da Jari ainda não foi encontrado em escala produtiva. O mapeamento feito pela Docegeo e que está no Conselho de Segurança Nacional apontou ocorrências de ferro, vanádio, minerais radioativos e uma jazida "de aproximadamente um milhão de toneladas de titânio", segundo Breno, "um mineral de muito futuro, resistente a altas temperaturas, por isso usado na indústria aeroespacial".

Todos esses minérios serão descobertos agora na segunda fase do projeto. Os americanos vasculham tudo. "É grande a movimentação da pesquisa entre os igarapés Pacanari e Caracuru, em direção ao Paru", garantem os habitantes de Jarilândia. Esses dois cursos d'água nascem no Planalto de Maracanaquara, onde fica a "falha geológica".

Por tudo isso a parte mineral deve ser olhada com cuidado pelas autoridades. É o segredo de mr. Ludwig, pois a exploração mineral tem uma grande longevidade e ele breve vai morrer. Quem explorará os minérios será o Ludwig Instituto For Cancer Ressearch — Instituição com sede na Suíça que administrará o projeto após sua morte, e da qual as companhias mineradoras podem se associar por ações.

# O PERIGO!

## Enquanto discutem os estrangeiros ocupam

— Imaginem vocês que não se sabia os recursos investidos no projeto. Agora, depois do estudo que fizemos, sabemos que estão por volta de 1 bilhão e 800 milhões de dólares.

— Como vocês conseguiram confirmar essa informação?

— Isto está mais ou menos levantado. Agora é um problema estatístico, porque ali jorra dinheiro toda hora. E, pelo fato de ser capital privado, o cara pode trazer todo dia uma penca de dinheiro, sem contabilizar. Só vai dizer depois...

— Mas a direção da Jari do Brasil continua dizendo que investiu 750 milhões de dólares...

— É, para vocês da imprensa eles dizem isso, mas na comissão deram o dado certo. Na verdade, a gerência aqui no projeto não responde nada em termos de problemas mais significativos. São as direções de Nova Iorque e Londres que comandam isto aí...

Este diálogo foi mantido com o economista Walter Pacheco, ex-chefe do gabinete do governador do Amapá e atual Coordenador Administrativo da Aster (empresa de assistência rural do Território), em Macapá. Pacheco representa o Amapá numa comissão nomeada pelo ministro do Interior, Mário Andreazza, em 12 de julho de 79, para investigar o Projeto Jari. Como ele já tinha um estudo sobre os povoados do rio passou a ser o "mentor da metodologia do trabalho", coordenado pela Sudam, e também foi um dos três técnicos a redigir o documento final entregue a Mário Andreazza no dia 13 de setembro do ano passado. Somente após 12 anos de existência o governo federal decidiu fazer um estudo aprofundado sobre o investimento de mr. Ludwig.

— Foram envolvidos 49 órgãos públicos federais da Amazônia, desde os comandados militares. Todo mundo foi chamado a depor a respeito.

O estudo, logo em seguida, foi encaminhado ao Conselho de Segurança Nacional, para ser analisado, mas até agora não houve parecer. Isto não é de admirar, pois existe uma corrente dentro do governo que prega uma intervenção branda na área e uma fiscalização concreta. Ao mesmo tempo, há uma outra corrente defendendo a manutenção do atual esquema. Em consequência dessa discussão, o ministro do Interior, contraditoriamente, depois de quatro meses não pôde anunciar nenhuma solução para o problema. Por enquanto tudo está no terreno das hipóteses. Dependendo de quem vencer, o projeto ficará da seguinte maneira:

1) Ganhando a corrente da intervenção: sua área legalmente reconhecida não atingirá os 800 mil hectares; Monte Dourado poderá ser sede de um novo município ou distrito de Almerim; Beiradão irá para a terra firme, num outro local em estudo; até o fim do ano a estrada BR-156 que inicia em Macapá chegará à Cachoeira de Santo Antônio, ligando os povoados do rio Jari até Jarilândia; será implantado um projeto de colonização na região de Almerim; a Funai aumentará sua atuação junto a um grupo de índios Apalaí, concentrados na foz do Igarapé Carecuru e o governo passará a agir dentro de uma nova estratégia, ocupando as terras que a Jari não conseguiu legalizar. Como diz o economista Pacheco:

— É a necessidade do projeto que vai dizer qual será a área. Não tem mistério algum. Porque se você diz que vai precisar de 20 mil hectares e a sua terra é de 200 mil, e você é estrangeiro, não tem direito. O que sobrar é da União.

2) Se vencer mr. Ludwig: conseguirão a liberação do governo para construir a hidrelétrica com 220 megawatts iniciais; Monte Dourado continua cidade privada; os órgãos governamentais ficarão na sede do município de Almerim, por isso a Jari

constrói uma estrada de 90 quilômetros ligando o povoado ao porto de Monguba; será implantada mais uma fábrica de celulose, para produzir papel de imprensa, uma de madeira compensada e laminada e iniciarão a industrialização da bauxita refratária, além da expansão nas outras atividades do projeto; a área ficará com 1 milhão e 600 mil hectares e continuará crescendo sem controle.

O pensamento das autoridades oficiais, e do próprio Andreazza, é o de permitir somente "um Jari", já que este está implantado. Entretanto, o norte-americano Chaul Rosemblet reúne capital para iniciar um "segundo Jari". E aqui começa o risco da internacionalização. Nas proximidades da propriedade de Rosemblet, o grupo Azevedo Antunes, associado da multinacional norte-americana Bethlen Steel, há 22 anos explorando o manganês de Serra do Navio, se prepara para fazer a segunda fábrica de celulose da Amazônia. Antunes montou a empresa Amapá Celulose (AMCEL), comprou quase 200 mil hectares no centro do território para iniciar a plantação — até novembro de 79, tinham 15 milhões de mudas prontas — e pretende adquirir mais 300 mil hectares.

Além de sócios em Porto Trombetas, onde mr. Ludwig tem uma jazida de bauxita, os dois mantêm um empreendimento agrícola, no município de Três Marias, Minas Gerais, chamado Veragro, de 60 mil hectares. Para completar o quadro: no final de 1977 a empresa Agrícola (segundo uma fonte do Inbra, trata-se de um testa-de-ferro do grupo italiano Fiat) apresentou no Instituto de Terras do Pará (Iterpa) 10 títulos de 100 mil hectares cada um, totalizando um milhão de hectares, numa área compreendida entre os municípios de Amapá, Oiapoque e Calçoene — justamente na região ocupada por Antunes e o outro norte-americano. Esta empresa investiria 800 milhões de dólares num projeto de plantio de cacau, arroz e mamona, entre outras culturas.

Que conclusão pode-se tirar disto tudo? A área já está internacionalizada, na prática. E trata-se de uma região estratégica, pois esta faixa de terra controlada por empresas estrangeiras fica situada na foz do rio Amazonas, saída para o Oceano Atlântico, além de ser próxima a fronteira com a Guiana Francesa e Suriname. Um dos executivos da Jari, Ney Monteiro da Silva, definiu bem a situação:

— A orientação básica que recebemos é a de que estamos ocupando uma extensa área verde, que amanhã poderá ser internacionalizada. Algo assim como a Antártida.

A idéia não é nova. Em 1853, o tenente Maury, da Marinha norte-americana, defensor da tese de abertura da navegação do rio Amazonas à navegação internacional, dizia:

— As distâncias entre o Pará e Nova Iorque são mais fáceis e mais curtas do que Rio de Janeiro-Pará. E por consequência é mais fácil governar as regiões banhadas pelo rio Amazonas de Washington do que da capital do império do Brasil.

Mr. Ludwig tem 82 anos. Dentro de pouco tempo o Projeto Jari será administrado diretamente da Suíça, sede do Ludwig Institute For Cancer Research, do qual ele detém 78% das ações. Desta instituição, aparentemente filantrópica, pode participar qualquer grande grupo internacional. Durante o seu mandato, o general Ernesto Geisel pensava em desapropriar a área no momento da morte de mr. Ludwig, nos assegurou o general Hugo Abreu, poucos dias antes de morrer. O próprio Hugo Abreu mostrou-se preocupado, pois "as ligações de Ludwig no Planalto são cada vez mais fortes. 'Agora não sei se desapropriar'", disse ele.



# Os melhores prêmios da imprensa em 1979

**Estes  
jornalistas  
ganharam  
alguns  
dos mais  
importantes  
prêmios do  
jornalismo  
brasileiro no  
final de 1979:**

**PRÊMIO ESSO DE JORNALISMO:**

*Luiz Cláudio Cunha e J. B. Scalco, trabalho publicado na revista Veja*

**PRÊMIO ESSO DE INFORMAÇÃO ECONÔMICA:**

*Geraldo Hasse, trabalho publicado na revista Exame*

**PRÊMIO ESSO REGIONAL SUL:**

*Osmar Trindade e Najer Tubino, trabalho publicado no Coojornal*

**PRÊMIO BADESUL DE JORNALISMO:**

*Acarí Amorim, 1º lugar, trabalho publicado na revista Agricultura & Cooperativismo; Elmar Bones da Costa, 2º lugar, trabalho publicado no Coojornal; Humberto Andreatta, 3º lugar, trabalho publicado na revista Agricultura & Cooperativismo*

**PRÊMIO JORNALISMO MINISTÉRIO PÚBLICO:**

*Jorge Olavo de C. Leite, trabalho publicado no Correio do Povo*

**PRÊMIO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO DOS REPÓRTERES FOTOGRÁFICOS DO RS E A CAMBIAL:**

*Jurandir Silveira, 1º e 2º lugares, com fotografias publicadas nos jornais da CJCJ; Antonio Vargas, 3º lugar, com fotografia publicada no jornal O Estado de S. Paulo*

**PRÊMIO DE FOTOGRAFIA CIDADE DE PORTO ALEGRE:**

*Eduardo Guimarães, 1º lugar; Leonid Streliaev, 2º lugar*

**PRÊMIO DE FOTOGRAFIA 1ª BIENAL ECOLÓGICA:**

*Eduardo Tavares, 1º lugar*

**A eles, nossos parabéns.**

**Não é por mera coincidência que todos são associados da Cooperativa dos jornalistas de Porto Alegre. A Coojornal congrega 300 jornalistas, unidos pelo ideal de fazer uma imprensa melhor e mais responsável.**

**cooJORNAL®**

Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre Ltda.  
Rua Comendador Coruja, 372  
Fone: 33-5099 (PABX) e Telex (051) 1605  
90.000 — Porto Alegre — RS



# Autocrítica da luta armada

Dois ex-dirigentes contam, em livro, a história da Ação Popular

Por 10 anos, de 1962 a 1972, a Ação Popular (AP), organização clandestina de esquerda, empolgou o movimento universitário no Brasil. Seu domínio foi tão absoluto que ela elegeu, nesse período, todos os presidentes da UNE e, em diversas ocasiões, até dois terços da diretoria. Também foi influente entre camponeses e operários, a ponto de ter dirigido, em 1968, as grandes greves do Cabo, em Pernambuco, e de Contagem, em Minas Gerais. Ainda naquele ano dividiu a direção da greve dos metalúrgicos de Osasco e das comemorações do 1º de Maio na capital paulista, que culminaram com o apedrejamento ao governador Abreu Sodré.

Agora, e pela primeira vez, a história da AP — do seu nascimento dentro da Juventude Universitária Católica (JUC) a sua incorporação ao Partido Comunista do Brasil (PC do B), está sendo contada por dois de seus fundadores, Haroldo Lima, 39 anos, baiano, e Aldo Arantes, 40 anos, carioca. Beneficiados recentemente pela lei da Anistia, eles dão os últimos retoques no livro, que deverá ter 150 páginas.

A idéia de escrevê-lo nasceu pouco depois de Lima e Arantes terem sido presos em São Paulo, em meados de dezembro de 1976, durante uma reunião do Comitê Central do PC do B, no bairro da Lapa. Naquela reunião estava sendo aprovado um comunicado público do partido anunciando a incorporação da AP desde 1972. O documento, inédito até hoje, serviu de embrião para o livro que começou a ser escrito no presídio do Hipódromo, em março do ano seguinte, e só foi concluído em dezembro do ano passado, no presídio do Barro Branco.

Ao longo desse tempo, os originais eram escondidos em frestas e reentrâncias do chão e do teto da cela em que os dois estavam, e às vezes até mesmo em sacos de plástico no fundo do aparelho sanitário. Datilografados ainda dentro do presídio, eles saíram na noite do Natal de 1978, na parte oca de uma volumosa peça de artesanato que Lima e Arantes deram de presente a uns amigos.

O livro é dividido em três partes: Histórico da AP; Questões fundamentais da luta iterna da AP; e As lições da experiência da AP. Para chegarem à data de surgimento da organização, os autores analisam o que chamam de "a trajetória da luta democrática-antiimperialista de Getúlio Vargas a João Goulart". Dão ên-



Haroldo Lima: da Ação Popular ao PC do B

fase à crise que atinge o Partido Comunista do Brasil entre 1956 e 1958, "devido ao avanço do revisionismo em escala internacional e nacional". E assinalam que o início da década de 60 encontra os comunistas rachados em dois Partidos e a Juventude Católica como força preponderante no meio estudantil universitário.

É por sinal dentro da JUC, durante seu congresso dos dez anos, no Rio, que se levanta pela primeira vez entre os universitários a bandeira da *Revolução Brasileira*.

Da ala esquerda da JUC, no curso da UNE volante, na gestão de Aldo Arantes é que surgiria a Ação Popular, "como uma organização democrática e reformista", segundo Lima. Para isso houve duas reuniões preliminares: uma, em março de 1962, em São Paulo, com a presença, inclusive, do deputado Paulo de Tarso, depois Ministro da Educação de Goulart; e a outra em setembro, em Belo Horizonte.

No carnaval de 1963, em Salvador, a AP realizava seu primeiro congresso e se definia como uma organização de caráter socialista, não comunista ainda. Durante o congresso o engenheiro Severo de Albuquerque Sales — hoje destacado professor na Universidade do México — abdicou da profissão e tornou-se o primeiro membro profissionalizado da AP. Só a nível de direção nacional, de 1968 a 1969, a AP chegou a ter 30 desses membros.

A revolução de abril de 1964 desorganizou a AP, que elegeu deputados estaduais em vários pontos do país, tinha simpatizantes na Câmara Federal, influência no Ministério da Educação, e dois dos seus mais importantes ativistas na Superintendência para Reforma

Agrária: Aldo Arantes e o famoso Padre Lage.

Pelo menos dois membros do Comando Nacional foram obrigados a fugir para o exterior. Muitos foram presos, mas ninguém foi morto ou torturado. Isso só se daria em 1969, depois do AI-5, quando 15 militantes foram mortos e centenas presos e torturados.

Em 64, a AP tinha bases fortes no meio operário da Bahia, de Minas e do Rio. Mas seu trabalho mais expressivo, fora do meio estudantil, se dava entre os camponeses do Nordeste. Esse trabalho foi especialmente reprimido pelas forças armadas e "quando decidimos retomá-lo depois", conta Lima, "tivemos grandes dificuldades em vencer a desconfiança dos camponeses. Eles nos diziam: "Antes de vocês a polícia nunca tinha baixado por aqui. Agora foi esse dismantelo".

De qualquer forma, essa desconfiança foi superada e a AP chegou a possuir, ao mesmo tempo, 30 frentes de trabalho no meio camponês. Uma delas, no Maranhão, foi liderada pelo ativista Manoel da Conceição, exerceu influência sobre 30 mil pessoas e produziu episódios como o de tomar uma cidade com 2.500 homens armados.

Quando se rearticula, em 1965, com a aprovação de uma nova resolução política, a AP passa a defender "a violência revolucionária das massas para a construção do socialismo, se transformando, assim, numa organização democrática-revolucionária, embora ainda nem proletária, nem marxista", interpreta Arantes. Ao mesmo tempo, sua estrutura de comando se centraliza ainda mais, reflexo que começa a sofrer de Cuba, da concepção foquista de Debray e Guevara, defensores da teoria da criação de focos de luta armada que se irradiariam, de-

pois, desembocando numa revolução popular.

Datam de 1966, dois episódios importantes na vida da AP: o lançamento do Movimento Contra a Ditadura (MCD) que, entre outras coisas, pregaria o voto nulo nas eleições daquele ano e nas de 70, e a instalação, a nível interno, do Debate Teórico Ideológico (DTI) sobre o marxismo, estimulado pela revolução cultural chinesa, pela morte de Guevara na Bolívia e pela polêmica sino-soviética, intensa nessa época.

O DTI culminaria, um ano depois, com a vitória da corrente que defendia a adesão ao marxismo-leninismo, via pensamento de Mao-Tsé-Tung. A AP entra o agitado ano de 1968, radicalizando ainda mais suas posições e defendendo a luta armada. Através de seu militante Enio Seabra, presidente do Sindicato dos Mineiros de Contagem, lidera o movimento grevista daquela cidade. Participa da direção da greve dos 120 mil trabalhadores rurais do Cabo, em Pernambuco. Em aliança com José Ibrahim, para os metalúrgicos de Osasco.

Dessa época é também a decisão do comando nacional da AP de obrigar seus militantes a viverem e trabalharem como camponeses e operários - e dezenas deles discordam e abandonaram a organização. "Essa foi, na verdade, uma posição sectária", reconhece hoje Lima, "estreita, que provocou sérias defecções nos nossos quadros. Mas teve seu lado positivo e até hoje muita gente que foi viver no campo e trabalhar nas fábricas, permanece".

Lima e Arantes amparam esse julgamento em 150 casos que analisam no livro. A maioria deles, crêem, "deu bons resultados". Na ótica dos dois, um bom exemplo foi o de um estudante do Recife que há três meses de se formar em medicina, largou a universidade, foi trabalhar no corte da cana-de-açúcar e, por fim, liderou a greve do Cabo. Em compensação, houve casos como o de um engenheiro baiano, deslocado para a colheita do cacau e que simplesmente pirou: o choque cultural foi tão grande que ele ficou mudo por um longo tempo.

Se no seu surgimento a AP recusou a denominação de partido por julgar que "partido era uma invenção burguesa", a partir de 1969 e até março de 1971 ela empenhou-se no debate interno da questão. Ao seu término, por nove votos contra apenas três, a direção nacional decidiu pela incorporação da AP — já aí com o nome da Ação Popular Marxista Leninista do Brasil — ao PC do B. Isso provocou uma nova defecção de militantes — algumas centenas, que ainda hoje teimam em reorganizar o movimento, principalmente em algumas faculdades do interior de São Paulo. "Mas a AP mesmo, essa acabou, assimilada pelo PC do B", reconhece Lima, membro do Comitê Central daquele partido.

RICARDO NOBLAT

## RECEBA O COOJORNAL EM CASA 5 DIAS ANTES

### Cupom de Assinatura

Assinatura por 12 edições: Cr\$ 280,00  
Envie cheque nominal ou vale postal para:  
Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre Ltda.  
Rua Comendador Coruja, 372  
Fone: 33-5099 (PABX) — Telex (051) 1605 90.000 — Porto Alegre — RS

Desejo receber o Coojornal a partir do nº  Caso você tenha interesse em adquirir o Coojornal a partir do nº 13 — entre em contato com o nosso Depto. de Circulação nos mesmos fones acima.

Nome: .....  
Endereço: ..... Fone: .....  
Bairro: ..... CEP: ..... Cidade: .....  
Estado: ..... Profissão: .....

Comunique-nos qualquer alteração de endereço.

### Cupom de Assinatura

Assinatura por 12 edições: Cr\$ 280,00  
Envie cheque nominal ou vale postal para:  
Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre Ltda.  
Rua Comendador Coruja, 372  
Fone: 33-5099 (PABX) — Telex (051) 1605 90.000 — Porto Alegre — RS

Desejo receber o Coojornal a partir do nº  Caso você tenha interesse em adquirir o Coojornal a partir do nº 13 — entre em contato com o nosso Depto. de Circulação nos mesmos fones acima.

Nome: .....  
Endereço: ..... Fone: .....  
Bairro: ..... CEP: ..... Cidade: .....  
Estado: ..... Profissão: .....

Comunique-nos qualquer alteração de endereço.

Como assinante, você recebe o Coojornal em outros estados no mesmo dia em que ele vai para as bancas em Porto Alegre. Quer dizer: no mínimo 5 dias antes de ele chegar às bancas de sua cidade.

cooJORNAL



## COMUNICAÇÃO EM BECO SEM SAÍDA

**COMUNICAÇÃO & SOCIEDADE**, Egon Schaden e outros, Cortez & Moraes e IMS, 190 páginas, Cr\$ 170,00.

Com raras exceções, as publicações científicas tem vida curta no Brasil e poucas editoras se aventuram a um empreendimento nesse campo. Segue essa regra a comunicação social que durante alguns anos teve os **Cadernos de Jornalismo do JB** e durante um período menor os **Cadernos de Comunicação Proal**, de São Paulo. Agora, a Cortez & Moraes entrou em acordo com o Instituto Metodista de Ensino Superior, a quarta escola do país com mestrado em Comunicação Social e lançou o primeiro número de **Comunicação & Sociedade**.

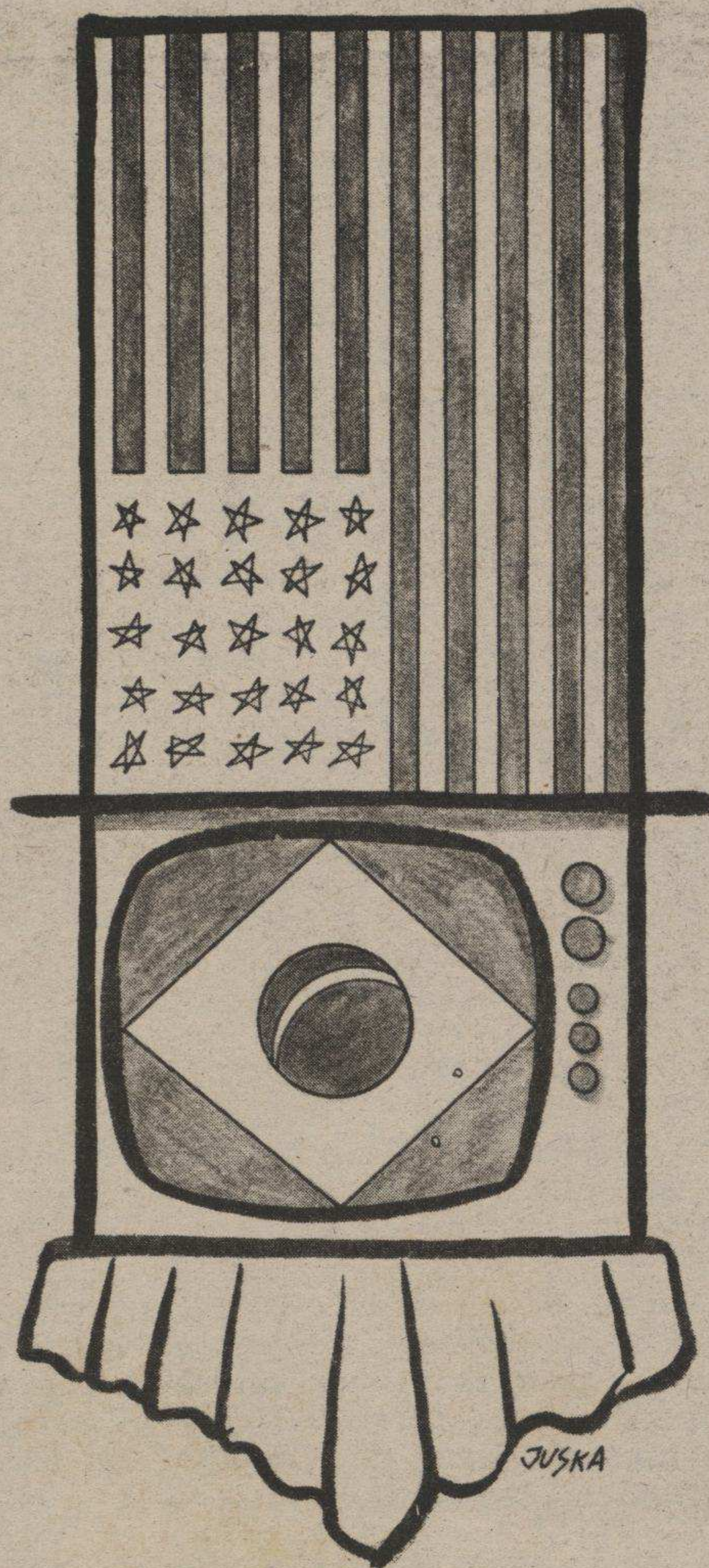
A revista, com todas as características de livro, subdivide-se em artigos e ensaios sobre cinema, cultura, educação, editoração, ideologia, jornalismo, mídia e televisão. Um dos artigos que mais chamam a atenção é a **Televisão como Instrumento do Neocolonialismo: Evidências do Caso Brasileiro**, de José Marque de Melo. A maior parte de suas afirmações foi calcada numa pesquisa nacional de televisão feita pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa da Comunicação, em convênio com o governo do Rio Grande do Sul.

Com dados levantados por quase 400 pesquisadores em todo o país, o leitor poderá ficar conhecendo a dependência tecnológica de 80 emissoras de tevê, com 77,7% delas com equipamento básico importado dos Estados Unidos; 37,7% do Japão; e 30,9%, nacional, 17% da Inglaterra.

Essa dependência tecnológica vai se ampliar para a dependência cultural: "Mais de 80% do espaço dos programas exibidos é ocupado por material proveniente de universos culturais diversos daquele peculiar à população a que se destina. Cerca da metade dos programas são estrangeiros e cerca de 1/3 são nacionais. A produção regional é reduzidíssima (4%) e a produção local é quantitativamente pouco expressiva (14%). O autor fala ainda sobre o domínio do mercado nacional por distribuidores de programas e a dependência informativa.

Já Onésimo de Oliveira Cardoso escreve **Comunicação e Educação Libertadora: Contradições de um Modelo Dependente de Televisão Educativa**. O autor é de opinião que todo sistema de Comunicação Social é dependente das condições políticas e sócio-econômicas em que está inserido, as quais, por sua vez, determinam os aspectos institucionais e individuais da comunicação. Através do exemplo da televisão educativa numa sociedade dependente, ele procura avaliar sua ação e limites para a realização de uma educação libertadora. E vai concluir que a televisão educativa no Brasil se tem desenvolvido como um instrumento de grupos dominantes em estreita ligação com uma elite tecnocrata modernista, que não visa à mudança das estruturas sociais, não servindo, portanto, como instrumento libertador da grande massa não só carente de ensino, mas também de saúde, trabalho e alimentação.

Os dois artigos têm como ponto comum o enfoque da dependência na análise da comunicação social. Aliás só muito recentemente as discussões que há mais de uma década alimentavam o campo das ciências sociais, desbordam para uma análise de suas implicações nos meios de comunicação. Há poucos meses a Cia. Editora Nacional publicou **Meios de Comunicação: Realidade ou Mito**, organizado por Jorge Wetheimer, que traz diversos enfoques sobre o caráter da comunicação numa sociedade dependente. Se, como diz Ingrid Sarti, um dos colaboradores daquela obra, existem muitas confusões e imprecisões na aplicação da Teoria (?) da Dependência na Comunicação Social, pelo menos está



servindo para o questionamento de um problema da máxima importância para os países subdesenvolvidos. Daí a importância desses dois estudos para levantar dúvidas, aprofundar discussões. Nessa mesma linha, a notícia que traz **Comunicação & Sociedade** da publicação, no Brasil, nos próximos meses, do livro de **Herbert Schiller, Communication and Cultural Domination**, pela Editora Artenova. Esses temas, aliás, estão no centro das discussões da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. (Intercom), que tem sede em São Paulo.

Um trabalho que diz respeito mais de perto ao Rio Grande do Sul é o de **Sérgio Caparelli, Identificação Social e Controle Ideológico na Imprensa dos Imigrantes Alemães**. Para o autor, a imprensa de instrumento de controle ideológico da nova realidade encontrada e de integração e reflexo das mudanças econômicas do sistema capitalista da zona colonial.

Os jornais dos imigrantes, nas mãos de grupos econômicos dominantes, serviram para integrar o colono na fase capitalista de produção que se inaugurava, reforçando entre os setores subalternos os valores da burguesia formada entre imigrantes e cujos interesses se complementavam com os dos grupos dominantes autóctones, existentes nas

áreas urbanas do estado, principalmente em Porto Alegre. Também serviu essa imprensa para uma identificação social dos núcleos coloniais, relacionando-os entre si, mantendo viva a cultura germânica e reforçando seus valores religiosos e políticos.

O próximo número de **Comunicação & Sociedade** promete artigos de Antônio Theodoro de Magalhães Barros (As Estratégicas Empresariais de "Última Hora"), Edvaldo Pereira Lima (Ideologia de um jornal venezuelano "El Universal", de Caracas), Valtaire Mesquita e Gustavo Martin Quesada (Comunicação, fatalismo e participação social como fatores para a adoção de tecnologia entre agricultores catarinenses), entre outros.

S. C.

## TORTURA A CÉU ABERTO

**TORTURA: HISTÓRIA DA REPRESSÃO POLÍTICA NO BRASIL**, Global Editora, Cr\$ 70,00

"Que bela reportagem se você pudessem escrever, hein?" Esta foi a frase que o jornalista Antônio Carlos Fon (baiano, 33 anos de idade) ouviu de um delegado, ao ser colocado em liberdade, após ter peregrinado pelos porões da **Operação Bandeirantes**, do Departamento de ordem Política e Social e do Presídio Tiradentes, onde foi torturado e onde presenciou cenas de extrema crueldade e requintado sadismo contra presos políticos. Pois Antônio Carlos Fon, dez anos após, através da revista *Veja* e, agora, através de um livro (**Tortura: a história da repressão política no Brasil**), contrariando o comentário irônico daquele delegado, não só pôde, como teve a coragem e a dignidade de escrever essa não bela — porque terrível — reportagem.

O livro de Fon não é apenas a narrativa de fatos presenciados ao acaso, mas o levantamento de uma série de acontecimentos ocorridos neste país nos últimos anos, mais precisamente, de 1969 para cá: alguns já de conhecimento público (como os casos do sargento Manoel Raimundo Soares e do jornalista Wladimir Herzog, ambos mortos nas mãos da **Segurança Pública**), e outros que somente agora começam a vir à luz (como o caso do pintor Suzuki que, não resistindo às torturas, enlouqueceu e se animalizou, agindo como um macaco pendurado às grades da cela, enquanto os carcereiros lhe jogavam amendoim e pipocas para que os aparasse com a boca, ou o do operário Virgílio Gomes da Silva, morto a pontapés na sede da "Operação Bandeirantes"; ou, ainda, o da esposa de Virgílio, Hilda Gomes da Silva, que, além de torturada, passou pelo

terror de ver sua filha, de quatro meses, sofrer choques elétricos; ou ainda, inúmeros outros).

Por tudo isso, a denúncia de Antônio Carlos Fon não é a denúncia inconsequente dos fatos, apenas, mas sim, a narrativa do terror, onde não faltam os nomes dos responsáveis diretos ou indiretos, dos responsáveis por mando ou omissão, dos torturados e torturadores. Obviamente, Antônio Carlos Fon, por denunciar — e denunciar com dados concretos — não publicou suas reportagens impunemente. O ex-ministro do Exército, general Francisco Bethlem, pediu o enquadramento do jornalista na Lei de Segurança Nacional. Felizmente para Antônio Carlos Fon, ao que se saiba, ele foi beneficiado pela semi-anistia recentemente promulgada. O que não foi dito ainda — como informam os editores na última capa do livro — é que cada fato relatado por Antônio Carlos Fon pode ser provado.

O livro começa pela narrativa de Fon de sua própria prisão, em 1969, quando fala das torturas a que foi submetido... "Fui levado para a câmara de torturas, no segundo andar, e durante três horas submetido a "pau-de-arara", espancamentos e choques elétricos. De tudo isto, lembro-me de que nada era mais terrível que os choques elétricos na cabeça, com um fio preso ao lóbulo da orelha e outros percorrendo os lábios, o pescoço ou o nariz. Esses choques provocam uma contração tão forte dos músculos da face que a língua é mordida e estreachada pelos dentes".

A seguir, Fon divide o livro em capítulos, cada um sendo uma reportagem sobre determinado aspecto da repressão política e da tortura, que vão desde o surgimento da famosa "Operação Bandeirantes", passando pelo "Caso Parasar", pela "Fazenda 31 de março" (de onde ninguém saía vivo, segundo expressão de um dos integrantes do "Braço Clandestino da Repressão"), pela formação dos "Grupos Especiais", até uma análise do surgimento da "Doutrina da Segurança Nacional", exemplificando com fatos lamentáveis e verídicos da violência policial. E como a descrição dos variados métodos de tortura utilizados pelos órgãos de repressão (pau-de-arara, afogamento, geladeira, arrancando-dentes, torniquete, cadeira-do-dragão, maqui-ninha de choque, etc.).

Os fatos narrados são enriquecidos com entrevistas, não apenas com os responsáveis, como secretários de Segurança, generais, etc., mas, inclusive, com figuras menores do cenário político-policial, delineando um tétrico painel da longa noite de horrores que se abateu sobre a vida do país.

A repressão e a tortura no Brasil tornaram-se tão quotidianas e até mesmo meritórias nos escalões policiais, que levaram o ex-delegado do Dops paulista Firmiano José Pacheco a declarar ao repórter: "Olha, se você for publicar a lista dos torturadores, não tira o meu nome, não, porque isto pode prejudicar minha carreira".

Carlos Carvalho

**Querida Família**  
Um drama do nosso tempo.  
As cartas enviadas pela brasileira Flávia Schilling à sua família narrando toda sua amarga experiência nos cárceres uruguayos.  
Cr\$ 70,00

**COOPERATIVISMO E COMPETIÇÃO**  
A experiência das cooperativas no capitalismo alemão  
Erik Boettcher  
Friedrich Klein  
Walter Hansen  
Henry Wippenhagen  
COLEÇÃO COOPERATIVISMO  
DEBATE  
Cr\$ 75,00

### DOIS IMPORTANTES ASSUNTOS EM DOIS GRANDES LIVROS

Faça seu pedido preenchendo este cupom e remetendo para a Editora Coojornal — Rua Comendador Coruja, 372 — 90000/Porto Alegre — RS

Solicito enviar-me, pelo Reembolso Postal, o(s) seguinte (s) livro (s):

..... exemplar (es) — Querida Família

..... exemplar (es) — Cooperativismo e Competição ao

preço total de Cr\$ ..... 00.

Nome.....

Rua..... Bairro.....

Cidade.....

CEP..... Estado.....

Assinatura

! Não mande dinheiro. Só pague ao receber o(s) livro(s).



**A PSIQUIATRIA ALTERNATIVA**, de Franco Basaglia. Finalmente o leitor brasileiro tem ao seu alcance alguns textos de um dos mais ferozes críticos da psiquiatria tradicional. Editora Brasil Debates Ltda., 160 páginas, Cr\$ 170,00.

**O GRANDE MENTECAPTO — RELATO DAS AVENTURAS E DE SUAS INENARRÁVEIS PEREGRINAÇÕES**, de Fernando Sabino. Depois de muitos anos, novamente o autor de *Encontro Marcado* reaparece na ficção, com uma obra de longo fôlego. Editora Record, 236 páginas.

**OS MENINOS DA RUA DA PRAIA**, de Sérgio Caparelli. Esse é seu quarto livro mas o primeiro de literatura infantil. L&PM Editora, em co-edição com o Instituto Estadual do Livro, 80 páginas, Cr\$ 70,00.

**IMPRESA E IDEOLOGIA EM SÃO PAULO (1822-1842)**, de Arnaldo Daraya Contier. Trata-se de um estudo em torno dos princípios metodológicos e teóricos interdisciplinares (História e Lingüística) detectáveis na produção jornalística paulistana, na primeira metade do século passado. Editora Vozes. 316 páginas, Cr\$ 150,00.

**A CASA DAS MINAS — Culto dos Voduns Jeje no Maranhão**, de Nunes Pereira. O autor faz uma pesquisa etnológica em torno dos elementos culturais originários, que grupos negros, sediados na cidade de São Luís do Maranhão, conservaram cuidadosamente na tradição de seus cultos. Editora Vozes, 312 páginas, Cr\$ 320,00.

**ROSTOS E GOSTOS DA MÚSICA POPULAR BRASILEIRA**, de Tárík Souza e Elifas Andreato. Seleção de entrevistas, reportagens e análises feitas pelo repórter Tárík de Souza ao longo dos últimos onze anos, onde aparecem praticamente todos os nomes importantes da Música Popular Brasileira, compondo um vasto painel do meio musical. A edição é enriquecida pelas belíssimas ilustrações de Elifas Andreato. Editora L&PM, 270 páginas.

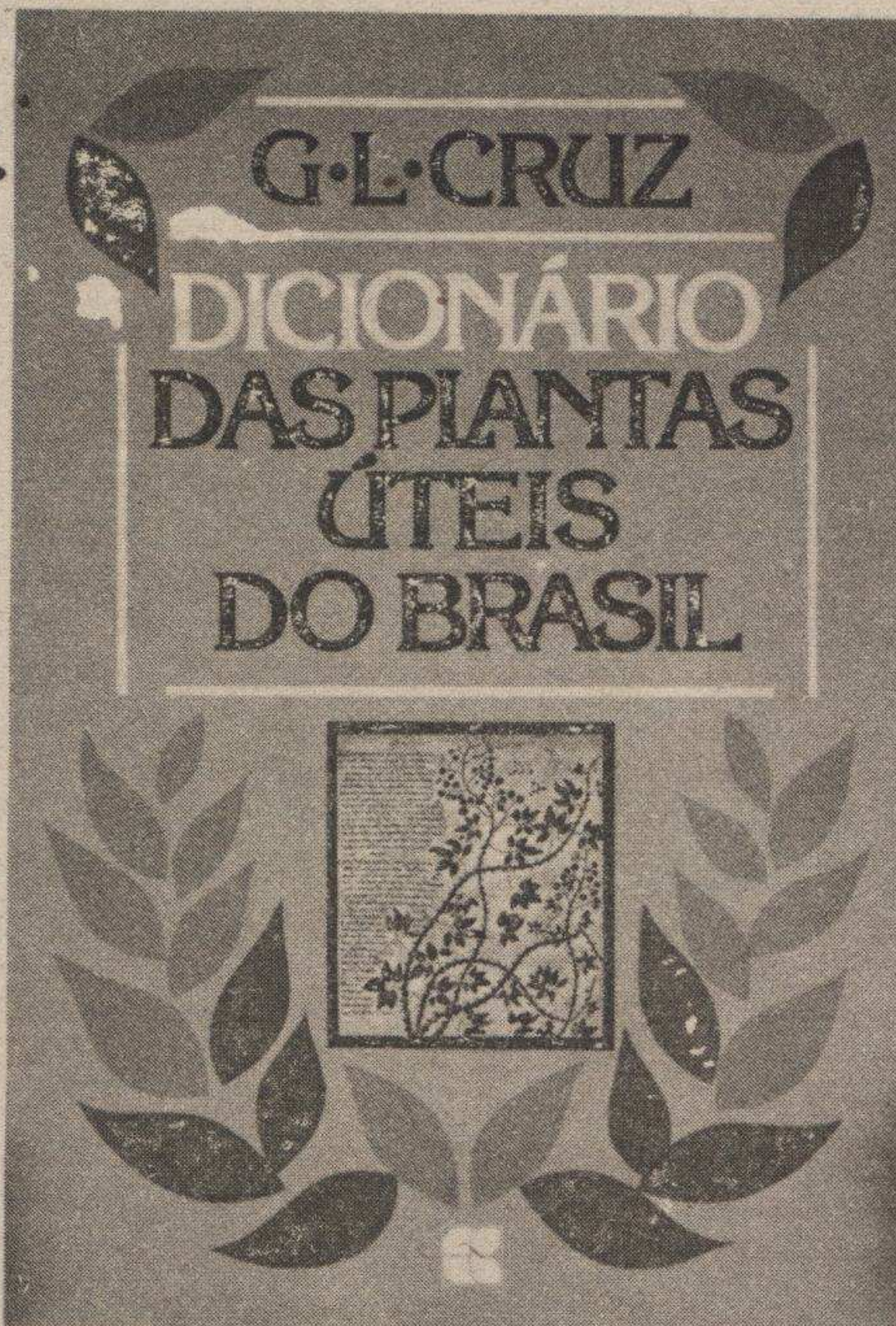
**MILAGRE NO BRASIL**, de Augusto Boal. Romance do autor de *Arena Canta Zumbi e Murro em Ponta de Faca*, entre outras, onde é narrada a prisão de Boal em São Paulo, no ano de 1971, quando ia do Teatro de Arena para sua casa. Boal descreve todo o processo atravessado pelos perseguidos políticos brasileiros, desde a prisão ilegal e arbitrária, até a vida em celas coletivas, já no presídio, depois dos violentos interrogatórios e das sessões de tortura. Publicado originalmente em Portugal. Editora Civilização Brasileira, 291 páginas, Cr\$ 180,00.

**A MEGERA DOMADA**, de William Shakespeare, tradução de Millôr Fernandes. Segundo a editora, "aqui está Millôr Fernandes diante de Shakespeare. O humor, a poesia, o sarcasmo e o drama do amor de Catarina e Petruquino, não estão apenas intactos e fiéis ao texto original. Estão vivos porque escritos com a língua viva que é a empregada pelo humorista, teatrólogo e jornalista Millôr Fernandes". Editora L&PM, 162 páginas.

**O RUMOR DO SANGUE**, de Armindo Trevisan. Quinto livro do poeta gaúcho Armindo Trevisan, vencedor do prêmio nacional de poesia *Gonçalves Dias*, da União Brasileira de Escritores, em 1964. São 57 poemas sobre a infância. "Que fogo é este que te ilumina/com uma língua/que os homens não falam?/ Debaixo do mundo és multidão." Edição conjunta da Movimento e Instituto Estadual do Livro, 71 páginas.

**PERSPECTIVA ECONÔMICA — COOPERATIVISMO 4**, vários autores. Revista de ensaios sobre cooperativismo editada pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Entre os artigos principais, estão as cooperativas de consumo, as de eletrificação rural e as cooperativas rurais. Editora Unisinos, 120 páginas.

**OS COMEDORES DO MUSEU**, de J. B. Sayeg. Poemas desde advogado de Catanduva (SP). Segundo os editores, em seu terceiro livro, J. B. Sayeg "abandonou as



**O Dicionário das Plantas indica o uso terapêutico de mais de mil espécies**

torturas da forma e procurou um vóo livre, comprometido com a realidade atual". Vertente Editora, 78 páginas.

**INTRODUÇÃO AO MATERIALISMO DIALÉTICO**, de Thalheimer. O autor foi dirigente comunista alemão e o livro em questão é um manual que serviu a diversas gerações a partir dos anos 30. Em anexo, é apresentado o ensaio **MATERIALISMO DIALÉTICO E AÇÃO RECÍPROCA**, de Georges Friedmann, questionando a imagem de "fatalismo econômico" que o marxismo assumiu e assume em certas rodas. Livraria Editora Ciências Humanas, 152 páginas.

**SANGUE, PAPÉIS E LÁGRIMAS**, de Doc Comparato. Livro de estréia do autor, carioca de 29 anos, que venceu o Concurso Nacional de Contos do Paraná, em 79, e recebeu ainda menção honrosa no Concurso Nacional de Teatro de 1977 com a peça *Novíssimo Testamento*. Editora Codecri, 92 páginas, Cr\$ 75,00.

**MORTO MORENO**, romance de estréia do jornalista paraense Carlos Iurandir. Segundo o autor, o livro é "um flagrante da música popular brasileira, seus mitos e heróis, grandezas e misérias, e ao mesmo tempo uma história do jornalismo que engana e desinforma, desviando as pessoas dos verdadeiros problemas de nossa época". Editora Civilização Brasileira, 136 páginas.

**INTRODUÇÃO AO FASCISMO**, de Leandro Konder. Segunda edição deste importante ensaio do filósofo brasileiro Leandro Konder. Coloca-se em discussão, com precisão e rigor científicos, as atuais formas assumidas pelo fascismo. Editora Graal, 128 páginas.

**DEPOIS DO ÚLTIMO TREM**, de Josué Guimarães. Sétimo livro de ficção do gaúcho Josué Guimarães, agora em segunda edição. A história narra os últimos dias de uma cidade condenada a ficar submersa por uma represa. L&PM Editores, 151 páginas, Cr\$ 130,00.

**POEMAS DE PAULO MENDES CAMPOS**, o presente volume reúne quatro livros do poeta mineiro, dois deles em primeira edição (*Balada do Amor Perfeito e Arquitetura*) e dois em segunda edição (*O Domingo Azul no Mare Testamento do Brasil*). Editora Civilização Brasileira, co-edição do MEC, 205 páginas.

**HOMO SAPIENS NA ESCADA**, vários autores. Edição contendo os 15 contos premiados no I Concurso Nacional de Contos de Varginha (MG). Entre os autores estão Adelaide Oliveira, Reynaldo Valinho Alvarez, Inácio Luiz Soares, Marisa Varela e Fred Souza Castro. Editora Lemi, 115 páginas.

**TEMAS DE CIÊNCIAS HUMANAS N° 6**, vários autores. Mais um volume da

revista dedicada às ciências humanas, reunindo Leandro Konder, Luciano Gruppi, Alfredo Bosi, José Chasin, João Batista de Andrade e Giovanni Berlinguer, entre outros. Livraria Editora Ciências Humanas, 207 páginas.

**REVOLTA E REVOLUÇÃO, CINQUENTA ANOS DEPOIS**, de José Joffily. Este livro pretende desmistificar algumas versões que a historiografia brasileira apresenta sobre a Revolução de 30, que culminou com a subida de Getúlio Vargas ao poder. O autor, ex-deputado, socialista do Nordeste, munuiu-se de farta documentação para tentar mostrar que não foi só para acabar com a "política do café-com-leite" que se fez a revolução de 30. Editora Paz e Terra, 424 páginas.

**O PROTÓTIPO**, de J. C. Carvalho Filho. "Romance de ação, movimentado, apaixonante, uma história de amor, intriga e conflito", segundo a apresentação dos editores. Editora Cultura, 247 páginas.

**MUNDO DO CRIME — A ORDEM PELO AVESSO**, de José Ricardo Ramalho. O trabalho foi originalmente apresentado como dissertação de mestrado ao Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia da USP. Trata-se de uma análise do mundo do crime, da repressão e das instituições que sustentam todo este universo. O maior mérito deste livro é ter-se valido da entrevista a inúmeros presos da Casa de Detenção de São Paulo. Editora Graal, 231 páginas.

**EU TAMBÉM SINTO MEDO, PATRÍCIA NEAL**, de José Carlos Abbate. O autor, jornalista de São Paulo, atacado pela paralisia, passa a viver em frente à televisão e no cinema. Até que descobre o drama da atriz norte-americana Patrícia Neal, que depois de três anos paralisada curou-se e voltou a filmar. Um romance "humano", de acordo com o escritor Flávio Moreira da Costa. Vertente Editora, 163 páginas, Cr\$ 120,00.

**POLÍTICA POSITIVA DE AUGUSTO COMTE**, Vol. I de Antônio Valença de Mello. Neste livro, Antônio Valença de Mello reúne um resumo completo da Filosofia Primeira, a Sociologia Estática e a Dinâmica, a Educação Racional, a Filosofia das Artes e das Ciências e a Teoria da Religião, numa visão mais orgânica da obra do pensador francês Augusto Comte, fundador do Positivismo. Ed. Civilização Brasileira, 336 páginas.

**DICIONÁRIO DAS PLANTAS ÚTEIS DO BRASIL**, de G. L. Cruz. O autor examinou e catalogou mais de mil espécies de plantas brasileiras, expondo suas qualidades terapêuticas comerciais, industriais e botânicas. Texto simples, bastante acessível. Ao final do volume, há um índice remissivo das doenças e das plantas que podem ser utilizadas na sua cura. Editora Civilização Brasileira, 598 páginas, Cr\$ 500,00.

**AUTÓPSIA EM CORPO VIVO**, de Tárík de Souza. Segundo Livro de poemas do jornalista Tárík de Souza. Seu primeiro livro **E ESSE NÓ NO PEITO** (Ed. do autor), teve boa repercussão entre os críticos, embora tenha sido maldistribuído. Agora, com seu segundo livro editado pela L&PM é provável que o poeta Tárík de Souza também agrade ao grande público. L&PM Editora, 78 páginas.

**PONTO DE VISTA, UM DEPOIMENTO FOTOGRÁFICO**, de Jacqueline Joner, Luiz Abreu, Eneida Serrano e Genero Joner. Quatro fotógrafos gaúchos selecionam alguns de seus melhores trabalhos em preto e branco. "Juntos os quatro espíritos diferentes, mas identificados na visão generosa e envolvida com o drama doido que é a vida, se atiraram, com armas possíveis, à velha luta pela justiça", diz Luiz Humberto na apresentação. Editora Movimento.

**COMO SE COLOCA A DIREITA NO PODER**, de Paulo Schilling. Ex-assessor de Leonel Brizola no governo do Rio Grande do Sul, especialista em problemas agrários, o gaúcho Paulo Schilling parte agora para uma rememoração da história brasileira, desde Vargas até o golpe de

64. Este primeiro volume é dedicado aos "protagonistas", de Vargas ao Departamento de Estado. O segundo volume, prometido para os próximos meses, terá por subtítulo "Os Acontecimentos". Global Editora, 280 páginas, Cr\$ 250,00.

**PROBLEMAS E TEORIAS DA FILOSOFIA**, de Kazimeirz Ajdukiewicz. O autor, filósofo polonês contemporâneo (1890-1963), pretende fornecer ao estudante um tratamento sistemático, preciso e introdutório dos principais conceitos e doutrinas da Filosofia. Livraria Editora Ciências Sociais, 180 páginas, Cr\$ 150,00.

**POSSO FALAR COM VOCÊ?**, de Ivette Brandalise. Crônicas da jornalista e publicitária catarinense, publicadas na *Folha da Manhã* e *Folha da Tarde*, de Porto Alegre, entre 1970 e 1976. Editora Garatuja, 163 páginas.

**ÓRFÃOS DO TALVEZ**, de Alencar Furtado. Segunda edição deste livro de crônicas e poesias do ex-deputado Alencar Furtado, o último político brasileiro cassado pelo finado AI-5. Coo-Editora (Paraná), 109 páginas.

**OS VOLUNTÁRIOS**, de Moacyr Scliar. Mais um romance do escritor gaúcho. Desta feita, a história de um homem que quer ver Jerusalém antes de morrer. Ele é levado num rebocador desde Porto Alegre que, além do moribundo, leva também na tripulação quatro homens e uma mulher. L&PM Editores, 203 páginas, Cr\$ 150,00.

**AVARMAS**, de Miguel Jorge. Livro de contos do escritor goiano, premiado no III Concurso Nacional de Contos do Estado de Goiás. Volume 36 da Coleção Autores Brasileiros, ricamente ilustrado. Editora Ática, 144 páginas, Cr\$ 90,00.

**A VANGUARDA OPERÁRIA**, de Celso Frederico. O objetivo do livro é estudar a consciência de classe dos operários de uma indústria automobilística de São Bernardo do Campo. Volume 24 da Coleção Ensaio e Memória, da Editora Símbolo, 152 páginas.

**CRESCIMENTO E MISÉRIA**, de Maria de Lurdes Scarfon. Mais um volume da coleção Ensaio e Memória. Estudo sobre as populações marginais do município paulista de Piracicaba. Editora Símbolo, 152 páginas.

**INQUIETA VIAGEM AO FUNDO DO POÇO**, de Elias José. Este livro de contos, agora já em segunda edição, foi considerado o melhor livro de contos de 1974 e por isto ganhou o Prêmio Jabuti, da Câmara Brasileira do Livro. Editora Civilização Brasileira, 139 páginas.

**UM OLHAR SOBRE A VIDA**, de Genolino Amado. Segunda edição, revista e ampliada, das crônicas de Genolino Amado, publicadas todas antes de 1942, na imprensa carioca. Editora Civilização Brasileira, 124 páginas, co-edição do MEC.

**TEU CORAÇÃO DESPEDAÇADO EM FOLHETINS**, de Emanuel Medeiros Viana. Mais um volume da Coleção Autores Brasileiros, desta vez reunindo contos do escritor catarinense Emanuel Medeiros Viana. Editora Ática, 88 páginas, Cr\$ 60,00.

**AS NOVAS ESTRUTURAS POLÍTICAS BRASILEIRAS**, de Álvaro Valle. O deputado da Arena carioca dá a sua visão da Sociedade de Massa. A Ação das Elites, o Modelo Marxista, os Modelos Liberais e outros. Editora Nórdica, 250 páginas.

**O CONTO DA PROPAGANDA**, vários autores. Livro de contos reunindo vários publicitários, entre os quais Ruy Carlos Lisboa, Antônio Torres, José Montserrat Filho, Celso Japiassu e Astolfo Araújo. Vertente Editora, 107 páginas.

**LIBERAÇÃO DA MULHER, ANO ZERO**, de Emmanuèle Durand e outras. Seleção de textos de militantes feministas do mundo inteiro, abordando temas como o estupro, o aborto, o orgasmo, etc. Ed. Interlivros, 153 páginas.



# A HISTÓRIA DE QUEM FAZ A HISTÓRIA

**MOVIMENTO OPERÁRIO NO BRASIL (1877-1944)**, Edgard Carone, Difusão Européia do Livro, 1979, 578 páginas.

**A IMPRENSA OPERÁRIA NO BRASIL (1880-1920)**, Maria Nazareth Ferreira, Editora Vozes, 1978, 163 páginas.

**ANARQUISTAS, IMIGRANTES E O MOVIMENTO OPERÁRIO BRASILEIRO**, Sheldon Leslie Maran, Editora Paz e Terra, 1979, 145 páginas.

Fora as obras clássicas, escritas pelos próprios participantes do movimento operário brasileiro como Everardo Dias, Edgar Rodrigues e Hermínio Linhares, foi somente nos anos 70 — e especialmente no final da década — que se começou a dar importância ao levantamento histórico da luta dos trabalhadores. Apesar da maioria das pesquisas históricas trazerem a marca do academicismo, não se pode negar que algumas obras de valor já foram escritas, bastando citar como exemplo *Política e Trabalho no Brasil*, de Paulo Sérgio Pinheiro, e o volumoso e indispensável livro de Foster Dulles sobre anarquismo e comunismo até a década de 30 no movimento operário.

Este surto de estudos preciosos sobre a infância das lutas trabalhistas em nosso país talvez corresponda à própria evolução e maturidade do operariado brasileiro, que já necessita, portanto, de adquirir consciência de sua própria formação histórica. Pois, a atualmente rica bibliografia existente sobre o assunto está acrescida de mais três importantes documentos, que se somam às memórias de Otávio Brandão, Leôncio Basbaum, a reedição do texto de Astrogildo Pereira



sobre **A Formação do PCB** e os outros dois livros já citados. Referimo-nos a **Movimento Operário no Brasil**, de Edgard Carone que está fazendo um verdadeiro inventário de nossa história republicana sob os seus mais variados aspectos, **Anarquistas, Imigrantes e o Movimento Operário Brasileiro**, do *brazilianist* Sheldon Leslie Maran, e **A Imprensa Operária no Brasil**, de Maria Nazareth Ferreira todos eles partindo das próprias origens do movimento operário no país.

O professor Sheldon Leslie Maran enfoca a influência dos imigrantes nas primeiras lutas sociais travadas no Brasil, na medida em que o anarco-sindicalismo, ideologia em torno da qual se organizaram os primeiros movimentos operários brasileiros, tinha seus militantes formados em sua grande maioria, de imigrantes europeus. Foram eles, os imigrantes italianos, portugueses e espanhóis que "formaram a maioria da liderança do primeiro movimento operário brasileiro e também de suas fileiras. Foram ao mesmo tempo a fonte de energia da fase inicial do movimento e uma das causas fundamentais de seu enfraquecimento". Sheldon Leslie Maran segue na esteira dos cientistas sociais norte-americanos, ou seja, na tentativa de apresentar o

resultado de suas investigações em envoltório ideológico, concatenando os fatos, articulando-os com o quadro social da época estudada, mas sem uma ideologia como ponto de partida. Isto, é verdade, limita um pouco a investigação, mas, por outro lado, tem a vantagem de não forçar os fatos, que aparecem livres sem sua relação com o leitor, sem a camisa de força da ideologia.

Outro livro que também se propõe um campo específico e limitado dentro do quadro geral do movimento operário brasileiro é o de Maria Nazareth Ferreira. Trata-se da imensamente rica imprensa operária de 1880 até 1920, época de formação do movimento operário no país. Ao se ler **A Imprensa Operária no Brasil** sente-se que os trabalhadores de hoje ainda têm muito a aprender com os seus antepassados do início do século XX, principalmente os seus jornais, que refletiam a imprensa da época tanto em sua feição gráfica (o livro tem abundantemente parte de *fac-similis*) como em seus textos, mas não possuíam nem um pouco do tom pretencioso e doutrinário que começa a adquirir na segunda metade da década de 30. Quando se termina a leitura da pequena e fascinante obra de Maria Nazareth Ferreira não se tem a impressão de ter-se adquirido um pouco mais de conhecimentos de uma época e de um movimento que a história sepultou. Pelo contrário, sente-se que existem perspectivas reais de um movimento trabalhista desatrelado dos aparelhos burocráticos e que, curado tanto de sua doença infantil como de sua paralisia burocrática e senil que representaram os tempos em que esteve a reboque do Ministério do Trabalho e de partidos que pretendiam representá-lo apenas nominalmente, mas que na realidade impediam a sua constituição como movimento independente.

No estágio atual do movimento trabalhista no Brasil, o livro de Maria Nazareth ajuda não só a compreensão de um período histórico encerrado, mas traz também dados importantes e significa-

tivos sobre o curso atual de reconstrução de um real movimento operário, sem os delírios da infância e sem a passividade que o caracterizou durante várias décadas de subserviência aos aparelhos de estado.

O mais importante dos três livros mencionados, sem dúvida alguma, é o de Edgard Carone, sobre o movimento operário no Brasil de 1877 a 1944. Carone não pretende fazer uma análise, nem historiar os fatos do período aludido. Faz algo mais importante. Ele traz os documentos ao vivo, os quais expressam os vários estágios do movimento trabalhista desde suas origens no país. São as várias ideologias do movimento operário brasileiro desde a situação dos trabalhadores até as várias tendências ideológicas em torno das quais ele cresceu, se dividiu e se enfraqueceu.

O livro de Edgard Carone se divide em duas partes. A primeira tem como título *A Condição Humana* e acompanha, sempre através de documentos, o trabalhador no bairro, na fábrica, no sindicato, nas greves e nas lutas por melhores salários e outras reivindicações. A segunda parte, extremamente interessante, chama-se *Organização e Ideologia*, onde aparecem as várias tendências ideológicas que formaram o proletariado brasileiro, desde os socialismos reformistas até o superdividido trotskismo de 1937, passando pelos anarquistas e pelo PCB. São documentos apaixonantes que revelam aspectos até hoje praticamente esquecidos. Para os estudiosos da história do movimento operário brasileiro este livro é fundamental, pois apresenta um quadro vivo de diferentes períodos das lutas proletárias até 1944. Não se pretende aqui ver uma obra de análise e crítica, como em Maria Nazareth e Sheldon Leslie Maran. Aqui são as próprias tendências do movimento operário que falam, tornando a história mais viva e participante. Esperamos agora que se reedite uma obra básica: a de Edgar Rodrigues sobre *Socialismo e Sindicalismo no Brasil*.

LUIZ PILLA VARES



## Unimed. Uma cooperativa de saúde.



O único plano de saúde reconhecido oficialmente pela Associação Médica Brasileira e Associação Médica do Rio Grande do Sul.

A Unimed tem a melhor assistência médico-hospitalar para sua empresa, cooperativa ou sua família. Por um preço justo e sem intermediários.

Rua Santa Teresinha, 345  
Fone: 31-1162  
Porto Alegre





# LUIS FERNANDO VERISSIMO

## OPERETA

O gabinete do Ministrão. Seus assessores estão reunidos em torno de uma mesa. Ele entra por uma porta. Entra rindo e dançando.

MINISTRÃO — Bom dia, bom dia, bom dia!

ASSESSORES — Bom dia, Ministro.

MINISTRÃO — Mas que desânimo é esse? Quero ver sorrisos. Alegria. Um pouco de euforia!

(Os assessores se entreolham. Sorriem sem vontade. Um deles se levanta)

ASSESSOR — É que a situação...

MINISTRÃO (cantando) — Mas que situação?  
A do Afeganistão?

ASSESSOR — Não, não, não...

MINISTRÃO — A do Gabão?

Do Camarão?

Do Alto ou Baixo Dão?

ASSESSOR — Não, Ministro, não.

MINISTRÃO — Do Sudão?

Do Paquistão?

De algum país anglo-saxão?

ASSESSOR — Não, não, não.

MINISTRÃO — De que situação

com tanta emoção

falas então, coração?

ASSESSOR — A do Brasil! A do Brasil!

MINISTRÃO (parando de cantar) — Brasil? Do céu de anil?

ASSESSOR — Esse.

MINISTRÃO — Mas o Brasil vai ótimo!

ASSESSORES (em coro) — Só porque você quer!

MINISTRÃO (cantando) — Sim, eu quero.

Sim, eu insisto.

Sem lero-lero:

eu não desisto.

Hei de fazer deste país,

sem disparate,

uma terra de gente feliz

nem que eu a mate.

ASSESSOR — Mas a coisa está ficando preta.

MINISTRÃO — Isto eu tiro de letra

com otimismo que não acaba.

Essa coisa que fica preta

não será uma jabuticaba?

ASSESSOR — Não, não, não.

MINISTRÃO — Já sei! Estou sabendo.

É que está anoitecendo.

ASSESSOR — Não, Ministro, não.

MINISTRÃO — Uma unha estuporada

por ventura necrosada?

ASSESSOR — Não, não, não.

MINISTRÃO — Mas então onde gorgéia

essa coisa que preteia,

fica ruim e fica feia?

ASSESSOR — É no Brasil! É no Brasil!

MINISTRÃO (parando de cantar) — Brasil? O do amor febril?

ASSESSOR — Esse.

MINISTRÃO — Mas o Brasil é um paraíso!

ASSESSORES (em coro) — Só porque você quer!

MINISTRÃO (cantando) —

Ah, quero.

E sustento.

O Brasil é um vero

portento.

Hei de fazer deste chão

uma potência.

Uma rica nação!

Nem que a leve à falência.

ASSESSOR — Mas a coisa está engrossando.

MINISTRÃO — Sou no fundo um bonachão

um simples, uma criança.

Você se refere, pois não, ao tamanho da minha pança?

ASSESSOR — Não, não, não.

MINISTRÃO — O que engrossa, eu acho, é marmelada em tacho.

ASSESSOR — Não, Ministro, não.

MINISTRÃO — O que engrossa é fileira ou coxa de rumbeira.

ASSESSOR — Não, não, não.

MINISTRÃO — Mas então me digam, gente,

onde está localizado

esse troço tumescente

como língua de enforcado?

ASSESSOR — É no Brasil! É no Brasil!

MINISTRÃO (parando de cantar) — Brasil?

Belezas mil?

ASSESSOR — Esse.

MINISTRÃO — mas o Brasil é um país viável.

ASSESSORES (em coro) — Só porque você quer!

MINISTRÃO (cantando) —

Quero! Quero!

E sei que posso.

Eu sou um mero

colosso.

Hei de fazer deste gigante

uma terra das modernas.

Altaneira, dominante

nem que lhe corte as pernas

ASSESSOR — Mas isso vai acabar mal...

MINISTRÃO — Isso que acaba mal

não será uma brincadeira?

A alegria do Carnaval

nas cinzas da quarta-feira?

ASSESSOR — Não, não, não.

MINISTRÃO — Drama elizabetano?

Filme mexicano?

ASSESSOR — Não, Ministro, não.

MINISTRÃO — Briga de bode?

Preso no DOI-Codi?

ASSESSOR — Não, não, não.

MINISTRÃO — Se não é rua sem saída

ou o Grêmio no nacional

nem Rigoletto ou Aída

não sei o que acaba mal

ASSESSOR — É o Brasil! É o Brasil!

MINISTRÃO (parando de cantar) — Brasil?

Varonil?

ASSESSOR — Esse.

MINISTRÃO — Ridículo. O que falta é otimismo.

ASSESSORES (em coro) — Falta feijão.

MINISTRÃO — Falta animação.

ASSESSORES — Faltam calorias.

MINISTRÃO — Alegorias!

ASSESSORES — Renda!

MINISTRÃO — Rendas!

ASSESSORES — Um modelo que funcione.

MINISTRÃO — Um ministro que emocione!

ASSESSORES — Realismo!

MINISTRÃO — Bobagem. Otimismo!

ASSESSOR — Mas Ministro...

MINISTRÃO (cantando) —

Faça como eu

que nunca dei certo

e estou sempre no apogeu.

Vista a touca do otimismo.

Encha a boca com otimismo!

ASSESSOR — Mas aí é que está, Ministro...

MINISTRÃO — O que, sinistro?

ASSESSOR — Otimismo enche a boca...

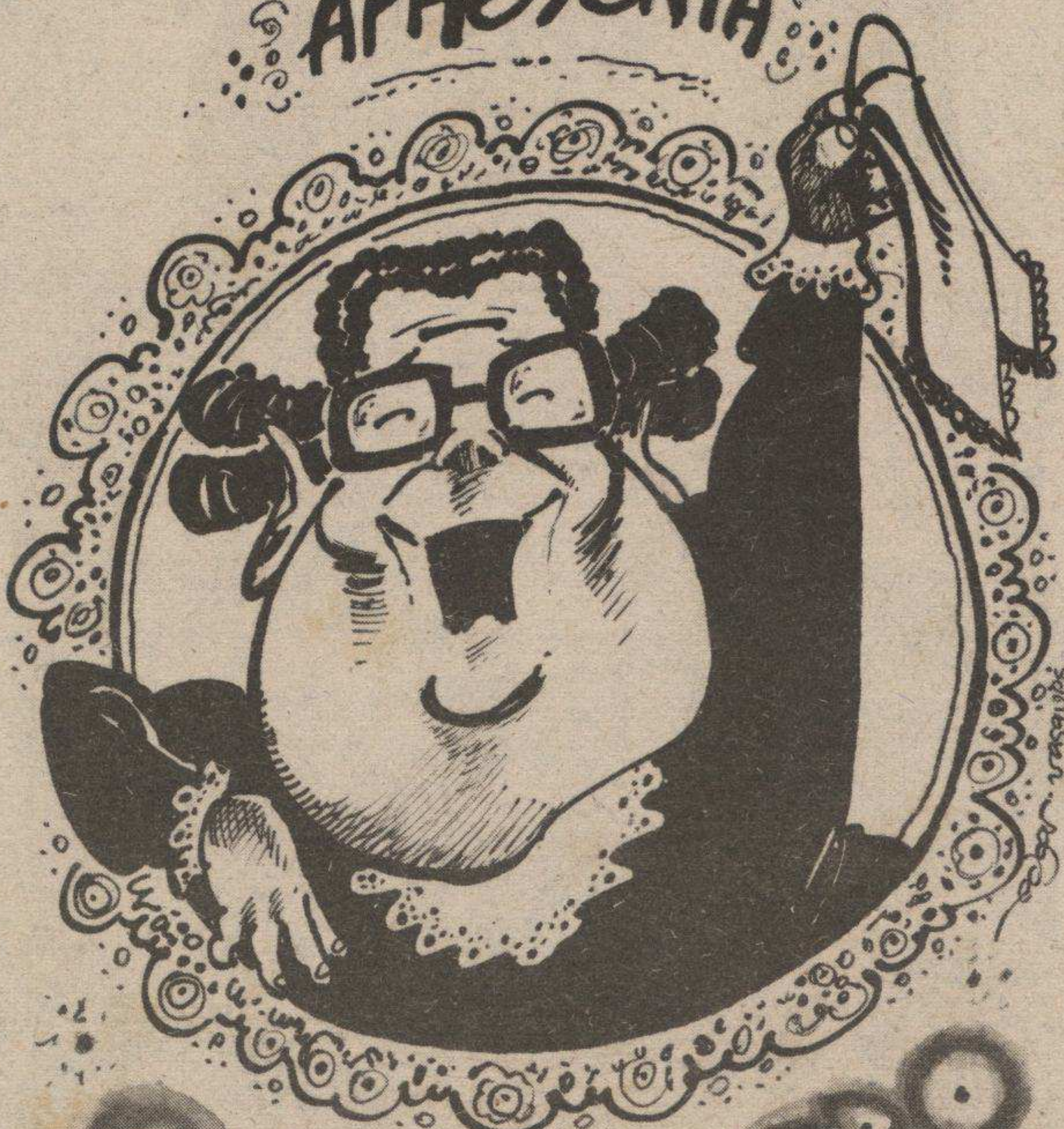
MINISTRÃO — Sim, sim?

ASSESSOR — Mas não alimenta.

MINISTRÃO (subitamente sério) — Te senta!

PAÍS de  
OPERETA

APRESENTA



O MINISTRO  
ALEGRE